

**MARCOS ERONI PIRES**

**A SINTAXE DE CONSTITUINTES LOCATIVOS  
NO PORTUGUÊS BRASILEIRO:  
RESTRIÇÃO E PREDICAÇÃO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientador:  
Prof. Dr. Juanito Ornelas de Avelar (UNICAMP)

**CAMPINAS  
2010**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL – Unicamp**

P665s Pires, Marcos Eroni.  
A sintaxe de constituintes locativos no português brasileiro: restrição e predicação / Marcos Eroni Pires. -- Campinas, SP: [s.n.], 2010.

Orientador: Juanito Ornelas de Avelar.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Língua Portuguesa – Preposições. 2. Constituintes locativos. 3. Gramática comparada e geral – Sintagma nominal. 4. Configurações de adjunção. 5. Configurações de predicação. I. Avelar, Juanito Ornelas de. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

oe/iel

Título em inglês: The syntax of locative constituents in Brazilian Portuguese: restriction and predication.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Portuguese Language – Prepositions; Locative constituents; Grammar, Comparative and general – Complex nominals; Nominal constituents; Adjunct configuration; Predication configuration.

Área de concentração: Gramática.

Titulação: Mestre em Linguística.

Banca examinadora: Prof. Dr. Juanito Ornelas de Avelar (orientador), Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Telma Moreira Vianna Magalhães e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Charlotte Marie Chambelland Galves. Suplentes: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Aparecida Correa Ribeiro Torres Morais e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sonia Maria Lazzarini Cyrino.

Data da defesa: 17/05/2010.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística.

**Universidade Estadual de Campinas  
Instituto de Estudos da Linguagem  
Programa de Pós-Graduação em Linguística**

---

**Marcos Eroni Pires**

**A sintaxe de constituintes locativos no  
português brasileiro: restrição e predicação**

**Orientador:**

**Prof. Dr. Juanito Ornelas de Avelar (IEL/UNICAMP)**

**Banca Examinadora:**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Telma Moreira Vianna Magalhães (UFAL)**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Charlotte Marie Chambelland Galves (IEL/UNICAMP)**

**Suplentes:**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Aparecida Correa Ribeiro Torres Morais (FFLCH/USP)**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sonia Maria Lazzarini Cyrino (IEL/UNICAMP)**

**Campinas, 17 de maio de 2010.**

BANCA EXAMINADORA:

Juanito Ornelas de Avelar

*Juanito Ornelas de Avelar*

Telma Moreira Vianna Magalhães

*Telma Moreira Vianna Magalhães*

Charlotte Marie Chambelland Galves

*Ch. Galves*

Maria Aparecida Correa Ribeiro Torres Morais

\_\_\_\_\_

Sonia Maria Lazzarini Cyrino

\_\_\_\_\_

IEL/UNICAMP  
2010

## AGRADECIMENTOS

---

*Pelos diversos lugares...*

*Algumas pessoas que estiveram presentes nesta caminhada...*

*. aqui de dentro da Unicamp*

Ao meu orientador, Juanito Ornelas de Avelar, pelo profissionalismo e brilhantismo com que conduziu esta dissertação, apresentando sempre uma resposta às minhas dúvidas e demonstrando sempre uma paixão incalculável pela sintaxe.

Às professoras Charlotte Galves e Sonia Cyrino, pelos valiosos comentários e sugestões na banca de qualificação. E a todos os professores que, gentilmente, aceitaram o convite para a banca de defesa.

Aos professores Angel Corbera Mori, Charlotte Galves, Juanito Avelar, Mary Kato e Ruth Lopes, pelas admiráveis disciplinas ministradas e pelos ensinamentos ao longo do mestrado.

Aos encontros do Grupo de Estudos Minimalistas (GEMI), pelas discussões teóricas acerca do Programa Minimalista.

*. aqui de dentro e por fora da Unicamp*

Aos colegas da área de gramática formal, pelas horas de estudo, companhia e amizade nesses dois anos de mestrado: Adriana, Ana Luiza, André, Carlos, Gilcélia, Juliana, Lílian e Pablo. E em especial à Sabrina, pela acolhida inicial aqui em Campinas; à Aline e à Elisângela, por estarem sempre por perto; ao Paulo, pelas longas conversas, quer seja sobre sintaxe ou qualquer outra besteira; ao Aroldo, pela companhia mais que necessária no período de escrita da dissertação; e à Vívian, por ter me apelidado carinhosamente, ainda nas primeiras semanas de curso, de “Bê”.

Aos colegas da área de Línguas Indígenas, por me apresentarem ao universo instigante dos povos indígenas: Angela, Eduardo, Graziela, Marcelo e Nayara. E em especial ao Almir, pelos gostos sofisticados que compartilhamos, e à Moana, por ser, simplesmente, *so beautiful*.

Aos colegas de outras áreas da Linguística, pelos bons momentos “arcadianos”: Fábio, Júlia e Karla. E em especial ao Juliano, pela amizade que construímos nesses dois anos.

Aos integrantes do Unijump – Grupo de Rope Skipping da FEF/UNICAMP, por garantirem os momentos de “pulação”.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro.

*. aqui de fora da Unicamp*

Às amigas Camila e Fabíola, e às suas respectivas famílias, por me acolherem desde os tempos de seleção do mestrado. Obrigado por me trazerem dentro da mala lá de Florianópolis e estarem sempre por perto quando eu precisava. E também à Simone, “japa” amiga das gurias, pela companhia aqui em Campinas.

*. lá de longe, mas sempre perto*

À Rainha das Poias, Denise, autêntica manezinha do continente, pela troca constante de “carta social” (apesar de estarmos em plena era digital), pelas fotografias conceituais, pelas caminhadas tortuosas ao redor da Ilha, pelo episódio “dois perdidos numa noite suja” em São Paulo, pela espontaneidade e, acima de tudo, pela amizade sincera. E também às outras poias, Cristiane e Patrícia, por estarem sempre torcendo por mim.

Aos amigos que me acompanham desde o Ensino Médio, hoje espalhados pelos cantos do Brasil (e, talvez, pelo mundo): Ana Carolina, André, Eliza, Letícia, Manoela, Maria Raquel, Natascha e Patrícia.

Aos colegas do Grupo Teatral Boca de Siri, por mostrarem que, de fato, “o teatro salva”: Emilia, Felipe, Graça e Judizeli. Merd(r)a a todos!

Ao Carlos e ao Filipe, por todo o apoio.

*. por todo lugar*

Ao Gustavo.

*Acho que damos pouca atenção àquilo que efectivamente decide tudo na nossa vida, ao órgão que levamos dentro da cabeça: o cérebro. Tudo quanto estamos por aqui a dizer é um produto dos poderes ou das capacidades do cérebro: a linguagem, o vocabulário mais ou menos extenso, mais ou menos rico, mais ou menos expressivo [...], tudo está dentro da nossa cabeça. Fora da nossa cabeça não há nada.*

José Saramago

Seguindo a versão minimalista da Teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1995 e obras posteriores), esta dissertação tem como objetivo propor um quadro formal para capturar propriedades sintáticas e semânticas demonstradas por sintagmas preposicionados locativos (PP-Locs do tipo *(lá) em cima de*, *(aqui) debaixo de*, *(ali) em frente a*, *(aí) por trás de*, *(lá) por dentro de*, *(aqui) para fora de* etc.) em sua relação com constituintes nominais no português brasileiro. Assumindo uma configuração clausal para os PP-Locs (Koopman, 1997; Dikken, 2003; Avelar, 2006; Svenonius, 2007), o estudo aborda casos em que o sintagma locativo funciona ou como um modificador restritivo do nome (quando é tradicionalmente classificado como adjunto adnominal), ou como um elemento que estabelece com a categoria nominal uma predicação secundária (quando assume uma função predicativa). A análise explora a ideia de que, para ter uma função restritiva e funcionar como um adjunto adnominal, o PP-Loc precisa ser complemento de uma categoria que codifique informações sobre referencialidade, de modo a atender requerimentos da interface semântica. A abordagem explora algumas consequências do modelo proposto por Kayne (1994), especificamente no que diz respeito ao estatuto das relações especificador-núcleo, assim como a proposta de Starke (1995), segundo a qual as relações de predicação que caracterizam *small clauses* envolvem uma projeção LexP. Adotando uma estrutura expandida para os sintagmas nominais de acordo com Vangsnes (2001), o estudo conclui que para um PP-Loc ser [+restritivo] precisa ser obrigatoriamente tomado como um complemento de D(eterminante) na computação sintática, portando consigo um traço de dêixis.

**Palavras-chave:** preposições, constituintes locativos, constituintes nominais, configurações de adjunção, configurações de predicação.



Following the minimalist version of the Principles and Parameters Theory (Chomsky, 1995 and following works), this thesis aims at proposing a formal framework to capture syntactic and semantic properties displayed by prepositional locative phrases (PP-Locs as *(lá) em cima de*, *(aqui) debaixo de*, *(ali) em frente a*, *(aí) por trás de*, *(lá) por dentro de*, *(aqui) para fora de* etc.) in their interaction with nominal constituents in Brazilian Portuguese. Assuming a clausal configuration for PP-Locs (Koopman, 1997; Dikken, 2003; Avelar, 2006; Svenonius, 2007), the study addresses cases in which the locative phrase works either as a restrictive modifier of the name (when it is traditionally classified as an adnominal adjunct), or as an element that provides a secondary predication together with the nominal category (when it assumes a predicative function). The analysis explores the idea that in order to have a restrictive function and to operate as an adnominal adjunct, PP-Loc needs to be a complement of a category that encodes information about referentiality so as to meet the requirements of the semantic interface. The approach explores some consequences of Kayne's (1994) specifically with respect to the status of Spec-head relations; and also Starke's (1995) proposal, according to which predication relations that characterize small clauses involve a LexP projection. Adopting an expanded structure for nominal phrases following Vangsnes (2001), the study concludes that in order for a PP-Loc to be [+restrictive] it must necessarily be taken as a complement of D(eterminant) in the syntactic computation, carrying with it a deixis feature.

**Keywords:** prepositions, locative constituents, nominal constituents, adjunct configuration, predication configuration.

---

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
1 Constituinte restritivo <i>versus</i> constituinte predicativo .....	1
1.1 Adjuntos .....	3
1.2 Predicativos .....	5
2 Constituintes locativos: restrição e predicação .....	6
<b>CAPÍTULO 1 – SINTAGMAS PREPOSICIONADOS LOCATIVOS</b> .....	9
1.1 O funcionamento de PP-Locs como adjuntos e elementos predicativos .....	9
1.2 Preposições simples e complexas: breves considerações .....	13
1.3 Sobre a adjunção de PPs dentro de constituintes nominais .....	19
1.4 Fechando o capítulo... .....	21
<b>CAPÍTULO 2 – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS</b> .....	23
2.1 O Programa Minimalista .....	23
2.2 A noção de “fase” .....	26
2.3 Configurações de adjunção .....	28
2.3.1 A operação <i>adjungir</i> em oposição à operação <i>concatenar</i> .....	28
2.3.2 A Hipótese de Adjunção Tardia .....	30
2.3.3 Adjunção sem rótulo .....	33
2.4 Predicação secundária .....	35
2.5 Uma arquitetura sentencial para os PP-Locs .....	38
<b>CAPÍTULO 3 – OS PP-LOCS NA COMPUTAÇÃO SINTÁTICA: RESTRIÇÃO E PREDICAÇÃO</b> .....	45
3.1 Sobre a estrutura do DP .....	45
3.2 PP-Loc: restrição e predicação .....	50
3.2.1 PP-Loc [+restritivo] .....	51
3.2.1.1 Advérbios locativos e sua dependência do DP .....	52
3.2.1.2 A derivação do constituinte nominal com PP-Loc [+restritivo] .....	57
3.2.2 PP-Loc [-restritivo] .....	61

3.2.2.1 A projeção LexP .....	61
3.2.2.2 A derivação do constituinte nominal com PP-Loc [-restritivo] .....	64
3.3 A categoria NumP .....	66
3.4 A atribuição de Caso ao DP .....	68
3.5 Gradação de referencialidade .....	69
3.6 Relações de constituência .....	72
3.6.1 Extração a partir de adjuntos e de predicados secundários .....	74
3.6.2 Elipse em estruturas coordenadas .....	76
3.6.3 Extração de PP-Loc a partir da posição de sujeito .....	79
3.7 PP-Locs e pronomes demonstrativos .....	81
3.8 Contrastes com a proposta de Avelar (2006) .....	85
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	93
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	95

O objetivo desta dissertação é apresentar e discutir questões associadas a propriedades demonstradas por sintagmas preposicionados com interpretação locativa em sua relação com constituintes nominais no português brasileiro (doravante, PB). O estudo aborda casos em que o sintagma locativo funciona ou como um modificador restritivo do nome (quando é tradicionalmente classificado como adjunto adnominal), ou como um elemento que estabelece com a categoria nominal uma predicação secundária (quando a sua função sintática pode ser associada ao que tradicionalmente se convencionou chamar de termo predicativo). Assumindo a versão minimalista da Teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1995 e obras posteriores), iremos propor um quadro formal que visa a dar conta, entre outros aspectos, de certas restrições para que o sintagma locativo funcione como adjunto adnominal.

### 1 Constituinte restritivo *versus* constituinte predicativo

Nas gramáticas tradicionais, os adjetivos costumam ser apontados como os itens que assumem canonicamente as funções sintáticas de adjunto adnominal e predicativo (Bechara, 1999; Cunha & Cintra, 2001).<sup>1</sup> As duas funções podem ser notadas em (1).

- (1) a. O caderno velho pertence ao João.  
b. O caderno está velho.

Em (1a), o adjetivo *velho* funciona como um adjunto adnominal, enquanto em (1b), como um predicativo. Em (1a), o referente do constituinte nominal, nucleado pelo nome *caderno*, é especificado pelo adjetivo que o acompanha: *velho* confere uma nova informação ao nome, restringindo, assim, o universo de cadernos que podem pertencer ao João; já em (1b), *velho* é o

---

<sup>1</sup> É interessante notar que, apesar de a função predicativa ser canonicamente associada aos adjetivos, as gramáticas tradicionais incluem as orações predicativas entre as subordinadas substantivas, e não entre as subordinadas adjetivas.

termo que, com o auxílio do chamado verbo de ligação, exprime um atributo ao nome representado por *João*.

Em alguns contextos, um termo pode funcionar tanto restritiva quanto predicacionalmente, como em (2) a seguir, extraído de Miotto, Figueiredo Silva e Lopes (2004, p. 41).

(2) O juiz julgou a ré culpada.

A ambiguidade de (2) deve-se a duas possibilidades de relação estrutural entre o adjetivo *culpada* e o constituinte nominal *a ré*. Considerando *culpada* como um adjunto adnominal, tem-se que a decisão do juiz não está expressa na sentença; diferentemente, caso o adjetivo *culpada* atue como um termo predicativo, ele representa, de fato, qual é a decisão tomada pelo juiz.

Ao longo deste trabalho, nos debruçaremos sobre sentenças que envolvem alguma relação de restrição ou predicação, mas com o detalhe de que, em vez de adjetivos, itens considerados prototípicos nas funções de adjunto adnominal e predicativo, o foco aqui recairá sobre constituintes locativos preposicionados. Da mesma forma como o adjetivo *culpada* em (2), o termo preposicionado em (3a) a seguir (*em cima da cama*) pode equivaler a um locativo restritivo (quando admite a paráfrase em (3b)) ou a um locativo predicativo (quando admite a paráfrase em (3c)).

- (3) a. Vimos todas aquelas calças *em cima da cama*.  
b. Vimos todas aquelas calças que estavam em cima da cama.  
c. Vimos que todas aquelas calças estavam em cima da cama.

Antes de prosseguir, é importante tecer algumas considerações teóricas sobre os adjuntos e predicativos, dos quais nos ocuparemos neste trabalho.

## 1.1 Adjuntos

Na tradição da gramática gerativa, o estudo sobre a natureza dos adjuntos (em contraste com a dos complementos) é um campo com muito a ser explorado, apesar dos vários estudos encontrados na literatura sobre esse tipo de constituinte. Noam Chomsky, já nos anos de 1960, chamou a atenção para o fato de que os advérbios, tidos como itens inerentemente não argumentais, constituem um sistema bastante rico e complexo, sendo que qualquer formalização acerca de seu funcionamento deveria ser considerada, até então, uma mera tentativa (cf. Chomsky, 1965). Trinta anos depois, já no quadro teórico do Programa Minimalista, o mesmo Chomsky (1995) reafirma o caráter abstruso dos adjuntos, constatando que ainda não se encontrou uma arquitetura ideal para representar a concatenação desses termos na estrutura sentencial.

Ernst (2002) observa que os advérbios são o centro de boa parte das análises dedicadas ao estudo da adjunção. O autor afirma que a literatura dos últimos trinta anos em relação a esse tópico, tanto na sintaxe como na semântica formal, é repleta de análises de distribuição ou interpretação (ou ambos) de pequenas classes de advérbios. Contudo, existem poucas tentativas de uma teoria geral que abarque e resolva todos os potenciais problemas que costumam ser levantados.

De um modo geral, na tradição dos estudos linguísticos, em particular no campo da gramática gerativa, a distinção sintático-semântica entre os adjuntos e os argumentos costumam se refletir na arquitetura sentencial. Sintaticamente, podemos arrolar as seguintes diferenças:

- um adjunto é tido como um elemento opcional, enquanto um complemento é um elemento obrigatório;
- um constituinte Y em um sintagma [XY] é um adjunto se e apenas se (i) o sintagma X sozinho (sem Y) é também um constituinte bem-formado, e (ii) X (sem Y) é da mesma categoria sintática que o sintagma [XY] (X é nesse caso o núcleo do sintagma [XY]);
- um constituinte Y em um sintagma [XY] é um argumento se e apenas se (i) X sozinho (sem Y) não é bem-formado, ou (ii) se é gramatical, então X estando sozinho não tem a mesma categoria que em [XY] (e não tem exatamente o mesmo sentido como tem em [XY]).

Quanto à semântica, as diferenças entre adjuntos e argumentos residem nos seguintes aspectos:

- um adjunto “modifica” o significado do seu núcleo, enquanto um argumento “completa” o significado do seu núcleo;
- se Y é um adjunto em [XY], Y restringe [XY] para um subconjunto próprio da denotação de X sozinho;
- se Y é um argumento em [XY], (i) o sentido de X sozinho é incompleto ou incoerente; (ii) X deve ser entendido de forma elíptica, sendo que o ouvinte deve inferir algum contexto dependente ou significado anafórico de Y para “preencher” o espaço semântico que X requer semanticamente.

Por exemplo, analisando a sentença (4) a seguir diante das características semanticamente contrastivas apresentadas acima, percebemos que o constituinte *no quarto* funciona como um adjunto adverbial (ou adnominal, caso modifique o constituinte nominal *o rato*), uma vez que restringe o sentido contido no predicado verbal, indicando o local onde Pedro matou o rato (no caso de ser um adjunto adnominal, *no quarto* restringe o universo de ratos que Pedro possa ter visto).

(4) Pedro matou o rato no quarto.

Como sabemos, a função do adjunto não é a de complementar o núcleo significativo da sentença, tanto que pode ser apagado sem que o entendimento de (4) seja prejudicado, conforme pode ser visto abaixo em (5); pelo contrário, se os argumentos *Pedro* ou *o rato* forem elididos, a sentença requer do ouvinte uma ancoragem em uma situação prévia para o seu bom entendimento, pois, caso contrário, ela será agramatical, como demonstram os exemplos em (6)-(8).

(5) Pedro matou o rato \_\_\_\_.

(6) \*Pedro matou \_\_\_\_ no quarto.

(7) \*\_\_\_\_ Matou o rato no quarto.

(8) \*\_\_\_\_ Matou \_\_\_\_ no quarto.

## 1.2 Predicativos

Nos estudos gerativistas, os termos tradicionalmente caracterizados como predicativos costumam ser associados à noção de *small clause* (SC), termo introduzido primeiramente por Williams (1975 *apud* Cardinaletti & Guasti, 1995), que se refere a um subconjunto de construções (aparentemente) atemporais para expressar uma relação de predicação, envolvendo um sujeito e um predicado. Diferentemente das *full clauses*, o predicado em uma SC é morfologicamente mais pobre, pois não é constituído por um verbo flexionado, mas sim por um verbo não-finito (infinitivo, gerúndio, particípio passado), um adjetivo, um termo preposicionado ou um nome, como nos exemplos em (9-12) abaixo, respectivamente, com as SC representadas entre colchetes. Chomsky (1981) expressa tal relação afirmando que as SCs são um exemplo de predicação em que o predicado não é ligado pela categoria flexão (INFL), como acontece com as *full clauses*.

- (9) O João viu [a Maria sair].
- (10) O João considera [a Maria estudiosa].
- (11) O João chama [a Maria de corajosa].<sup>2</sup>
- (12) O João acha [a Maria uma bruxa].

Vários autores, entre eles Williams (1980, 1983) e Stowell (1983), se debruçaram sobre as SCs na tentativa de explicar quais são as condições necessárias para estabelecer uma relação de predicação, e como tais condições se aplicam a tais estruturas. Outra questão que costuma nortear o estudo das SCs diz respeito à natureza da relação entre SCs e sentenças copulares, já que estas podem ser consideradas como uma contraparte flexionada daquelas (Rothstein, 1995).

É importante salientar que, com os estudos de Williams (1980, 1983) e Stowell (1983), a análise da predicação pode ser dividida em duas teorias divergentes. Na teoria defendida por Williams (1980, 1983), os elementos que compõem a SC não constituem um só objeto sintático, com o nome e o elemento predicativo sendo coindexados (ou combinados de alguma maneira)

---

<sup>2</sup> De acordo com Foltran (1999, p. 51-57), o estatuto dos sintagmas preposicionados como elementos predicativos engloba casos distintos, que ainda carecem de investigações, a saber: a) o sintagma preposicionado é, ele todo, um predicado; b) o sintagma preposicionado é alvo de uma predicação; c) o sintagma preposicionado contém um predicado.



por meio de uma regra de predicação. Em contraste, o sujeito e o predicado formam, na teoria defendida por Stowell (1983), um único constituinte em todos os níveis de representação, com toda a SC sendo selecionada pelo verbo principal.

Voltaremos a abordar as relações de predicação em outros momentos deste trabalho, objetivando alcançar um quadro formal que nos permita explicar os fenômenos relacionados aos constituintes locativos.

## 2 Constituintes locativos: restrição e predicação

Como visto anteriormente, adjuntos e elementos predicativos podem ser representados por sintagmas preposicionados, como nos exemplos em (4), em que o adjunto é introduzido pela preposição *em*, e em (11), em que o predicativo é introduzido pela preposição *de*.

As preposições, que também podem aparecer como posposições ou ainda circumposições nas diferentes línguas naturais, constituem uma classe fechada e invariável, aparecendo, de acordo com cada língua, como afixos ligados a nomes ou como morfemas livres acompanhando um sintagma nominal, verbal ou de alguma outra natureza.

Considerando que os sintagmas preposicionados são, como destacado por Ernst (2002) e Saint-Dizier (2006), morfossintaticamente “talhados” para serem não argumentais (embora muitos argumentos sejam introduzidos por preposição), este trabalho irá tratar da relação entre sintagmas preposicionados locativos e constituintes nominais no PB, como no exemplo destacado a seguir.

(13) O João detesta [aquele sapato] [*em cima do tapete*].

O sintagma preposicionado locativo (doravante, PP-Loc) italicizado em (13) pode funcionar, da perspectiva tradicional, tanto como um adjunto adnominal quanto como um predicativo do constituinte nominal *aquele sapato*. Como um adjunto adnominal, o PP-Loc restringe um elemento dentro de um conjunto de sapatos presente no contexto de enunciação – uma paráfrase possível para esse sentido seria a seguinte: *o João detesta aquele sapato que está em cima do tapete*; como um predicativo, o mesmo PP-Loc atua sobre o sintagma nominal com uma função

não-restritiva – no caso, a sentença veicularia a informação de que João detesta o fato de determinado sapato situar-se em cima do tapete.

Uma das propriedades que irá motivar o desenvolvimento deste trabalho está no estabelecimento de certas condições para que o PP-Loc seja licenciado como um sintagma restritivo. A sentença em (14) a seguir exemplifica uma dessas condições: caso o constituinte nominal figure como um *bare noun* (ou seja, apareça sem um determinante fonologicamente realizado que o encabece), a única interpretação possível para a sentença é aquela em que o sintagma preposicionado corresponde a um predicativo – tal sentença pode equivaler a *o João detesta quando um ou mais sapatos estão em cima do tapete*, mas não a *o João detesta um ou mais sapatos que estão em cima do tapete*; curiosamente, a mesma restrição não é atestada caso um adjetivo acompanhe um *bare noun*, como em (15), em que *branco* funciona como um termo restritivo do nome.

(14) O João detesta sapato *em cima do tapete*.

(15) O João detesta sapato *branco*.

Detendo-se sobre restrições desse tipo, o presente trabalho irá adotar a versão minimalista da Teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1995 e obras posteriores) para defender a ideia de que os PP-Locs, para terem uma função restritiva e funcionar como um adjunto adnominal, precisam se conectar à projeção de uma categoria que codifique informações sobre referencialidade (num sentido que iremos precisar mais adiante), de modo a atender requerimentos da interface semântica.

Ao longo da dissertação, serão discutidos os casos de PP-Locs com interpretação restritiva e predicativa. Os objetivos norteadores do trabalho são os seguintes:

- i) propor uma análise sobre como o sintagma locativo restritivo e o sintagma locativo predicativo se articulam com o constituinte nominal;
- ii) discutir por que os *bare nouns* impõem obstáculos para que PP-Locs desempenhem a função restritiva; e
- iii) explicar por que esses mesmos obstáculos não atuam quando os PP-Locs ocorrem em contextos não-restritivos.

No Capítulo 1, abordaremos a questão central desta pesquisa, que reside no funcionamento de PP-Locs como termos restritivos ou predicativos. Serão abordadas ainda algumas questões que dizem respeito às preposições, focando as chamadas preposições complexas (do tipo *em cima de*, *por dentro de*, *embaixo de*, *atrás de* etc.), assim como o modelo tradicional de adjunção dentro da teoria X-barra.

No Capítulo 2, para um melhor tratamento dos termos que funcionam como adjuntos e predicativos, buscaremos uma representação para o tratamento destas estruturas. Serão elaboradas algumas propostas de adjunção, em busca de uma representação ideal para os PP-Locs em contextos restritivos, assim como será defendida uma configuração de predicação secundária para os casos envolvendo PP-Locs em contextos predicacionais. Definiremos ainda a arquitetura sentencial dos sintagmas preposicionados, considerando a projeção *pP* (*light prepositional phrase*), nos termos de Avelar (2006), para dar conta das preposições locativas complexas.

No Capítulo 3, por fim, apresentaremos configurações sentenciais distintas para abarcar os sentidos restritivo e não-restritivo associados aos PP-Locs. Para tanto, iremos assumir a proposta da Vangsnes (2001) para a estrutura dos constituintes nominais, com o propósito de formalizar a relação que se estabelece entre os PP-Locs e os sintagmas nominais, tanto na modificação restritiva quanto na estrutura predicativa. Serão apresentadas e discutidas, ainda nesse capítulo, algumas previsões determinadas pela hipótese defendida.

O objetivo deste capítulo é apresentar questões relacionadas às propriedades demonstradas por PP-Locs em sua relação com constituintes nominais no PB. Para tanto, primeiramente colocaremos em discussão os fatos associados a estruturas em que um elemento preposicionado modifica um nome, funcionando ou como um adjunto adnominal ou como um elemento predicativo. Em 1.2, focaremos o estatuto das preposições em PB, em particular as preposições locativas complexas. Em 1.3, por fim, abordaremos algumas propostas de adjunção exploradas em desdobramentos da gramática gerativa, analisando se são adequadas para explicar o fenômeno em questão.

#### 1.1 O funcionamento de PP-Locs como adjuntos e elementos predicativos

Como ponto de partida para a discussão, retornemos à oposição entre adjuntos e predicativos, atentando para a construção ambígua em (1), em que o adjetivo *rico* pode ser associado a duas interpretações.

(1) A Maria conheceu o homem rico.

Uma interpretação possível é aquela em que *rico* modifica restritivamente o sintagma nominal *o homem*, caracterizando-se como o que tradicionalmente se convencionou chamar de adjunto adnominal – o adjetivo funciona como um modificador do nome, restringindo o universo de homens considerados num determinado contexto; logo, uma possível paráfrase para a sentença seria *a Maria conheceu o homem que era rico*. A outra interpretação para a mesma sentença, em que *rico* equivale a um predicativo, pode corresponder a algo como *quando a Maria conheceu o homem, ele era rico*.

Algumas construções sintáticas permitem atestar uma oposição nos efeitos de constituição entre termos restritivos e predicativos. As sentenças clivadas (2-3a), topicalizadas (2-3b) e passivas (2-3c) mostram que na restrição, o constituinte modificador parece formar um único constituinte com o sintagma nominal, enquanto na predicação, o termo modificador e o sintagma nominal não estabelecem a mesma relação de constituição.

- |     |   |                              |
|-----|---|------------------------------|
| (2) | a. Foi o homem rico que a Maria conheceu. | (restrição:ok; predicação:*) |
|     | b. O homem rico, a Maria conheceu ele.    | (restrição:ok; predicação:*) |
|     | c. O homem rico foi conhecido pela Maria. | (restrição:ok; predicação:*) |
| (3) | a. Foi o homem que a Maria conheceu rico. | (restrição:*; predicação:ok) |
|     | b. O homem, a Maria conheceu ele rico.    | (restrição:*; predicação:ok) |
|     | c. O homem foi conhecido rico pela Maria. | (restrição:*; predicação:ok) |

Tendo em vista a possibilidade de clivagem como sendo um indício de constituição, podemos considerar que, quando clivamos o nome mais o adjetivo, como em (2a), a sentença perde a ambiguidade, ficando apenas o sentido restritivo – dessa forma, conclui-se que nome e adjetivo formam um único constituinte. Diferentemente, nos casos em (3), em que a ambiguidade é desfeita em favor do sentido não-restritivo, a possibilidade de separar o nome e o adjetivo revela que a relação de constituição não é a mesma que a atestada para os casos de modificação restritiva.

Se aplicarmos o mesmo tipo de teste para casos com PP-Loc, que é o foco deste trabalho, o resultado é o mesmo. Os dados abaixo revelam que, assim como no padrão exibido por adjetivos, sintagmas locativos com interpretação restritiva e não-restritiva exibem contrastes relacionados a efeitos de constituição. Quando restritivos, os sintagmas locativos complexos equivalem a um adjunto adnominal; quando não-restritivos, o sintagma locativo pode equivaler às funções de predicativo ou de adjunto adverbial. Por ora, visando facilitar a exposição, trabalharemos simplesmente com a oposição entre locativo restritivo e locativo não-restritivo. Assim, em sentenças como em (4), o locativo complexo pode tanto receber uma interpretação restritiva quanto uma interpretação não-restritiva. Os testes em (5) e (6) a seguir revelam o comportamento dos PP-Locs paralelo com o dos adjetivos, como mostrado acima em (2) e (3).

- (4) O João detesta aquele sapato *em cima do tapete*.
- (5) a. É o sapato *em cima do tapete* que o João detesta. (restritivo:ok; não-restritivo:\*)  
 b. O sapato *em cima do tapete*, o João detesta (ele). (restritivo:ok; não-restritivo:\*)  
 c. O sapato *em cima do tapete* é detestado pelo João. (restritivo:ok; não-restritivo:\*)
- (6) a. É o sapato que o João detesta *em cima do tapete*. (restritivo:\*; não-restritivo:ok)  
 b. O sapato, o João detesta ele *em cima do tapete*. (restritivo:\*; não-restritivo:ok)  
 c. O sapato é detestado *em cima do tapete* pelo João. (restritivo:\*; não-restritivo:ok)

Um fato interessante, já mencionado na introdução deste trabalho, é que os DPs modificados “impõem condições” para um PP locativo modificador receber a interpretação restritiva. Observemos o paradigma em (7), atentando-se para a referencialidade do DP modificado.<sup>3</sup>

- (7) a. O João detesta [sapato *em cima do tapete*]. (+restritivo:\* / -restritivo:ok)  
 b. O João detesta [um sapato *em cima do tapete*]. (+restritivo:? / -restritivo:ok)  
 c. O João detesta [o sapato *em cima do tapete*]. (+restritivo:ok / -restritivo:ok)  
 d. O João detesta [aquele sapato *em cima do tapete*]. (+restritivo:ok / -restritivo:ok)  
 e. O João detesta [qual sapato *em cima do tapete*]? (+restritivo:ok / -restritivo:ok)

<sup>3</sup> Avelar (2006) destaca que PPs introduzidos pela preposição *de* (sintagmas-*de*) comportam-se de modo diferente em relação àqueles introduzidos por preposições como *em*, *com* e *para* (sintagmas-*em/com/para*): enquanto o grau de referencialidade do DP modificado afeta a interpretação do PP-Loc como [+restritivo] (como observado no exemplo em (7)), com os sintagmas-*de* tal propriedade não se observa, como exposto no contraste abaixo envolvendo as preposições *em* (i) e *de* (ii).

- (i) a. O Pedro lavou toalhas *no banheiro*. (\*+restritivo/-restritivo)  
 b. O Pedro lavou várias toalhas *no banheiro*. (?+restritivo/-restritivo)  
 c. O Pedro lavou as toalhas *no banheiro*. (+restritivo/-restritivo)  
 d. O Pedro lavou aquelas toalhas *no banheiro*. (+restritivo/-restritivo)
- (ii) a. O Pedro lavou toalhas *do banheiro*. (+restritivo /\*-restritivo)  
 b. O Pedro lavou várias toalhas *do banheiro*. (+restritivo /\*-restritivo)  
 c. O Pedro lavou as toalhas *do banheiro*. (+restritivo /\*-restritivo)  
 d. O Pedro lavou aquelas toalhas *do banheiro*. (+restritivo /\*-restritivo)

Cf. Avelar (2006, capítulos 3 e 4) para um tratamento diferenciado dos sintagmas-*de* e dos sintagmas-*em/com/para*.

Como referido em Avelar (2006, p. 3), o paradigma em (7) mostra o que se pode chamar de *efeito da gradação de referencialidade*, que “parece determinar requerimentos atrelados à (in)definitude para que um DP seja restritivamente modificado por certos tipos de sintagmas preposicionados.” Em (7a), por exemplo, vemos que é impossível interpretar PPs locativos junto a DP *bare nouns* como um adjunto adnominal; nesse caso, o PP pode ser interpretado apenas como um adjunto adverbial. Com quantificadores existenciais ou artigos indefinidos, a interpretação do PP locativo como um adjunto adnominal não é natural, como mostra (7b)<sup>4</sup>; por sua vez, (7c-e) mostra que DPs introduzidos por artigos definidos e pronomes demonstrativos (ou, ainda, DPs interrogativos) são os que naturalmente licenciam a interpretação restritiva que caracteriza a ocorrência do PP locativo como um adjunto adnominal.

Os mesmos obstáculos relacionados à referencialidade do termo modificado não atuam quando o modificador é um adjetivo ou qualquer outro termo não-locativo com função restritiva. Em (8) abaixo, por exemplo, o *bare noun* licencia a interpretação do adjetivo *preto* ou do PP *de couro* como um adjunto adnominal, ao contrário do que ocorre numa sentença como a apresentada anteriormente em (7a).

(8) O João detesta [sapato *preto* / *de couro*].

Avelar (2006) também nota que podemos estabelecer um paradigma de referencialidade com relação ao DP interpretado como Fundo (no sentido proposto em Talmy, 2000)<sup>5</sup>, representado em negrito no paradigma em (9) abaixo.

- (9) a. O João detesta [aquele sapato *em cima de **tapete***]. (+restritivo:\* / -restritivo:ok)  
 b. O João detesta [aquele sapato *em cima de **um tapete***]. (+restritivo:? / -restritivo:ok)<sup>6</sup>  
 c. O João detesta [aquele sapato *em cima do **tapete***]. (+restritivo:ok / -restritivo:ok)  
 d. O João detesta [aquele sapato *em cima **daquele tapete***]. (+restritivo:ok / -restritivo:ok)  
 e. O João detesta [aquele sapato *em cima de **qual tapete***? (+restritivo:\* / -restritivo:ok)

<sup>4</sup> A construção em (7b) parece ser aceitável com o sentido [+restritivo] somente se o DP indefinido receber uma interpretação partitiva, podendo ser parafraseado por uma sentença como *o João usou um dos sapatos em cima do tapete*.

<sup>5</sup> Além de Fundo, Talmy (2000) também define Figura, que são termos que estabelecem uma relação a partir de preposições estativas; enquanto a Figura corresponde a um objeto que se procura localizar, o Fundo constitui-se como o espaço onde se configura o *locus* em que a Figura se localiza. Cf. a seção 2.5 para maiores detalhes.

<sup>6</sup> Cf. nota 4.

De forma mais restrita ao que acontece com os DPs interpretados como Figura (cf. (7)), em (9) o sintagma locativo só é interpretado como adjunto adnominal se o determinante associado a N for um artigo definido, como em (9c), ou um demonstrativo, como em (9d); *bare nouns*, DPs indefinidos e DPs interrogativos, respectivamente como em (9a), (9b) e (9e), implicam uma leitura adverbial para o sintagma locativo.

## 1.2 Preposições simples e complexas: breves considerações

De modo geral, as preposições constituem uma classe fechada nas línguas naturais, aparecendo, de acordo com cada língua, como afixos ligados a nomes ou como morfemas livres acompanhando sintagmas nucleados por diferentes categorias (verbos, nomes, advérbios etc.). Conhecidas também como itens relacionadores, elas podem veicular diversas informações semânticas, como locação, direção, benefactividade, companhia, instrumento, posse etc., como nos exemplos em (10); podem, ainda, ocorrer em contextos em que não apresentam um sentido bem delineado, com uma semântica imprecisa, como nos exemplos em (11).

- |      |   |                |
|------|---|----------------|
| (10) | a. João pôs o livro <u>na estante</u> .                                     | (locativo)     |
|      | b. Ana viajou <u>de São Paulo para Campinas</u> ontem.                      | (direcional)   |
|      | c. Paulo deu o livro <u>ao amigo</u> .                                      | (benefactivo)  |
|      | d. Maria jantou <u>com a mãe dela</u> .                                     | (comitativo)   |
|      | e. Ele cortou o pão <u>com a faca</u> .                                     | (instrumental) |
|      |   |                |
| (11) | a. Pedro insistiu <u>na conversa</u> .                                      |                |
|      | b. Os professores estão <u>para sair da greve</u> .                         |                |
|      | c. <u>Com as provas sendo corrigidas</u> , os alunos poderão ser avaliados. |                |
|      | d. O moço <u>da padaria</u> morreu. <sup>7</sup>                            |                |

---

<sup>7</sup> As expressões sublinhadas em (11) não contam com uma informação semântica bem delimitada como aquelas em (10). Por exemplo, em (11d), *da padaria* pode corresponder *ao moço que mora na padaria, que trabalha na padaria, que construiu a padaria, que roubou a padaria* etc., o que mostra que, para a preposição *de* ser realizada em contextos frásicos desse tipo, basta que seja estabelecida uma relação entre *moço* e *padaria*, não importando a natureza dessa relação. Para uma discussão mais detalhada, cf. Avelar (2006).



Conforme destacado por vários autores (cf., por exemplo, Poggio (2002, p. 79)), o uso das preposições era reduzido no latim (quando comparado com as línguas que dele se originaram), dada a força significativa das flexões casuais, expressa, algumas vezes, apenas pela diferença na quantidade vocálica da vogal final do vocábulo. As preposições latinas serviam basicamente como elementos desambiguadores em contextos de formas casuais idênticas ou muito semelhantes. Um maior uso desses itens só vai acontecer na evolução do latim para as línguas românicas, marcada pelo enfraquecimento do sistema flexional. Uma das consequências dessa mudança foi o desenvolvimento de um sistema preposicional que, dentre outros aspectos, determina um padrão frásico que apresenta menor flexibilidade na ordem das palavras, diferentemente do latim.

A maioria das gramáticas tradicionais enfatiza a função relacional das preposições, ao lado das suas propriedades de invariabilidade e de reduzida massa fônica (cf. Rocha Lima, 1980). O papel central das preposições é, da perspectiva tradicional, o de relacionar dois termos da oração, estabelecendo uma relação de dependência entre os mesmos. Bechara (1999) caracteriza as preposições como uma unidade linguística desprovida de independência, já que elas não aparecem sozinhas no discurso. Cunha & Cintra (2001), dando atenção ao significado desses itens, observam que é possível estabelecer para cada preposição um significado nuclear que pode expressar movimento ou situação resultante (ausência de movimento), estendendo esse significado aos campos espacial, temporal e nocional. Todavia os autores ressaltam que, em muitos contextos, há o esvaziamento total do significado da preposição em favor de uma função puramente relacional, o que a torna um simples elo sintático, vazia de conteúdo nocional.

Na tradição da teoria gerativa, as preposições são tratadas como núcleos lexicais que portam os traços distintivos [-N, -V], o que traduz a ideia de não apresentarem nem traços nominais de gênero e número, nem traços verbais de tempo, modo e pessoa (cf. Raposo, 1992; Haegeman, 1994; Culicover, 1997). Muitos autores questionam, contudo, se as preposições são, assim como os nomes, verbos e adjetivos, realmente categorias lexicais (cf., por exemplo, Mioto, Figueiredo Silva e Lopes (2004)), no sentido de serem produtivas na língua (por exemplo, a partir de um mesmo radical, como /am-/ por exemplo, podemos derivar o nome *amor*, o adjetivo *amado* e o verbo *amar*, o que não acontece com a classe das preposições).

O que permite advogar em favor da manutenção desses itens no grupo das categorias lexicais é a capacidade de selecionar semanticamente (s-seleção) seus argumentos. Por exemplo, analisemos as preposições *sobre* e *em* nas sentenças (12) e (13), respectivamente.

- (12) a. O João desmaiou sobre a cama.  
b. \*O João desmaiou sobre a terça-feira.

- (13) a. O João desmaiou na mesa.  
b. O João desmaiou na terça-feira.

Pelo contraste entre os dois conjuntos de sentenças, percebemos que *sobre* faz uma s-seleção do seu complemento, exigindo que ele seja um DP interpretado como lugar (12a), propriedade que não é compatível com o DP *a terça-feira*, o que faz com que a sentença (12b) seja pragmaticamente estranha. A preposição *em*, por sua vez, s-seleciona tanto DPs interpretados como lugar assim como DPs interpretados como tempo, logo, as duas sentenças em (13) são bem formadas. Dessa forma, assim como nomes, verbos e adjetivos, as preposições também são arroladas como categorias lexicais.

Há, contudo, preposições que não apresentam propriedades de s-seleção, mas apenas de seleção categorial (c-seleção), como os itens *de* e *em* nas construções em (14).

- (14) a. A Ana gosta de refrigerante.  
b. A Maria confia nos seus filhos.

Em (14a), por exemplo, a preposição *de* somente subcategoriza que tipo de complemento (no caso, um DP) ela pode receber, não contribuindo em nada semanticamente para essa escolha, que é restringida pelo verbo *gostar*. Isso pode ser comprovado pelo exemplo abaixo, em que o complemento de P pode ser um infinitivo.

- (15) a. A Ana gosta [de [<sub>InfP</sub> tomar refrigerante]]

As preposições, em geral, introduzem uma relação entre duas entidades ou conjuntos de entidades, logo, podem ser vistas como intermediadoras de uma relação semântica entre uma estrutura que a precede, como por exemplo, um verbo, e outra que a segue, como um NP. A primeira entidade é frequentemente um tipo de “argumento externo”, enquanto a segunda é aquela encabeçada pela preposição. As preposições selecionam, em geral, constituintes nominais, mas também podem selecionar proposições, sendo que elas apresentam as suas próprias restrições seletivas. Em um exemplo apresentado por Saint-Dizier (2006, p. 4-5), em um sintagma verbal com complemento PP como em (16) abaixo, as restrições seletivas impostas pelo verbo sobre seu complemento, representado por um sintagma preposicional, devem, de alguma forma, coincidir com o tipo de PP e com o tipo do NP dentro do PP.

(16) *to run to school*

O verbo *run* requer um caminho que especifique a área em que ele ocorre, requisito satisfeito pela preposição *to*; por sua vez, *to* exige um NP que seja algo bem delimitado, possivelmente um grande espaço, condição a qual *school* atende.

Numa longa análise sobre critérios seletivos no inglês, Saint-Dizier (2006) apresenta as preposições do tipo *around*, *out*, *in*, *away* como capazes de serem utilizadas com um objeto vazio, como em *go away*, *stroll around*. Preposições como *in*, *into*, *without* selecionam um NP complemento, como em *in the room*, *without sugar*, enquanto preposições como *out*, *from* podem selecionar complementos NP ou PP, como *from under the table*, *out in the streets*. Já preposições tais como *between* selecionam um NP plural, como *between John and Mary*, *between my five best friends*. Finalmente, no que diz respeito a expressões do tipo *from A to B*, *down A to C*, o autor salienta que as preposições *from* e *down* selecionam apenas *A*, de modo que *from A to B* deve ser analisado como um composto do tipo *trajetória*, em que *from* e *to* desempenham um papel equivalente.

Para Saint-Dizier (2006), as preposições não constituem uma classe gramatical estritamente fechada, como muitos autores defendem, pois elas podem combinar-se com nomes (*sur le côté de*, *on the left of*, *al lado de*), adjetivos (*proche de*, *close to*) e formas gerundivas (*se rapportant à*, *with respect to*) formando os chamados compostos preposicionais. Esses compostos

desempenham as mesmas funções das preposições expressas por uma única palavra e, devido à combinação com outras classes, podem dar origem a novos elementos.

No português, as chamadas “preposições complexas” ou “locuções prepositivas” são a contraparte de combinações como *from under* e *out in* do inglês. As preposições complexas ocorrem, em geral, sob a forma PREPOSIÇÃO + MORFEMA ESPACIAL + *DE*, como mostram alguns exemplos no paradigma em (17) a seguir, apresentado em Avelar (2006, p. 32).<sup>8</sup>

(17)	a.	b.	c.	d.	e.
	de cima de	debaixo de	de dentro de	de fora de	detrás de
	em cima de	embaixo de	(*em) dentro de	(*em) fora de	*em trás de
	para cima de	para baixo de	para dentro de	para fora de	para trás de
	por cima de	por baixo de	por dentro de	por fora de	por trás de
	acima de	abaixo (de)	adentro (*de)	afora (*de)	atrás de

Nas preposições complexas, que podem ser introduzidas por *de*, *em*, *para*, *por* ou *a*, a preposição *de* posposta ao morfema espacial (*cima*, *baixo*, *fora*, *trás* etc.) assume, de acordo com Avelar, um papel meramente funcional, atuando em tais contextos como um licenciador de Caso para um termo nominal. Observando (18) abaixo, vemos que o morfema locativo precisa estar associado à preposição *de* para que possa ganhar um complemento, do contrário a sentença torna-se agramatical, já que o nome não será marcado casualmente; diferentemente, se o argumento nominal do advérbio não estiver *in loco*, como em (19) a seguir, a preposição *de* deixa de ser requerida, com a sua realização tornando a sentença agramatical.

- (18) a. Deu muito cupim atrás \*(de) o guarda-roupa.  
 b. Está cheio de gente na frente \*(de) a igreja.  
 c. Teve uma briga antes \*(de) a reunião.

---

<sup>8</sup> Avelar (2006, p. 32) observa que a preposição *com* não é licenciada para compor essas preposições complexas, como podemos notar pelos casos agramaticais em (i) abaixo.

- (i) a. \*com cima de  
 b. \*com baixo de  
 c. \*com dentro de  
 d. \*com fora de  
 e. \*com trás de

- (19) a. O guarda-roupa deu muito cupim atrás (\*de).  
b. A igreja está cheia de gente na frente (\*de).  
c. A reunião teve uma briga antes (\*de).

O autor ainda contrasta o funcionamento da preposição *de* diante das outras preposições do PB, como *em*, *com* e *para*. Diferente dessas preposições, *de* se comporta como um item semanticamente esvaziado ou difuso quando introduz certos tipos de adjuntos adnominais. Esse aspecto pode ser evidenciado pela possibilidade de substituição de *de* pelas formas *em*, *com* e *para* em tais contextos, sem aparente prejuízo de sentido (pelo menos no que diz respeito à interpretação temática), como mostram alguns exemplos em (20)-(22).

- (20) a. Os sapatos *do guarda-roupa* precisam ser lavados.  
b. Os sapatos *no guarda-roupa* precisam ser lavados.

- (21) a. Eu dei uma sacola *de doces* para o Pedrinho.  
b. Eu dei uma sacola *com doces* para o Pedrinho.

- (22) a. Os formulários *de inscrição* já estão preenchidas.  
b. Os formulários *para inscrição* já estão preenchidas.

Diante de tais fatos, Avelar defende que, no interior de uma preposição complexa como *dentro de* ou *atrás de*, a forma *de* não afeta o sentido expresso pelo morfema locativo, podendo-se dizer que essa preposição não contribui, em tais casos, para o significado da expressão. A presença de *de* em tal complexo teria apenas uma motivação gramatical: ela permite que o complemento do morfema locativo seja casualmente marcado.<sup>9</sup>

Neste trabalho, seguiremos a proposta de Avelar (2006) para as preposições locativas complexas, que serão, dessa forma, entendidas como o resultado da associação de um item semanticamente pleno (o morfema locativo) a um item licenciador de Caso (geralmente, a preposição *de*). Como veremos, um dos ganhos dessa proposta está na assunção da *Split-P*

---

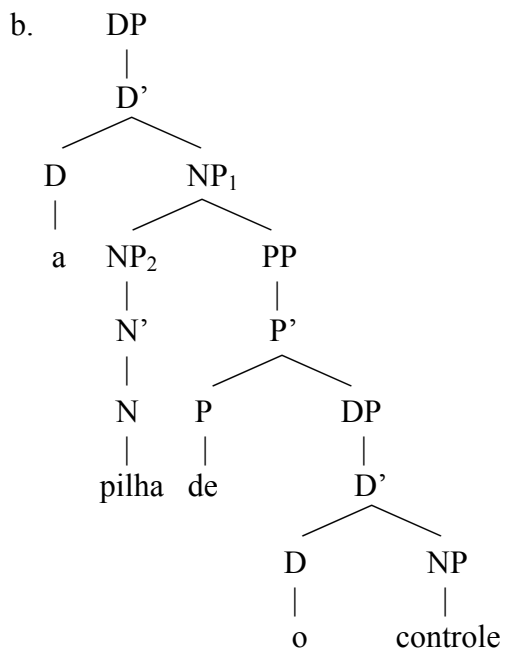
<sup>9</sup> É importante ressaltar que essa observação só se aplica para os casos em que a preposição *de* aparece no final da locução prepositiva. No início da locução, como em “*de cima de*”, “*de dentro de*”, “*de fora de*”, *de* é semanticamente pleno e costuma indicar “origem”, “ponto de partida”.

*hypothesis*, que considera a existência de uma projeção *pP*, paralela à projeção *vP*: assim como as projeções verbais contam com duas camadas (uma lexical ‘V’ e uma funcional ‘v’), as preposições também podem contar com duas camadas (uma lexical ‘P’ e uma funcional ‘p’). Retornaremos às preposições complexas na seção 2.5.

### 1.3 Sobre a adjunção de PPs dentro de constituintes nominais

Na teoria X-Barra, as noções de inclusão e continência são as que entram em jogo para definir o estatuto configuracional do adjunto. Por exemplo, acompanhando a configuração arbórea em (23b) a seguir, o PP *do controle* aparece adjungido à projeção máxima do N *pilha*, internamente ao DP. O argumento *pilha* é representado como incluído em NP, ou seja, está sendo dominado por todos os segmentos de NP, que são NP<sub>1</sub> e NP<sub>2</sub>; diferentemente, o adjunto *do controle* não está incluído (mas apenas contido) em NP, pois NP<sub>2</sub> não o domina.

(23) a. a pilha do controle



Avelar (2006) chama a atenção para o fato de que uma estrutura como (23) pode, em princípio, dar conta da possibilidade de extração do PP modificador, como no exemplo em (24) a seguir.

(24) De qual controle<sub>i</sub> o João perdeu a pilha t<sub>i</sub>?

Todavia, problemas de extração surgem quando o sintagma interrogativo é introduzido por outras preposições que encabeçam adjuntos adnominais diferentes de *de*, como *em*, *com* e *para*. Diante disso, a estrutura em (23b) é posta em xeque, por não ser claro como tal configuração bloquearia sintagmas modificadores introduzidos por outras preposições que não *de*, como mostram os exemplos em (25-27).

(25) a. O rapaz leu os livros *em qual biblioteca*? (+restritivo:? / -restritivo:ok)  
b. *Em qual biblioteca* o rapaz leu os livros? (+restritivo:\* / -restritivo:ok)

(26) a. A menina rabiscou o caderno *com qual rapaz*? (+restritivo:ok / -restritivo:ok)  
b. *Com qual rapaz* a menina rabiscou o caderno? (+restritivo:\* / -restritivo:ok)

(27) a. A Ana embrulhou o presente *para qual convidado*? (+restritivo:ok / -restritivo:ok)  
b. *Para qual convidado* a Ana embrulhou o presente? (+restritivo:\* / -restritivo:ok)

Avelar também chama a atenção para o fato de que a estrutura em (23b) possibilita apenas o caso de extração demonstrado em (24); caso o constituinte extraído seja o nome modificado, em vez do termo modificador, a estrutura também resultará gramatical, como se vê em (28) a seguir. Tal fato não deveria ser possível se a estrutura em (23b) estivesse correta, pois o DP e o PP modificador estariam numa relação de constituição que não permitiria o movimento do DP deixando o PP para trás.<sup>10</sup>

(28) a. Qual pilha (que) você estragou, do controle remoto?  
b. Qual livro (que) você leu, do Machado de Assis?

---

<sup>10</sup> Os exemplos (25-28) foram extraídos de Avelar (2006, p. 71-72).

c. Qual funcionário (que) você conhece, do departamento?

Como veremos mais adiante, a saída proposta por Avelar (2006) para dar conta desses contrastes envolve o que Hornstein & Nunes (2008) chamam de *adjunção sem rótulo*, em que o DP modificado e o PP modificador vão se caracterizar, no que diz respeito à constituição, como termos independentes entre si.

#### 1.4 Fechando o capítulo...

Considerando-se as questões levantadas até aqui, este trabalho procurará estabelecer nos próximos capítulos um quadro formal que permita explicar os contrastes exibidos por PP-Locs na função [+restritiva] e [-restritiva], como apresentado no paradigma em (7), repetido abaixo em (29).<sup>11</sup> Como iremos procurar mostrar, as condições impostas pelo DP modificado para que um PP-Loc modificador receba a interpretação restritiva vão depender, por um lado, da arquitetura dos adjuntos e dos sintagmas nominais, e, por outro, da forma como o PP e o DP se articulam para compor um constituinte.

- |      |  |                                   |
|------|--|-----------------------------------|
| (29) | a. O João detesta [sapato <i>em cima do tapete</i> ].        | (+restritivo:* / -restritivo:ok)  |
|      | b. O João detesta [um sapato <i>em cima do tapete</i> ].     | (+restritivo:? / -restritivo:ok)  |
|      | c. O João detesta [o sapato <i>em cima do tapete</i> ].      | (+restritivo:ok / -restritivo:ok) |
|      | d. O João detesta [aquele sapato <i>em cima do tapete</i> ]. | (+restritivo:ok / -restritivo:ok) |
|      | e. O João detesta [qual sapato <i>em cima do tapete</i> ]?   | (+restritivo:ok / -restritivo:ok) |

O próximo capítulo se ocupará dos pressupostos minimalistas que nortearam o andamento da pesquisa, com destaque especial para o tratamento de adjunção. Na tentativa de identificar uma configuração sintática adequada para os sintagmas locativos preposicionados, expandiremos a projeção PP de acordo com Avelar (2006), nos mesmos moldes do que vem

---

<sup>11</sup> Apesar de a leitura adverbial ser, em muitos casos, a preferencial quando se trata de PP-Locs, ao longo deste trabalho essa interpretação será trazida para a análise apenas para a demonstração de efeitos contrastivos, pois o foco aqui é sobre o funcionamento restritivo e predicativo dos sintagmas locativos complexos.



sendo assumido para os domínios sintáticos construídos a partir de categorias como o verbo e o nome.

## CAPÍTULO 2

### PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

---

Nas seções 2.1 e 2.2 deste capítulo, abordaremos os pontos do Programa Minimalista (Chomsky 1995, 2000, 2001, 2004, 2005) que mais diretamente interessam a este trabalho, elegendo-o como quadro teórico para trabalhar as questões levantadas nesta pesquisa; em 2.3, apresentaremos algumas propostas em torno das configurações de adjunção dentro do Programa Minimalista (PM); na seção 2.4 serão abordados alguns tratamentos fornecidos aos termos predicativos que integram *small clauses*; por fim, em 2.5, nos ocuparemos da arquitetura para os PP-Locs desenvolvida por Avelar (2006).

#### 2.1 O Programa Minimalista

A agenda de investigação minimalista busca responder em que medida a faculdade humana da linguagem (FL) atende aos requerimentos impostos por sistemas que lhe são externos. Pode-se pensar em tais requerimentos como sendo “condições de legibilidade”: as expressões geradas pela faculdade da linguagem devem ser integralmente legíveis para as interfaces estabelecidas com diferentes sistemas. A tese minimalista forte consiste em assumir que a FL é, de fato, uma solução ótima para essas condições de legibilidade. O PM (Chomsky 1995, 2000, 2001, 2004, 2005) busca, então, responder que condições devem ser satisfeitas pela FL de modo a atender, por exemplo, os sistemas sensorio-motor e conceptual-intencional. Nesse sentido, o PM pode ser caracterizado como um programa de investigação que busca responder quão perfeito é o *design* da linguagem, então entendida como um aparato mental inato comum a qualquer ser humano (Chomsky, 1995, 2000, 2001).

A faculdade da linguagem deve permitir que uma criança adquira a gramática particular de uma língua L por meio da fixação dos valores paramétricos previstos na Gramática Universal (GU), a partir da exposição a *dados linguísticos primários*. Tal língua pode ser entendida como um sistema gerador de objetos que são compostos por informações sobre sons (ou gestos) e

significados; essas informações são, em última instância, instruções que devem ser enviadas para o sistema *articulatório-perceptivo* (A-P) e para o sistema *conceitual-intencional* (C-I). Em outras palavras, L constrói pares  $(\pi, \lambda)$  que são interpretados nas interfaces A-P e C-I, sendo  $\pi$  relacionado à produção dos sons da língua humana, e  $\lambda$ , ao sentido gerado por/atribuído a um objeto linguístico.

Um objeto linguístico corresponde, dessa perspectiva, a uma combinação dos seguintes traços:

- traços semânticos: codificam as instruções legíveis para o sistema C-I;
- traços fonológicos: codificam as instruções legíveis para o sistema A-P;
- traços formais: atuam na composição estrutural de um objeto, podendo ou não ser legível em C-I.

Para o sistema computacional funcionar adequadamente, um objeto linguístico deve, ao atingir as interfaces C-I e A-P, ser interpretável (*Full Interpretation – FI*), portando apenas as informações relevantes para esses sistemas. Isto é, ao atingir a Forma Lógica (*Logic Form – LF*), o objeto linguístico deve portar apenas informações semanticamente interpretáveis; já ao atingir a Forma Fonológica (*Phonetic Form – PF*), apenas informações fonologicamente interpretáveis. Quanto aos traços formais, aqueles que não são interpretáveis devem ser eliminados durante a computação sintática.<sup>12</sup>

Quanto à derivação de um objeto linguístico, ela é feita a partir da seleção de elementos do *Léxico* compreendidos na *Numeração*, que corresponde, *grosso modo*, ao arquivo de elementos que deverão participar do objeto sintático. Os itens lexicais arrolados na *Numeração* possuem índices numéricos que indicam o número de vezes que cada item deverá ser utilizado na derivação. Para formar a expressão linguística, os objetos selecionados pela *Numeração* são submetidos a procedimentos computacionais, a fim de que somente as informações relevantes

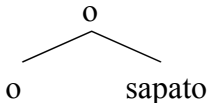
---

<sup>12</sup> De modo elementar, para um nome como *caneta*, por exemplo, temos o seguinte conjunto de traços quando ele entra na computação sintática: o traço fonológico [começa com consoante], o traço semântico [objeto] e o traço formal [3ª pessoa]. Os traços formais podem ser intrínsecos, quando já entram especificados na derivação (traço categorial, de pessoa, de gênero), ou opcionais, acrescentados ao item no momento em que entram na derivação (traço de Caso). Os traços podem ser *interpretáveis* ou *não-interpretáveis*, sendo que estes últimos precisam ser eliminados em LF. Nomes, por exemplo, possuem traços- $\phi$  (pessoa, número e gênero) [+interpretáveis], enquanto uma categoria funcional como T possui traços- $\phi$  [-interpretáveis], que devem ser eliminados antes que a derivação atinja a interface semântica.

atingam suas respectivas interfaces, operando-se o apagamento de todos os traços formais não-interpretáveis. É a operação *Spell-out* a responsável por enviar para a PF aqueles traços interpretáveis no sistema A-P, separando-os, assim, dos traços interpretáveis apenas na interface C-I.

Para a estruturação de constituintes, o PM segue o modelo de *Bare Phrase Structure* (BPS). Em contraste com o que se assumia na Teoria X-Barra, as projeções máximas e mínimas não são, no modelo de BPS, estabelecidas como elementos naturais da estrutura em que ocorrem, mas como marcas relacionais que não devem ser entendidas como propriedades inerentes a uma dada categoria (ou seja, projeções como  $XP$ ,  $X'$  ou  $X^o$  inexistem, consistindo apenas em notações para efeitos de exposição). Sendo assim, uma projeção máxima é simplesmente uma categoria que não projeta, enquanto a projeção mínima, uma categoria que não atua como projeção de qualquer elemento (uma categoria intermediária, que não é nem máxima nem mínima, deve ser invisível para o sistema computacional).

Em BPS, a computação sintática conta com a operação *concatenar* (*Merge*), em que dois objetos sintáticos,  $\alpha$  e  $\beta$ , conectam-se para formar um novo objeto  $K$ , com  $K$  tendo a natureza ou de  $\alpha$  ou de  $\beta$ . O objeto  $K$  pode então ser representado como  $\{\gamma, \{\alpha, \beta\}\}$ , em que  $\gamma$  diz respeito ao rótulo ( $\alpha$  ou  $\beta$ ) de  $K$  e indica as propriedades relevantes do objeto gerado. Por exemplo, a representação de um sintagma nominal como *o sapato* será como (1).

- (1) a.  $\{o, \{o, \text{sapato}\}\}$   
 b. 

Em (1a), os traços correspondentes aos itens *o* e *sapato* são conectados, com os traços do determinante sendo projetados; em (1b), temos a representação arbórea do sintagma. A estrutura segue o padrão de BPS, contendo apenas elementos inerentes aos próprios itens lexicais da derivação.

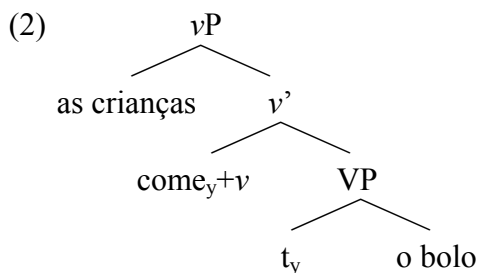
## 2.2 A noção de “fase”

Chomsky (2000, 2001, 2005) propõe o que ficou conhecido como *fase*: ao construir um  $vP$  ou um CP, o sistema computacional efetiva *Spell-Out*; as projeções  $vP$  e CP são, desse modo, entendidas como limites de uma fase, impondo restrições para que apenas parte de seu domínio (chamado de borda ou margem) seja visível na fase seguinte.

Nos diferentes desdobramentos do PM que têm assumido a noção de *fase*, considera-se que os traços não-interpretáveis de uma dada categoria precisam ser *valorados* por meio de uma relação de *concordância*. Em termos formais, essa operação de concordância envolve o que se convencionou chamar de *sonda* (*probe*), que possui traços não-valorados: a *sonda* “percorre” o seu domínio de c-comando para detectar um *alvo* (*goal*), que deve conter traços já valorados – é essa combinação entre traços valorados e não-valorados que determina a operação de concordância, com a eliminação dos traços não-interpretáveis para efeitos de convergência nas interfaces.

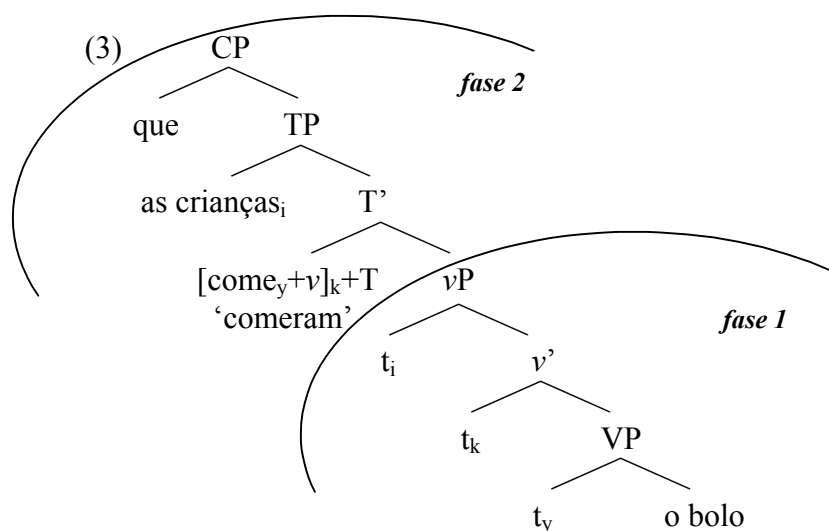
Para as relações envolvendo Caso estrutural, considera-se que o nome integra a derivação com um traço de Caso não-interpretável. A valoração desse traço só acontecerá após sonda e alvo estabelecerem concordância (ou seja, quando o nome transmite seus traços- $\phi$  para T), com o nome recebendo o Caso apropriado (acusativo, se a sonda partir dos traços- $\phi$  não valorados de  $v$ ; nominativo, se a sonda partir dos traços- $\phi$  de T).

Tem-se considerado que a fase apresenta dois “campos” distintos: o domínio interno (ou domínio de complemento) e a borda (*edge*). O domínio de complemento da fase é aquilo que o seu núcleo c-comanda, enquanto a borda é formada pelo núcleo, pelo seu especificador e pelas categorias adjungidas à sua projeção. Por exemplo, consideremos a projeção de  $vP$  na estrutura em (2) a seguir, considerada uma fase.



Denominando  $vP$  como a *fase 1*, o domínio da fase corresponde ao VP (com o sintagma *o bolo* em seu interior); a borda, por sua vez, é composta pelo sujeito *as crianças* e o núcleo  $v$  (que se encontra associado a uma cópia de V). Apenas os elementos presentes na borda da fase permanecem acessíveis a operações que são requeridas na fase seguinte.

Dando continuidade à estrutura em (2), o próximo passo é a entrada na derivação de T, categoria que condensa traços não-interpretáveis (os traços- $\phi$  e o EPP), e do complementizador *que*, núcleo do CP, que constitui uma fase, denominada aqui de *fase 2*, representada em (3).



A ideia de que o domínio interno da uma fase não pode ser acessado em fases subsequentes é formalizada pela Condição de Impenetrabilidade da Fase (*Phase-Impenetrability Condition – PIC*), de acordo com a qual somente o núcleo da fase e a sua borda estão acessíveis para uma fase mais alta, enquanto os elementos mais internos estão congelados para participar de qualquer operação sintática após o *Spell-out*.

(4) Condição de Impenetrabilidade da Fase:

*Em uma fase  $\alpha$  com o núcleo H, o domínio (complemento) de H não está acessível para participar de operações fora de  $\alpha$ , apenas H e a borda estão acessíveis para tal operação.* (Chomsky, 2000, p. 108).

Tomando a estrutura em (3) como exemplo, pela PIC, os elementos na margem da *fase 1* estão disponíveis para participar de operações posteriores, situadas na próxima fase (no caso, o

especificador *as crianças* e seu núcleo *v*), de modo que, no desenvolvimento da *fase 2*, *as crianças* estabelece uma relação de concordância com T, sendo movido para a posição de especificador desta projeção; da mesma forma, a combinação *come-+v*, que também se encontra na margem da *fase 1*, de acordo com a PIC, pode se mover para fora da fase e se amalgamar ao núcleo T na fase seguinte. Todavia, o mesmo princípio estabelece que o domínio interno do *vP* (no caso, o *VP*, com o constituinte nominal *o bolo* na posição de complemento de *come-*) fica “congelado” após sofrer *Spell-out*, o que o impede de participar das operações demandadas por uma fase subsequente.

## 2.3 Configurações de adjunção

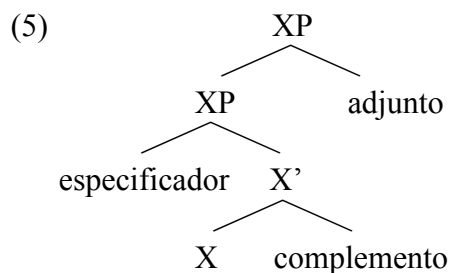
Os adjuntos são analisados como constituintes que não são marcados tematicamente por um núcleo lexical. No PM, diferente de especificadores e complementos, que entram na derivação para satisfazer traços seletivos (Chomsky, 1995), os adjuntos se conectam à estrutura sentencial por meio de mecanismos não seletivos.

Para tratar dos PP-Locs atuando de forma [+restritiva], adotaremos a proposta de Kayne (1994), em que especificadores são analisados como tendo o mesmo estatuto configuracional dos adjuntos. A proposta desse autor será abordada somente no Capítulo 3, de forma que as análises vistas a seguir também se mostrarão importantes para derivarmos o constituinte nominal com PP-Loc [+restritivo]. Em 2.2.1, então, apresentamos a operação *adjungir*, nos termos de Adger (2003), que se difere da operação *concatenar*; em 2.2.2, com base em Stepanov (2001), assumimos que adjuntos são conectados pós-ciclicamente, de acordo com a Hipótese de Adjunção Tardia; e, finalmente, as configurações de adjunção sem rótulo, nos termos de Hornstein & Nunes (2008), são expostas em 2.2.3.

### 2.3.1 A operação *adjungir* em oposição à operação *concatenar*

Seguindo o quadro minimalista, Adger (2003) adota uma posição conservadora ao tratar de adjuntos, colocando-os como irmãos de um nóculo sintagmático na estrutura arbórea.

Depreende-se disto que deve haver um paralelismo entre adjuntos e especificadores/complementos, de modo que todos estabelecem uma relação de irmandade com alguma categoria: assim como complementos são irmãos de um núcleo sintagmático e especificadores de um nóculo  $X'$ , adjuntos são irmãos de um nóculo XP, como pode ser acompanhado em (5) abaixo.



Questiona-se, dessa forma, que operação engatilha a integração de um adjunto à árvore sintática. Para Adger, não há nenhum traço seletional presente nos adjuntos, sendo necessário assumir uma outra operação básica capaz de incorporar esses constituintes a uma sentença. O autor assume, dessa forma, a operação *adjungir*, que, diferente de *conectar*, não necessita ser engatilhada. Em outras palavras, ao passo que *conectar* é aplicada quando requerida por um traço seletional, a operação que determina a adjunção não envolve a presença de nenhum traço seletional.<sup>13</sup> O autor mostra que *adjungir* insere um objeto sintagmático dentro de outro objeto sintagmático no seu nível mais externo, não criando um novo objeto, mas apenas expandindo o sintagma que sofre a adjunção em duas partes e inserindo, entre elas, o objeto adjungido (6), como representado a seguir.

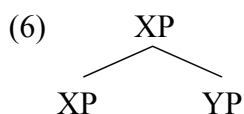
---

<sup>13</sup> Adger (2003, p. 88-89) apresenta alguns exemplos que mostram que, se um constituinte traz uma categoria adjungida a ele, esse constituinte comporta-se distribucionalmente como se o adjunto não estivesse presente. O autor toma o advérbio *quickly* adjungido a um sintagma verbal, como (i) abaixo, concluindo que a distribuição do sintagma verbal é a mesma em todos os exemplos.

- (i)
- a. burn the letters (quickly)!
  - b. I burnt the letters (quickly)
  - c. I plan to burn the letters (quickly)
  - d. \*Burn the letters (quickly) is the best thing to do.
  - e. Burning the letters (quickly) is the best thing to do.

O autor conclui, então, que não pode existir nenhum traço seletional sobre o adjunto, visto que, dessa forma, ele se configuraria como o núcleo de uma construção, o que não é possível.





Embora o tratamento dos adjuntos venha sendo, em muitos trabalhos minimalistas, acompanhado de uma visão tecnicamente próxima à defendida por Adger, o presente trabalho procurará saídas alternativas para lidar com os adjuntos locativos preposicionados. Conforme destacado no capítulo anterior (seção 1.3), a visão tradicional, da qual a proposta de Adger tecnicamente se aproxima, não evidencia como as diferenças observadas no âmbito dos adjuntos adnominais preposicionados podem ser explicitadas.

### 2.3.2 A Hipótese de Adjunção Tardia

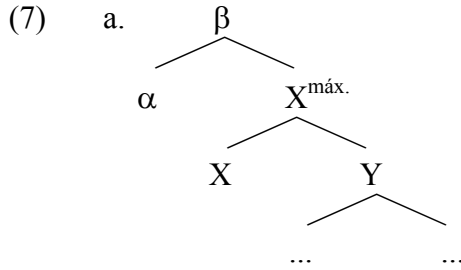
Nesta dissertação, iremos explorar, seguindo Stepanov (2001), a Hipótese de Adjunção Tardia (*Late Adjunction Hypothesis – LAH*), segundo a qual adjuntos são conectados pós-ciclicamente, depois que toda a estrutura argumental estiver saturada. O autor assume essa ideia partindo dos dois tipos existentes da operação *conectar*, segundo Chomsky (1995): *conectar por substituição* e *conectar por adjunção*.<sup>14</sup> Vejamos em detalhes o funcionamento destas duas operações.

Da perspectiva minimalista, é importante ter em mente que, para atender a requerimentos de boa formação, a operação *conectar* deve, a princípio, se aplicar sobre objetos raízes, que se caracterizam como sendo categorias que não são c-comandadas por nenhuma outra. Isto se deve, em parte, ao fato de ser estabelecido, em Chomsky (1995), que, dada uma escolha de operações que podem se aplicar a um determinado objeto sintático  $\alpha$ , o sistema computacional deve selecionar aquela em que não há mudança no conjunto de relações de c-comando em  $\alpha$ . Para Stepanov (2001), as duas operações (*conectar por substituição* e *conectar por adjunção*) podem ser formalizadas em termos de “*Least Tampering*”, no sentido de que o sistema selecionará, num dado ponto derivacional, a operação em que as relações de c-comando são preservadas.

---

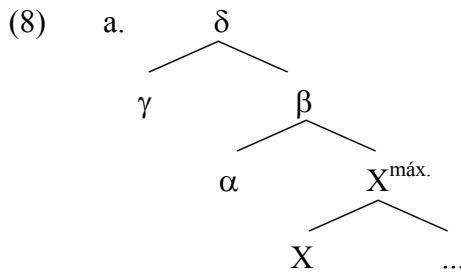
<sup>14</sup> *Set-Merge* e *Pair-Merge*, respectivamente, de acordo com Chomsky (2000).

Analisemos, inicialmente, a operação *conectar por substituição*. Suponhamos um objeto sintático  $L = \{\beta, \{\alpha, K\}\}$ , em que  $K = \{X, \{X, Y\}\}$ , como visto na representação abaixo em (7a), com o conjunto de relações de c-comando em L mostrado parcialmente em (7b).



b.  $(\beta) = \{\langle \alpha, X^{\text{máx.}} \rangle, \langle X^{\text{máx.}}, \alpha \rangle, \langle \alpha, X \rangle, \langle \alpha, Y \rangle, \langle X, Y \rangle, \langle Y, X \rangle, \dots\}$

Em (7a),  $\beta$  constitui-se como uma raiz, já que não é c-comandado por nenhuma outra categoria. Suponhamos agora, como próximo passo da derivação, que  $\gamma$  é conectado a L por substituição. Com  $\gamma$  concatenando-se à raiz, um novo objeto  $M = \{\delta, \{\gamma, L\}\}$  é criado, como visto em (8a), com as devidas relações de c-comando apresentadas parcialmente em (8b).



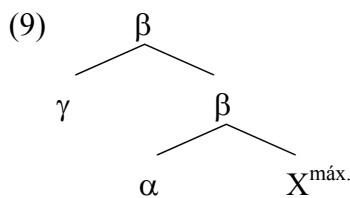
b.  $(\gamma) = \{\langle \gamma, \beta \rangle, \langle \beta, \gamma \rangle, \langle \gamma, \alpha \rangle, \langle \alpha, X^{\text{máx.}} \rangle, \langle X^{\text{máx.}}, \alpha \rangle, \langle \alpha, X \rangle, \langle \alpha, Y \rangle, \langle X, Y \rangle, \langle Y, X \rangle, \dots\}$

c.  $(\gamma) = \{\langle \gamma, \beta \rangle, \langle \beta, \gamma \rangle, \dots\} \cup (\beta)$

O ponto importante a se considerar na operação de conexão por substituição esboçada em (8a) é que, com a entrada de  $\gamma$  na estrutura, o conjunto das relações de c-comando dentro de L não é alterado; a conexão implica apenas a instanciação de relações adicionais de c-comando dentro do novo objeto M, como indicado em (8c), com as de L sendo preservadas. Contudo, se  $\gamma$  fosse

conectado (via substituição) a  $\beta$  quando  $\beta$  não mais equivalesse a uma posição raiz, o conjunto das relações de c-comando dentro de L sofreria alterações, violando um requerimento para boa formação.

Passemos agora à operação *conectar por adjunção*. Tomando a representação em (7) como ponto de partida, suponhamos que o mesmo objeto  $\gamma$  seja conectado a L na raiz, mas desta vez por adjunção, e não por substituição, como visto em (8a). É criado, então, o objeto representado em (9).



Com a concatenação de  $\gamma$  à estrutura, nenhuma relação de c-comando adicional é criada, permanecendo as mesmas que são apresentadas em (7b). Vemos que em (9) há dois objetos raízes,  $\gamma$  e o objeto segmentado  $\langle\beta, \beta\rangle$ , que não se c-comandam, ou seja, o conjunto de relações de c-comando de (9) não incluem os pares  $\langle\gamma, \langle\beta, \beta\rangle\rangle$  e  $\langle\langle\beta, \beta\rangle, \gamma\rangle$ . Isso implica que não há problema para a conexão por adjunção se aplicar em um objeto que não seja raiz, já que tal operação não resulta em relações adicionais de c-comando para o objeto em que a conexão se efetua, diferentemente do que ocorre na substituição.

$$(10) \quad \langle\beta, \beta\rangle = \{\langle\gamma, \alpha\rangle, \langle\gamma, X^{\text{máx.}}\rangle, \langle\alpha, X^{\text{máx.}}\rangle, \dots\}$$

A partir dessas considerações, Stepanov (2001) defende que adjuntos são pós-cíclicos, entrando na derivação tardiamente, quando todos os casos de concatenação de um objeto por substituição forem esgotados. Como veremos na seção 3.2.1.2, a LAH será importante para o que vamos propor no âmbito do constituinte nominal modificado pelo PP-Loc [+restritivo].

### 2.3.3 Adjunção sem rótulo

Horsntein & Nunes (2008) também tratam uma abordagem alternativa para as configurações de adjunção. Primeiramente, os autores discutem alguns problemas levantados pelo modelo de adjunção proposto em Chomsky (1995), chamando a atenção para o fato de esse modelo não ser compatível, em muitos aspectos, com os pressupostos de BPS. Vejamos alguns pontos levantados na argumentação desenvolvida por esses autores.

É correntemente assumido que a operação de adjunção resulta numa projeção cujo rótulo é o mesmo que o do objeto ao qual o adjunto é concatenado. Abaixo, as sentenças (12) e (13) exemplificam a estrutura em (11), com os adjuntos *quickly/in the yard* e *from France* adjungindo-se às projeções VP e NP, respectivamente, e mantendo, por conseguinte, o mesmo rótulo.

- (11) [XP [XP [XP ... X<sup>0</sup> ...] adjunct] adjunct]
- (12) [VP [VP [VP read a book] quickly] in the yard]
- (13) [NP [NP student of physics] from France]

Conforme destacado por Horsntein & Nunes, a rotulação em (11-13) codifica cinco importantes propriedades a respeito do processo de adjunção. A primeira delas mostra que a adjunção conserva o rótulo, diferente da complementação, que o altera; no caso em (12), por exemplo, um V<sup>o</sup> combina-se com um NP *a book* para produzir um VP, e não um V<sup>o</sup>. A segunda propriedade estabelece que a informação categorial após a operação de adjunção permanece intacta (por exemplo, se o constituinte a receber o elemento adjungido for verbal, o resultado será um constituinte de natureza também verbal, como se observa em (12)). A terceira propriedade diz respeito à preservação do núcleo: o núcleo da projeção resultante de uma adjunção é o mesmo da projeção anterior à adjunção – o núcleo do complexo em (11) é X<sup>o</sup>, em (12) é o verbo *read* e em (13) o nome *student*. A quarta propriedade mostra a maximalidade das projeções resultantes, como em (12), por exemplo, em que as sequências *read a book*, *read a book quickly* e *read a book quickly in the yard* são, de modo independente, projeções máximas. Por fim, a quinta

propriedade reporta ao fato de não haver limite para a quantidade de adjuntos, em contraste com o que se observa para os processos de complementação.<sup>15</sup>

Dentro do PM, que adota o modelo BPS, a tentativa de capturar essas propriedades não se dá sem problemas. Por exemplo, em relação à quarta propriedade, temos que em BPS uma projeção é máxima se não mais projetada; contudo, percebe-se, a partir dos exemplos em (11-13), que isto não acontece, já que o núcleo do constituinte anteriormente à adjunção é, em termos representacionais, o mesmo após a adjunção se efetivar, o que significa que a projeção máxima ao qual uma adjunção se aplica será também uma projeção máxima depois da operação.

Para tentar explicar a adjunção segundo os pressupostos de BPS, Chomsky (1995) observa que o rótulo de uma estrutura adjungida é diferente do rótulo do elemento que é adjungido a ele; assim, o núcleo da estrutura de adjunção é distinto do núcleo que recebe o adjungido. Em vez da representação em (11), uma estrutura de adjunção poderia ter o formato de (14) abaixo, em que o X(P) mais interno e o <X, X> mais externo são ambas categorias máximas.

(14) [<sub><X,X></sub> [<sub><X,X></sub> [<sub>X(P)</sub> ... X<sup>o</sup> ...] adjunct ] adjunct ]

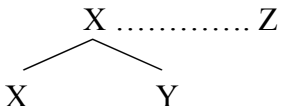
Para tentar fugir do caráter estipulativo dessa abordagem, Hornstein & Nunes propõem que a concatenação de um adjunto a um determinado item está desimpedida de ser seguida da operação *rotular*. Os autores exploram a ideia de que a operação conectar (*merge*) é o resultado da aplicação de duas operações: a concatenação e a rotulação. A primeira toma dois objetos linguísticos, X e Y, e os concatena; a segunda torna os dois objetos linguísticos em um único objeto, que deverá ter a natureza (um rótulo) de um dos dois objetos concatenados. Na estrutura em (15) a seguir, os objetos X e Y são concatenados, com o resultado da concatenação formando um novo objeto linguístico, rotulado como X.

(15) [<sub>X</sub> X<sup>^</sup>Y]

---

<sup>15</sup> Para mais detalhes sobre a proposta de Hornstein & Nunes (2008), encaminhamos o leitor para o trabalho de Avelar (2006).

As representações em (16) a seguir, com Z correspondendo a um adjunto, ilustram essa possibilidade. Em (16a-b), vemos o item Z ser concatenado a X, sem, contudo, que a concatenação seja seguida de rotulação.

- (16) a.  $[X \ X^Y]^Z$   
 b. 

A análise proposta por Hornstein & Nunes é explorada no tratamento que Avelar (2006) fornece para os adjuntos adnominais preposicionados, que iremos abordar mais adiante.

## 2.4 Predicação secundária

Neste trabalho, seguindo a análise desenvolvida por Williams (1980, 1983), assumiremos que as relações de predicação envolvendo PP-Locs correspondem a casos de predicação secundária. A abordagem desenvolvida por Williams envolve a análise de estruturas do tipo [... V NP XP<sub>pred</sub>], com o verbo matriz e o XP formando um predicado complexo, como pode ser visto na sentença abaixo, apresentada por Rothstein (1995, p. 29-30).

- (17) Mary [drank [her coffee]<sub>NP</sub> [very strong]<sub>AP</sub>]<sub>VP</sub>.

Em (17), *her coffee* é licenciado por ser o argumento- $\theta$  interno do verbo *drink*, além de ter como predicado o constituinte *very strong*, que é adjunto opcional na sentença – por consequência, *her coffee* é duplamente  $\theta$ -marcado. Williams (1980) considera que o NP e o XP da predicação NP+XP (no caso, o AP em (17)) são ambos argumentos do verbo, bem como que entre o NP e o XP há uma relação de predicação que se estabelece via indexação. A sequência NP+XP não forma um constituinte, com *her coffee* e *very strong* funcionando como projeções máximas independentes, cada um deles como um complemento do verbo da sentença matriz, havendo entre esses constituintes uma predicação.

A predicação é um tema bastante discutido na literatura gerativista, com linhas de pesquisa que divergem entre considerar a predicação como um predicado complexo (decorrente dos estudos de Williams (1980, 1983)) ou como uma *small clause* (SC) (decorrente dos estudos de Stowell (1983)).

Uma mesma estrutura como [... V NP XP<sub>pred</sub>] é tratada por Stowell (1983) como uma SC, em que se postula que a sequência [NP XP] forma um constituinte oracional em todos os níveis de representação. Ao contrário das *full clauses*, que são uma oração completa, constituídas pelas categorias tempo, concordância, entre outras, as quais são conhecidas como a parte assertiva de uma sentença (em oposição à parte proposicional), as SCs têm uma estrutura com sujeito e predicado em que a categoria tempo não está presente, sendo formadas, superficialmente, somente por um predador (e seus complementos) e um sujeito, sem um núcleo verbal pronunciado (Stowell, 1983; Rothstein, 1995; Dikken, 2006).

O tipo mais comum de SC são aquelas conhecidas como *small clause* complemento, como exemplificado em (18).

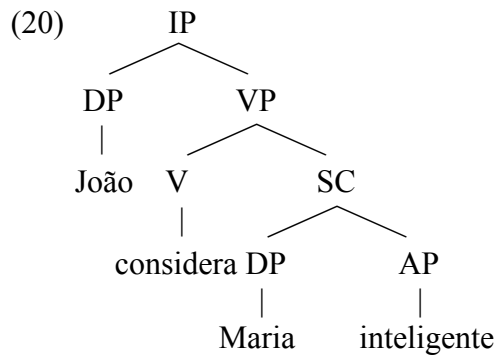
(18) João considera Maria inteligente.

A estrutura bipartite, sem nenhum elemento flexionado, contém um NP e um predicado XP, de forma que o NP não é selecionado sintática ou semanticamente pelo verbo matriz; no exemplo em questão, *Maria* não é subcategorizado pelo verbo *considerar*, que, na verdade, seleciona um complemento oracional ao qual atribui um papel- $\theta$  interno. O NP é regido pelo verbo, o que explica o seu Caso acusativo, mas ele recebe papel- $\theta$  do predicado *inteligente*. Sendo assim, não estaria sendo atribuída ao NP uma dupla marcação temática, pois enquanto o verbo atribui papel- $\theta$  ao constituinte oracional, *Maria* recebe seu papel- $\theta$  apenas de *inteligente*. Podemos perceber em (19) que a ausência do predicado encaixado resulta na agramaticalidade da sentença.

(19) \*João considera Maria.

Logo, em (18) o NP *Maria* é marcado tematicamente dentro de apenas uma relação de predicação, na sua relação com o predicado *inteligente* – tem-se, assim, um caso de predicação

primária.<sup>16</sup> Na estrutura arbórea em (20) a seguir, defendida por Stowell (1983), apenas com as partes relevantes, vemos que *Maria* e *inteligente* estão numa relação de constituição, dentro de uma SC.



Stowell (1983) apresenta vários argumentos para defender a existência da SC. Um deles é o de que sujeitos de SC comportam-se como um sujeito e não como objeto, não permitindo, pois, qualquer tipo de extração, como vemos em (21).

- (21) a. \*Who<sub>i</sub> do you consider the sister of t<sub>i</sub> very smart?  
 b. \*Who<sub>i</sub> did you make the sister of t<sub>i</sub> leave?

Rothstein (1995), por sua vez, aplica os mesmos testes aos predicados secundários, concluindo que as duas estruturas comportam-se de forma distinta. A autora apresenta as sentenças em (22) a seguir, afirmando que os constituintes dos quais se está extraíndo não são sujeitos, logo, não podem estar formando uma SC.<sup>17</sup>

- (22) a. Who<sub>i</sub> did you tell the sister of t<sub>i</sub> stories?  
 b. Who<sub>i</sub> did you meet the sister of t<sub>i</sub> drunk?  
 c. Who<sub>i</sub> did you elect the sister of t<sub>i</sub> president?

<sup>16</sup> De acordo com Rothstein (1995), as SC complementos só aparecem em construções de Marcação Excepcional de Caso (*Exceptional Case Marking – ECM*), em que o NP da oração mais baixa não é excluído pelo Filtro de Caso justamente por receber Caso do verbo da oração matriz.

<sup>17</sup> Cf. Stowell (1983) e Rothstein (1995) para uma análise mais exaustiva em defesa das SC e dos predicados secundários, respectivamente.



Diante do exposto, no capítulo seguinte (seção 3.2.2) consideraremos que a estrutura ideal para os casos de PP-Locs funcionando predicacionalmente sobre um DP será a de uma predicação secundária, com o DP e o PP-Loc configurando como constituintes distintos, não estabelecendo constituência.<sup>18</sup> O modelo adotado seguirá, mais detidamente, a proposta de Starke (1995), que, em linhas gerais, se aproxima da análise de Williams (1980, 1983) para os casos de predicação.

## 2.5 Uma arquitetura sentencial para os PP-Locs

Buscando explicitar como o sintagma locativo restritivo e predicativo se articulam com o constituinte nominal, recorreremos a uma configuração clausal para os constituintes preposicionados (Koopman, 1997; Dikken, 2003; Svenonius, 2007, no prelo), de modo paralelo ao que é assumido para os domínios sintáticos construídos a partir de outras categorias como o verbo e o nome. Recorreremos, mais especificamente, à proposta elaborada por Avelar (2006), que é pioneira em assumir, dentro da perspectiva minimalista, uma configuração clausal para os sintagmas preposicionados do PB.

Na literatura da semântica cognitiva (Talmy, 2000), estabelece-se uma divisão básica entre preposições estativas e direcionais (respectivamente, *Place elements* e *Path elements*), assim como se admite que as preposições são itens que estabelecem uma relação assimétrica entre um elemento Figura (*Figure*) e um elemento Fundo (*Ground*).

Enquanto a Figura representa um conceito que necessita de uma ancoragem no contexto discursivo, o Fundo representa uma unidade autônoma que realizará a ancoragem da Figura. O par de conceitos pode relacionar dois objetos no espaço de um evento de movimento ou de locação. Nas palavras de Talmy (2000, p. 312):

a Figura é uma entidade que se desloca (ou conceitualmente deslocável), cujo caminho, lugar ou orientação é concebido como uma variável relevante para essa questão. O

---

<sup>18</sup> Foltran (1999), num longo estudo sobre a predicação secundária no PB, conclui que os predicados secundários (i) não constituem SC e (ii) são adjuntos, justamente por não permitirem qualquer tipo de extração, algo incompatível com esse tipo de sintagma. Todavia, acreditamos que certos constituintes podem ser extraídos quando estão numa configuração de predicação, como será visto na seção 3.6.

Fundo é uma entidade referencial, que tem uma configuração estacionária relativa a um quadro de referência, com respeito ao qual o caminho da Figura é caracterizado.<sup>19</sup>

Os exemplos abaixo, extraídos de Svenonius (2007, p. 86), mostram a relação estabelecida através de uma preposição entre os termos Figura, expresso pelo objeto direto do verbo, e Fundo, expresso pelo complemento da preposição – a Figura constitui-se como uma entidade, objeto ou substância que é localizada, por um objeto ou substância, no espaço (Fundo).

- (23) a. Max stuck his finger *in* his nose.  
b. We couldn't fish the frog *out of* the punch.  
c. The kids put decorations *on* the tree.  
d. The monkey pulled burrs *from* the sheep's fleece.  
e. The sheep chased the cat *up* a tree.  
f. We dropped the body *down* the well.

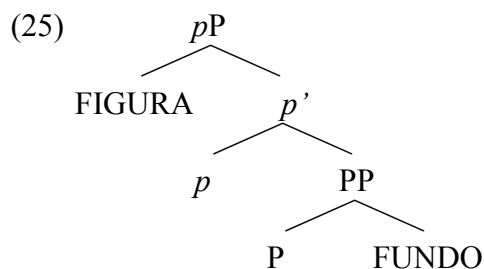
De acordo com Svenonius (no prelo), as preposições estativas dão informações sobre a configuração física das relações estabelecidas entre os termos Figura (o objeto que se procura localizar) e Fundo (o ponto de referência para a localização da Figura), como no exemplo do inglês em (24a) a seguir. As preposições direcionais, por sua vez, dão informações sobre uma dada trajetória, que pode dizer respeito a uma meta (*Goal*), a uma fonte/origem (*Source*) ou à própria orientação da trajetória, como respectivamente nos casos em (24b), (24c) e (24d).

- (24) a. The elephants remained *in* the boat.  
b. They cast a wistful glance *to* the shore.  
c. The boat drifted further *from* the beach.  
d. Their ears sank *down* several notches.

---

<sup>19</sup> No original: “The Figure is a moving or conceptually movable entity whose path, site, or orientation is conceived as variable, the particular value of which is the relevant issue. The Ground is a reference entity, one that has a stationary setting relative to a reference frame, with respect to which the Figure's path, site, or orientation is characterized.”

Em outro trabalho, Svenonius (2007) sugere que o domínio pre(pos)posicional exhibe um paralelo com as configurações do domínio sentencial. Assim como os verbos em relação aos seus complementos, as preposições frequentemente formam um constituinte com um DP, controlando-o por c-seleção e s-seleção. Na c-seleção, por exemplo, o núcleo preposicional mantém relações com o seu complemento, e não com o seu especificador ou adjunto; de maneira similar, um verbo pode determinar que seu argumento interno apareça com uma preposição ou que seu complemento clausal seja finito ou não-finito, mas tais exigências nunca poderão ser estabelecidas entre um verbo e seu argumento externo ou adjunto. Analisando essas e outras semelhanças entre verbos e adposições (ou seja, o conjunto de preposições, posposições e circumposições), Svenonius adota a *Split-P hypothesis*, similarmente às assunções em torno de *Split-V hypothesis*, já que, para o autor, Figura e Fundo são para P o que Agente e Tema são para V.<sup>20</sup>



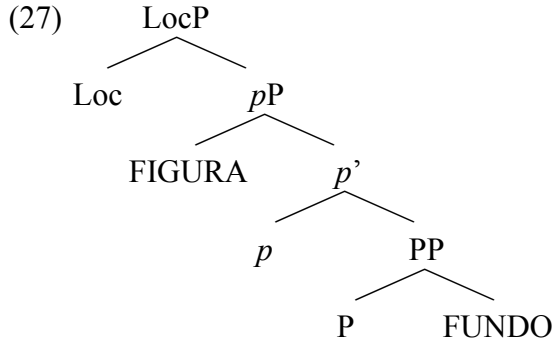
Dikken (2003), por sua vez, defende que o domínio preposicionado pode exhibir um núcleo responsável por codificar informações dêiticas, realizando distinções do tipo *próximo-distante*, *perto-longe*, *antes-depois* etc., da mesma forma que o estatuto demonstrado por T(empo) e Dem(onstrativo), elementos internos respectivamente aos domínios sentencial e nominal. O autor apresenta como exemplo de manifestação desse núcleo as partículas dêiticas *hin* e *her* do alemão (que indicam, respectivamente, afastamento ou proximidade do ponto de vista do falante), como podemos acompanhar em (26) a seguir (as partículas dêiticas são indicadas como PRT na glosa).

- (26) a. unter der            Brücke hindurch  
           under the-DAT bridge PRT-through

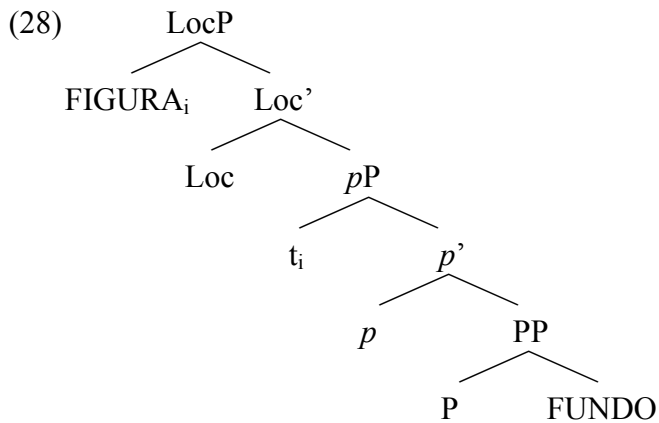
<sup>20</sup> Svenonius (2003) propõe que o núcleo funcional *p* introduz o elemento Figura, paralelamente à categoria *voice* introduzindo o argumento externo do verbo, segundo Kratzer (1996).

- b. auf das Dach hinauf/über/unter  
on the-ACC roof PRT-on/over/under
- c. durch den Tunnel hindurch  
through the-ACC tunnel PRT-through
- d. aus dem Haus heraus  
out.of the-DAT house PRT-out.of

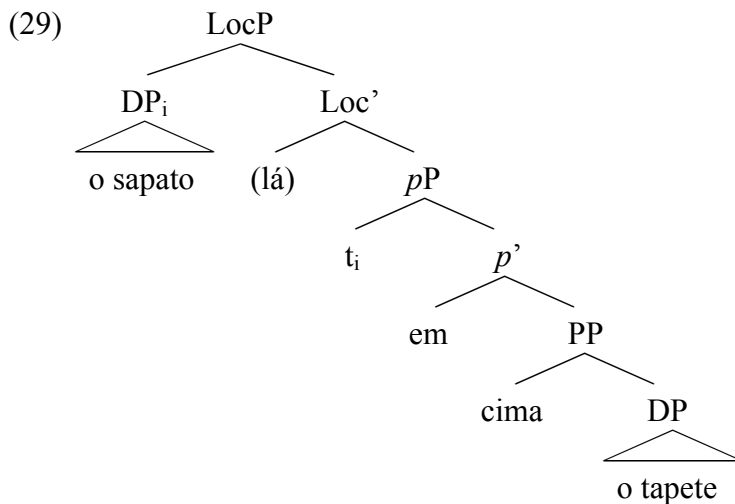
Buscando uma arquitetura sentencial para os DPs modificados pelos PP-Locs em PB, Avelar (2006) propõe que os DPs modificados por PPs locativos são inseridos na posição de especificador da projeção de *p* (*light preposition*), a contraparte de *v* (*light verb*) dentro do domínio preposicional. A categoria *Loc*, que equivale ao núcleo dêitico T e Dem reportado por Dikken (2003), manifesta-se no PB na forma de advérbios dêiticos pronominais do tipo *aqui*, *aí* e *lá*; *Loc* toma a projeção de *p* como seu complemento, da mesma forma que T toma a projeção de *v* na mesma posição.



De acordo com Avelar (2006), o DP modificado (interpretado como *Figura*), inserido inicialmente em [Spec,*pP*], é movido para uma posição nas dependências de *Loc*, como representado em (28) a seguir.



Em (29) abaixo, vemos a representação do sintagma *o sapato (lá) em cima do tapete* proposta por Avelar, em que o DP *o sapato* deve ser inicialmente concatenado na posição de especificador de *pP*; o advérbio *lá* (que vai corresponder à realização de *Loc*) toma *pP* como seu complemento, e o DP interpretado como Figura sofre movimento para a posição de especificador de *LocP*.



Para dar suporte à configuração sugerida, Avelar demonstra que a estrutura em (28) captura os casos de sintagmas com quantificadores flutuantes no interior da relação entre DPs e PPs. Em (30) a seguir, por exemplo, o quantificador *todos* (associado ao DP modificado) pode ser realizado entre o advérbio dêitico e a preposição.

- (30) a. [**Todos** aqueles sapatos lá debaixo da cama] são da Maria.  
 b. [Aqueles sapatos lá **todos** debaixo da cama] são da Maria.

c. [LocP [aqueles sapatos]<sub>i</sub> [Loc' lá [pP [todos t<sub>i</sub>] [p' de [PP baixo [da cama]]]]

Seguindo Sportiche (1988), que argumenta em favor da ideia de que construções com quantificadores flutuantes resultam do *stranding* de uma categoria que deve estabelecer, em algum ponto da derivação, uma relação de constituição com um DP movido, Avelar (2006) afirma que essa posição pode facilmente ser identificada como sendo [Spec,*p*P], ponto no qual o DP interpretado como Figura é inicialmente concatenado.

Outro aspecto apresentado pelo autor é o fato de as preposições locativas complexas exibirem efeitos de Impenetrabilidade da Fase, nos termos de Chomsky (2000) (ver seção 2.2). Nas sentenças abaixo podemos considerar três contrastes: em (31), o DP *essas caixas* (interpretado como Fundo) aparece numa posição interna à preposição, enquanto em (32) o mesmo DP ocorre numa posição externa; também se nota que a preposição *de* junto ao DP é obrigatória em (31), mas rejeitada em (32); além disso, a concordância do DP com o verbo *estar* e o adjetivo *cheio* é inaceitável em (31), mas a mesma concordância é obrigatória em (32).

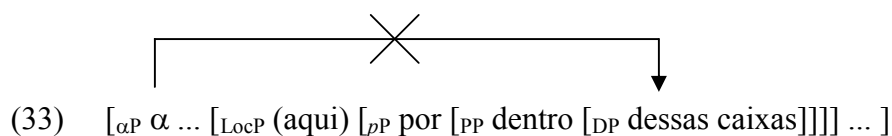
- (31) a. [*Por dentro dessas caixas*] está cheio de mofo.  
b. \*[*Por dentro essas caixas*] está cheio de mofo.  
c. \*[*Por dentro dessas caixas*] estão cheias de mofo.
- (32) a. \*[*Essas caixas por dentro*] está cheio de mofo.  
b. \*[*Dessas caixas por dentro*] está cheio de mofo.  
c. [*Essas caixas por dentro*] estão cheias de mofo.

De acordo com Avelar (2006), os contrastes entre (31) e (32) podem ser adequadamente explicados pela assunção de que a atribuição/checagem de Caso inerente (refletida pela preposição *de* em complexos do tipo *por dentro de*) é opcional<sup>21</sup>, juntamente com a ideia de que *p*P é uma fase – dessa forma, todo o complemento de *p* deve estar “congelado” após *p*P sofrer *Spell-out*. A representação em (33) a seguir correspondente às construções em (31), ilustra a ideia

---

<sup>21</sup> Como visto na seção 1.2, Avelar (2006) assume que a preposição *de* introduzindo o DP interpretado como Fundo é inserida pós-sintaticamente, como uma manifestação morfofonológica de Caso inerente checado/atribuído pelo morfema espacial, nos mesmos moldes que o assumido por Chomsky (1986) em torno de *of-insertion* nos contextos de complementação nominal do inglês.

de que se  $pP$  é uma fase, então é impossível que uma sonda partindo de  $\alpha$  interaja com o DP interno. Isso explica o motivo pelo qual o adjetivo *cheio* e os traços- $\phi$  em T não podem estabelecer uma relação de concordância com o DP, bloqueando a ocorrência de uma construção como (31c); da mesma forma, a preposição *de* é obrigatória em tal situação, por ser ela uma manifestação de Caso para o DP, dada a impossibilidade de interação com os traços- $\phi$  em T (que proveriam, na ausência de obstáculos, Caso nominativo para o DP).



Já na configuração correspondente às construções em (32), ilustrada em (34), não há qualquer obstáculo para que uma categoria  $\alpha$  efetive uma relação de concordância com o DP interpretado como Fundo, uma vez que este se encontra numa posição que é externa ao domínio congelado de  $pP$  – não se tem qualquer impedimento para que uma relação *probe-goal* se estabeleça, por exemplo, entre os traços- $\phi$  de T e o DP (ou entre os traços- $\phi$  do adjetivo e o DP). Consequentemente, a preposição *de* vai ser bloqueada, pois o traço de Caso do DP deve ser valorado a partir da relação de concordância com os traços- $\phi$  de T, que provê um Caso nominativo (incompatível com a manifestação de *de*) para o constituinte nominal.



Diante de tais fatos, assumimos então, na esteira de Avelar (2006), uma estrutura clausal como aquela esboçada em (27) para tratar dos PP-Locs no PB. Contudo, como veremos no capítulo seguinte, tal configuração precisará ser modificada em alguns aspectos para abarcar as propriedades relacionadas ao DP interpretado como Figura, quer seja quando modificado restritivamente, quer seja quando sofre uma predicação.

# CAPÍTULO 3

## OS PP-LOCS NA COMPUTAÇÃO SINTÁTICA: RESTRICÇÃO E PREDICAÇÃO

---

Este capítulo é voltado à fixação da hipótese que norteia este trabalho: em PB, os PP-Locs, para funcionar restritivamente e atuar como um adjunto adnominal, precisam se conectar à projeção de uma categoria que codifique informações sobre referencialidade, de modo a atender requerimentos da interface semântica. Para isso, definimos na seção 3.1 uma possível representação para a categoria DP, expandindo-a segundo o modelo proposto por Vangsnes (2001). Em 3.2, trabalhamos especificamente em busca de uma arquitetura que capture o papel assumido pelos PP-Locs, atuando tanto na função restritiva como predicativa; a partir do estudo de Bernstein (1997) sobre os advérbios locativos, estabelecemos uma estreita relação entre DPs e PP-Locs [+restritivo]; para a função [-restritiva], exploramos a ideia de que a predicação secundária deve ser encabeçada por uma projeção LexP, como estabelecido por Starke (1995). A seção 3.3 é dedicada à discussão de sintagmas nominais com a presença de uma projeção de número entre o determinante e o nome, que trazem um potencial problema à hipótese que vamos defender; a atribuição de Caso ao DP que sofre a restrição ou a predicação será tratada em 3.4; em 3.5, focaremos as questões envolvendo a gradação de referencialidade; a seção 3.6 é dedicada aos casos de extração e elipse dos sintagmas nominal e/ou locativo, que estão intimamente ligados à noção de constituência; em 3.7, abordaremos a relação entre os PP-Locs e os pronomes demonstrativos. Em 3.8, finalmente, analisamos a proposta de Avelar (2006), que trata dos mesmos problemas levantados nesta dissertação, comparando-a com o quadro delineado nesta dissertação.

### 3.1 Sobre a estrutura do DP

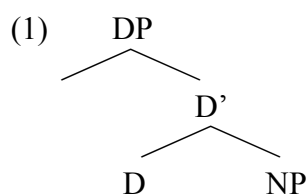
Como visto no primeiro capítulo (seção 1.1), o determinante assume um importante papel ao acompanhar nomes que são modificados por PP-Locs. Em especial, é de se notar que



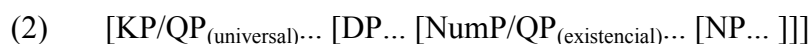
*bare nouns* barram a interpretação do PP-Loc como [+restritivo], permanecendo disponível apenas a interpretação [-restritivo], ao contrário daqueles sintagmas introduzidos por determinante, em que ambas as leituras estão disponíveis.

Para abarcar esse contraste, assumiremos uma proposta de expansão do DP com base em Vangsnes (2001), em que sintagmas nominais são analisados como a projeção de uma categoria K. Para o autor, não é a projeção DP que está sempre presente nos constituintes nominais, mas sim a projeção KP, responsável pela marcação de Caso do sintagma. De acordo com Vangsnes, a projeção DP está presente apenas nos casos em que o constituinte recebe uma interpretação dêitica, o que não é o caso de *bare nouns*.<sup>22</sup>

É assumido desde Szabolcsi (1983) e Abney (1987) que, assim como a estrutura sentencial, o sintagma nominal também apresenta projeções funcionais em sua arquitetura. Assim, é comum a idéia de que o DP é a projeção estendida do nome, como representado em (1) abaixo, assim como CP é a projeção estendida dos domínios verbais.



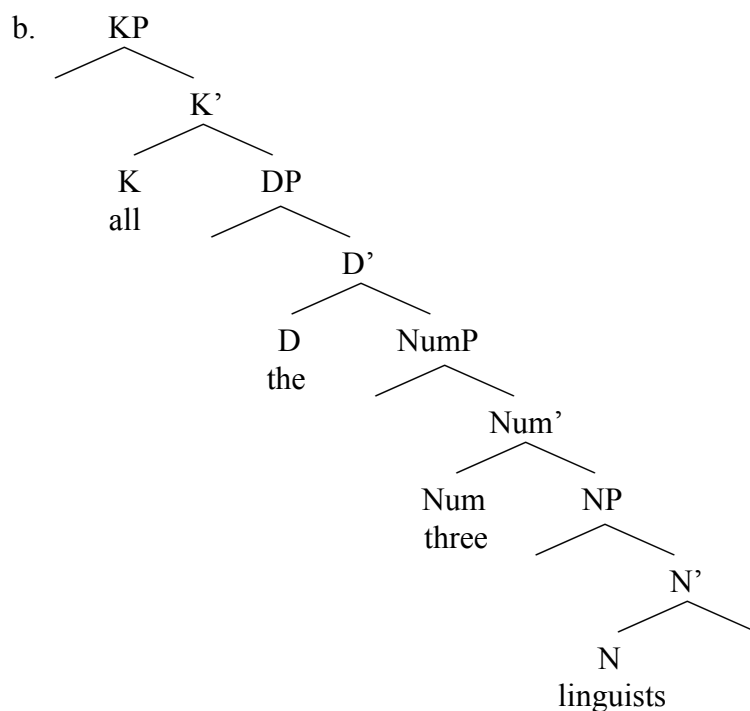
Vários autores tratam da expansão do DP (Ritter, 1991; Bernstein, 1993; Löbel, 1994; Alexiadou, 2001; Vangsnes, 2001; Heycock & Zamparelli, 2005), alocando entre D e N diversas outras categorias funcionais. Na proposta de Vangsnes (2001), que seguiremos neste trabalho, os constituintes nominais apresentam a configuração básica delineada em (2) e exemplificada (3b) a seguir.



<sup>22</sup> Bošković (2008), através de uma série de generalizações feitas para línguas com artigo *vs.* sem artigo (como por exemplo, extração à esquerda, extração de adjuntos de sintagmas nominais, *scrambling*, entre outros fenômenos são permitidos em línguas sem artigo), argumenta que as diferenças sintáticas e semânticas dos nominais não podem ser reduzidas simplesmente à realização fonológica ou não do determinante, mas sim se eles são NPs ou DPs. Não seguiremos essa ideia neste trabalho, mas sim a de Longobardi (1994), para quem DP sempre se encontra projetado, pois para que uma expressão nominal seja um argumento, é imprescindível que ela seja introduzida por uma categoria D, já que DP é uma projeção funcional responsável pela interpretação semântica em LF (referimo-nos genericamente a “DP”, apesar de defendermos neste trabalho que a projeção que encabeça o sintagma nominal é um KP, de acordo com Vangsnes (2001)).

Em (2), vemos que categorias quantificadoras (como *all*, *every*, *each*) podem encabeçar um QP separado acima do nível DP, deixando o QP mais baixo para a quantificação de determinantes existenciais; com base em Ritter (1991), propõe-se uma projeção funcional NumP, situada entre DP e NP e associada com a categoria morfológica número (por apresentar semelhanças com o quantificador existencial QP, faz-se um paralelo entre as duas estruturas); e há ainda uma categoria funcional KP, acima do nível DP, relacionada com Caso, sendo considerada como um paralelo nominal da projeção funcional CP. Em (3b) a seguir, temos a representação arbórea para uma sentença como (3a).

(3) a. all the three linguists



Com base em (3b), determinantes cardinais (Num) implicam, segundo Vangsnes, que o N é “contável”, determinantes definidos (D) implicam que o N é “retomado anaforicamente pelo discurso”, e determinantes quantificados (K) universalmente implicam que o N se encontra associado à leitura do que chama de *uniqueness* (uma propriedade que diz respeito ao fato de N ser entendido como um conjunto demarcado). K é a única categoria obrigatória dentro do sintagma, independentemente de serem ou não lexicalizadas; quando não são lexicalizadas, a interpretação de *uniqueness* não está presente.

A motivação para o trabalho de Vangsnes parte, portanto, do princípio de que as três categorias funcionais K, D e Num são correlacionadas a propriedades semânticas, de modo que a ordem de determinantes dentro de NP segue certos princípios sintáticos. Sendo assim, sintagmas nominais semanticamente equivalentes têm a mesma estrutura sintagmática subjacente entre as línguas, não importando se uma determinada língua realiza ou não lexicalmente uma dada categoria. A ideia central é a de que categorias funcionais são núcleos sintáticos abstratos correlacionados com categorias referenciais específicas: presença *versus* ausência de categoria funcional determina se suas propriedades referenciais particulares são ou não encontradas no sintagma nominal.

Voltando à estrutura esboçada em (3b), Vangsnes argumenta que existe uma correlação entre as categorias referenciais unicidade, especificidade e contabilidade e as categorias funcionais K, D e Num, respectivamente.

Na unicidade, tem-se que NP fortes, ou seja, determinantes quantificados universalmente e definidos, carregam a pressuposição de que seus referentes existem. Uma maneira de capturar esta propriedade referencial é dizer que eles tipicamente denotam referentes que são identificados tanto pelo falante como pelo ouvinte. Por exemplo, consideremos o par de sentenças abaixo:

- (4) a. All linguists speak at least two languages.  
b. All the linguists speak at least two languages.

Em (4b), o NP denota um referente que é dado ou inferido contextualmente, o que não acontece em (4a).

Em relação à anaforicidade discursiva e à especificidade, o mesmo conjunto em (4) mostra que em (4a) o sintagma nominal *all linguists* é não específico, enquanto em (4b) o sintagma *all the linguists* é referencialmente específico. Se um NP é específico sempre que o falante tem um indivíduo particular em mente, tal NP será necessariamente uma “anáfora discursiva”, no sentido de que o referente é uma parte do contexto para o proferimento.

Por último, na contabilidade o termo determinante cardinal deve ser entendido, em sentido amplo, como necessário para classificar determinantes que produzem NP com referentes contáveis. Não apenas numerais produzem NP com referentes contáveis, mas qualquer NP que

denota um conjunto é contável, mesmo se a cardinalidade exata do conjunto não pode ser estabelecida.<sup>23</sup>

Um ponto importante da proposta de Vangsnes diz respeito ao fato de as projeções funcionais relevantes serem nucleadas por categorias abstratas, que não estão associadas a uma unidade lexical *a priori*. A lexicalização ou não de um item vai depender da combinação de categorias abstratas presentes na estrutura. Em termos formais, o que Vangsnes chama de NumP é uma projeção nucleada pela categoria abstrata  $v$ , e a presença de  $v$  implica que o NP é contável e, portanto, requer a lexicalização de uma unidade identificada com essa informação; já a projeção DP é nucleada pela categoria  $\delta$ , e sua presença implica que o NP é dêitico, requerendo a realização de um item que identifique essa propriedade. No que diz respeito ao domínio KP, sua projeção é nucleada pela categoria funcional abstrata  $\kappa$  (responsável pela marcação de Caso de todo o sintagma), que apresenta duas versões,  $\kappa_{[+único]}$  e  $\kappa_{[-único]}$ : quando KP é nucleado pelo primeiro, o NP exige a realização de um quantificador universal; quando nucleado pelo segundo, a categoria é, nas línguas consideradas pelo autor, morfofonologicamente nula. É importante salientar que  $v$  e  $\delta$  não estão presentes em todos os constituintes nominais, com a ocorrência ou não dessas categorias trazendo consequências para as propriedades referenciais do NP; já KP está sempre presente na estrutura, pois, caso contrário, Caso não seria atribuído.<sup>24</sup>

Aplicando a proposta de Vangsnes a uma língua como o finlandês, que não dispõe de um sistema de artigos, podemos derivar a sentença em (5) a seguir da seguinte forma.

<sup>23</sup> A noção de contabilidade distingue entre NPs que denotam conjuntos e NPs que denotam massas (massas não consistem de subpartes distintas, contáveis). A distinção massivo/contável recai na presença ou não da categoria Num: se presente, o NP denotará um conjunto, se não, denotará massa.

<sup>24</sup> Dadas as categorias funcionais abstratas e suas relações sintáticas e semânticas, Vangsnes (2001, p. 265-266) apresenta o quadro esquemático em (i) abaixo, com oito possibilidades distintas de sintagmas nominais e suas respectivas propriedades referenciais, indicadas em parênteses; em (ii), exemplos do inglês de diferentes tipos de sintagmas nominais correspondentes ao quadro em (i).

(i)	a. KP <sub>[+u]</sub>	DP	NumP	NP	(+único, +específico, +contável)	(ii)	a. the	chair
	b. KP <sub>[+u]</sub>	DP		NP	(+único, +específico, -contável)		b. the	beer
	c. KP <sub>[+u]</sub>		NumP	NP	(+único, -específico, +contável)		c. all	chairs
	d. KP <sub>[+u]</sub>			NP	(+único, -específico, -contável)		d. all	beer
	e. KP <sub>[-u]</sub>	DP	NumP	NP	(-único, +específico, +contável)		e. a certain	chair
	f. KP <sub>[-u]</sub>	DP		NP	(-único, +específico, -contável)		f. a certain	beer
	g. KP <sub>[-u]</sub>		NumP	NP	(-único, -específico, +contável)		g. a/no	chair
	h. KP <sub>[-u]</sub>			NP	(-único, -específico, -contável)		h.	beer

- (5) En ostanut autoa Ruotsista.  
 NEG-1PL buy-AUX car-PAR Sweden-ELA  
 ‘I didn’t buy the/a(ny) car in Sweden.’

Em (5), o sentido veiculado pelo sintagma nominal pode tanto corresponder a “um N” como “o N”. Em ambos os casos, o referente do NP é contável, sendo que na leitura definida, o NP contém a categoria funcional  $\delta$  (anafórico-discursivo) e  $\kappa_{[+\text{único}]}$ , enquanto na leitura indefinida, contém  $\kappa_{[-\text{único}]}$  e nenhum  $\delta$ . Por conseguinte, o objeto nominal terá umas das estruturas em (6).

- (6) a. [KP  $\kappa_{[+\text{único}]}$  [DP  $\delta$  [NumP v [ NP]]]] ‘definido’  
 b. [KP  $\kappa_{[-\text{único}]}$  [NumP v [ NP]]] ‘indefinido’

A derivação em (6) começa com a inserção do nome em N, que se move em direção à esquerda para adjungir-se às categorias funcionais uma por uma, como em (7).

- (7) a. [KP autoa<sub>i</sub> –  $\kappa_{[+\text{único}]}$  [DP t<sub>i</sub> –  $\delta$  [NumP t<sub>i</sub> – v [NP t<sub>i</sub> ]]]]  
 b. [KP autoa<sub>i</sub> –  $\kappa_{[-\text{único}]}$  [NumP t<sub>i</sub> – v [NP t<sub>i</sub> ]]]

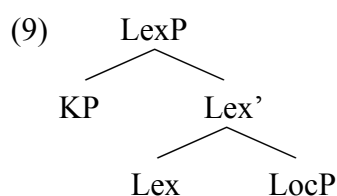
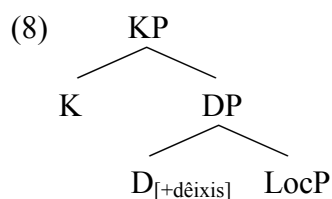
Para Vangsnes, então, os núcleos funcionais são encontrados universalmente e são uma parte da GU, mas visto que são abstratos, devem ser morfologicamente “identificados”. O que o autor chama de “identificação” é completado quando um elemento com os traços morfológicos relevantes é concatenado/inserido em um nóculo terminal específico.<sup>25</sup>

### 3.2 PP-Loc: restrição e predicação

Como vimos no primeiro capítulo, a relação que os PP-Locs estabelecem com os constituintes nominais pode ser de duas naturezas: de restrição ou de predicação.

<sup>25</sup> A Teoria de Identificação estabelece que os núcleos abstratos devem ser licenciados na sintaxe aberta por um elemento que contenha pelo menos um traço relevante para uma determinada categoria funcional (traços nominais, dêiticos, de número etc.). Não perseguiremos à exaustão aqui essa proposta, nos importando apenas a ideia de que a categoria DP carrega consigo informações sobre dêixis. Para uma análise mais detalhada, cf. Vangsnes (2001).

Para dar conta das oposições de constituição atestadas no primeiro capítulo, vamos considerar a ideia de que as relações restritivas e não-restritivas com o DP são configuracionalmente distintas. Passamos, a partir de agora, a defender a seguinte hipótese: em sintagmas locativos atuando com a função [+restritiva], o PP-Loc precisa ser selecionado por D, que, nos termos de Vangsnes (2001), codifica informações sobre dêixis (seção 3.2.1), como esboçado genericamente em (8) a seguir; já em sintagmas locativos com interpretação predicativa, funcionando como [-restritivo], assumiremos que o constituinte nominal se encontra alocado na posição de especificador de uma projeção que será aqui identificada como LexP (seção 3.2.2), dentro da qual um PP-Loc funciona como predicado, como esboçado em (9) a seguir. Na direção contrária das consequências advindas da proposta de Avelar (2006), nossa hipótese aqui é de que a sintaxe dispõe de configurações distintas para as relações [+restritiva] e [-restritiva] entre o constituinte nominal e o PP-Loc.



### 3.2.1 PP-Loc [+restritivo]

Para derivar os casos de PP-Loc funcionando como [+restritivo], nossa proposta parte da ideia de que tais constituintes precisam ser obrigatoriamente selecionados por D. Em termos intuitivos, o que motiva essa assunção é o fato de que os PP-Locs restritivos aqui analisados são intrinsecamente dêíticos e, por isso, precisam compor um constituinte nominal cujo significado seja compatível com essa propriedade. Considerando a proposta de Vangsnes (2001), temos que a categoria portadora do traço de dêixis dentro do constituinte nominal é D e, portanto, deve ser ela

a que licencia a ocorrência do PP-Loc adnominal. Iremos formalizar essa ideia considerando que o PP-Loc, para ser restritivo, deve ser tomado como complemento de D na computação sintática. Antes de passarmos à derivação do constituinte nominal com o PP-Loc [+restritivo], abordaremos antes a proposta de Bernstein (1997), que advoga em favor de uma dependência entre categorias adverbiais dêiticas e D.

### 3.2.1.1 Advérbios locativos e sua dependência do DP

Bernstein (1997) debruça-se sobre constituintes nominais, examinando construções com os chamados *reinforcers* (reforçadores), que correspondem a pronomes adverbiais dêíticos (como o *here* do inglês e os enclíticos *-ci* e *-là* do francês). O objetivo da autora é estabelecer como a computação sintática articula os reforçadores com os pronomes demonstrativos, comparando as propriedades dos constituintes nominais nas línguas românicas e germânicas.

Bernstein parte de exemplos de variedades coloquiais de línguas escandinavas e do inglês para mostrar que demonstrativos podem se combinar com reforçadores, indicados em itálico nos exemplos abaixo.

(10) a. den *här* mannen (sueco)

o aqui homem-o  
'este homem'

b. den *där* bilen

o lá carro-o  
'aquele carro'

(11) a. den *herre* klokka (norueguês)

o aqui relógio-o  
'este relógio'

b. det *derre* huset

a lá casa-a  
'aquela casa'

- (12) a. this *here* guy (inglês não-padrão)  
 b. that *there* car

Esses exemplos mostram que o reforçador pode ocorrer apenas quando o elemento demonstrativo está presente; por outro lado, o demonstrativo pode ocorrer sem a presença do reforçador.<sup>26</sup>

As línguas românicas, em contraste, costumam exibir reforçadores após o nome, como nos casos do francês listados em (13) abaixo. Apesar de não aparecer adjacente ao item demonstrativo, como no padrão exibido pelas línguas germânicas, o reforçador também é dependente da presença de itens como *cette* e *ce(t)*.

- (13) a. *cette femme-ci* (francês)  
 esta mulher-aqui  
 ‘esta mulher’  
 b. *ce livre-là*  
 este livro-lá  
 ‘aquele livro’

Para derivar sintaticamente essa relação entre o demonstrativo e o item reforçador, Bernstein propõe uma categoria FP, em que o reforçador adverbial e o demonstrativo são gerados na base como núcleo e especificador, respectivamente, conforme a representação em (14a-b) a seguir.<sup>27</sup>

- (14) a. [FP ce [F' -ci]]

---

<sup>26</sup> Bernstein (1997) chama a atenção para a construção padrão do inglês em (i), em que o demonstrativo pode facilmente ser substituído por um artigo definido ou indefinido, como em (ii).

- (i) this guy here  
 (ii) the/a guy here

Nesse caso, *here* constitui-se como um verdadeiro advérbio, não dependente do demonstrativo. Em (12), pelo contrário, a substituição do demonstrativo resulta em agramaticalidade, como visto em (iii), o que atesta a dependência do item reforçador.

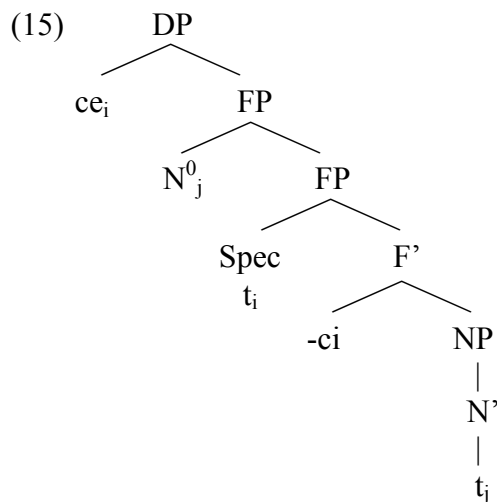
- (iii) \*the/a here guy

<sup>27</sup> É importante ressaltar que o demonstrativo é gerado na posição [Spec,FP] mesmo se o reforçador não estiver presente.



b. [<sub>FP</sub> this [<sub>F'</sub> here]]

Para derivar sentenças como aquelas apresentadas em (13), com o nome aparecendo entre o demonstrativo e o reforçador, Bernstein discute a possibilidade de  $N^0$  se mover para uma posição entre o demonstrativo e seu reforçador, adjungindo-se à esquerda de  $F^0$ , como ilustrado em (15).



Todavia, considerando os exemplos do francês em (16) e (17) a seguir (em que *-ci* é realizado após o adjetivo e sintagma preposicionado, respectivamente), a autora afirma que o movimento relevante nessas construções não pode envolver apenas  $N^0$ .

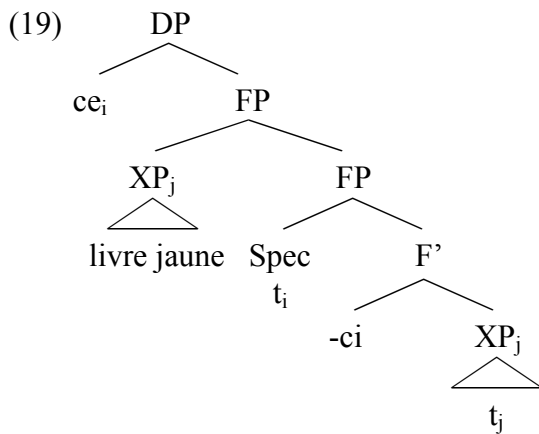
(16) ce livre jaune ci  
 este livro amarelo aqui  
 ‘este livro amarelo’

(17) ce marchand de vin ci  
 este loja de vinho aqui  
 ‘esta loja de vinho’

Tal impossibilidade procede do fato de que, segundo a abordagem adotada por Bernstein, a posição pós-nominal dos adjetivos em línguas românicas é derivada a partir do cruzamento de N sobre o adjetivo, como representado em (18).<sup>28</sup>

(18) ... [NumP [Num' livre<sub>i</sub>] [NP [AP jaune] [NP t<sub>i</sub>]]] ...

Bernstein, então, afirma que o movimento deve envolver todo o XP, e não apenas X<sup>0</sup>, como esboçado na configuração em (19) a seguir.<sup>29</sup> Se esta análise estiver correta, pode-se concluir que os reforçadores se encontram configuracionalmente articulados com o demonstrativo mesmo nos casos em que há elementos entre um e outro.



Embora não haja evidências visíveis de que o mesmo movimento de XP exibido pelas línguas românicas exista nas germânicas, Bernstein também apresenta casos do sueco e do inglês

<sup>28</sup> Bernstein (1997) assume Num(ero)P como o *locus* de concordância do nome.

<sup>29</sup> A subida do demonstrativo *ce* para as dependências de D é explicada por Bernstein (1997) como um requerimento de que deve haver uma substituição do núcleo demonstrativo em D, já que os demonstrativos são sempre [+definido] em línguas românicas. A autora parte da análise de Giusti (1993a,b), que propõe que o demonstrativo ocupa uma posição de especificador imediatamente abaixo de DP, em AgrP, com o nome alçando-se na sintaxe para D<sup>0</sup>, onde se adjunge à esquerda do artigo definido, tendo cruzado sobre o demonstrativo em [Spec,AgrP], como no exemplo em romeno em (i).

(i) [DP [D' om<sub>i</sub>-ul] [AgrP acesta [Agr' t<sub>i</sub>' ] [NP t<sub>i</sub>]]] ('this man')

man-the      this

Numa sentença como *acesta om*, há o alçamento do demonstrativo de [Spec,AgrP] para [Spec,DP], logo, conclui-se que em ambos os exemplos é o artigo definido ou o demonstrativo que estão localizados dentro do DP, que está de acordo com a idéia de que um traço [+definido] em D deve estar associado com um elemento visível.

não-padrão em que o demonstrativo mais o seu reforçador acompanham um complexo formado por [nome+adjetivo], como em (20), ou por [nome+complemento], como em (21) a seguir.

- (20) a. det här stora huset (sueco)  
este aqui grande casa-o  
'esta grande casa'
- b. this here big house (inglês não-padrão)
- (21) a. den här ringen av guld (sueco)  
esta aqui anel-a de ouro  
'este anel de ouro'
- b. this here piece of paper (inglês não-padrão)

Nesses casos há apenas a subida do demonstrativo para as dependências da projeção DP, permanecendo sempre o reforçador antes do nome (ou do complexo [nome+adjetivo] ou [nome+complemento]), já que nas línguas germânicas não é permitido o mesmo movimento que as românicas exibem.<sup>30</sup>

Embora a proposta de Bernstein (1997) não seja tecnicamente a que iremos adotar nas próximas seções, vamos incorporar a ideia de que o pronome adverbial, para ser licenciado como um modificador do nome, precisa estar configuracionalmente relacionado com uma categoria que codifique informações sobre dêixis. Consideramos que, entre os itens funcionais que integram os constituintes nominais do PB, essas categorias são os pronomes e artigos com valor demonstrativo.

Uma vez que estamos assumindo, juntamente com Avelar (2006), que o PP-Loc é uma projeção de um pronome adverbial (que pode ou não ser lexicalmente realizado – ver seção 2.5), os sintagmas locativos restritivos deverão se articular com um pronome ou um artigo, ideia que formalizaremos na seção a seguir. Na ausência de uma categoria demonstrativa, a única opção

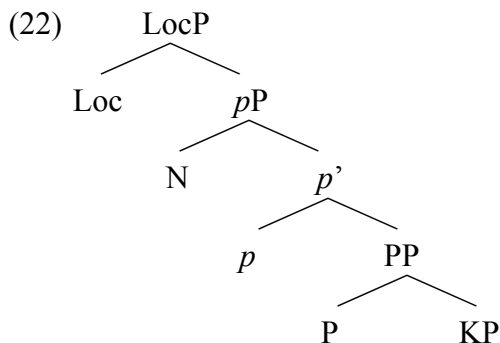
---

<sup>30</sup> Em termos minimalistas, a proposta de Bernstein (1997) para o movimento do XP (contendo o NP) é que, em línguas românicas, o núcleo FP contém um traço forte (no sentido explorado em Chomsky, 1995) que deve ser checado, forçando o movimento visível do XP (que contém o NP e seus modificadores), o que deriva a posição pós-nominal do reforçador; em línguas germânicas, por outro lado, o traço em F<sup>0</sup> não é forte, logo, o movimento não é requerido.

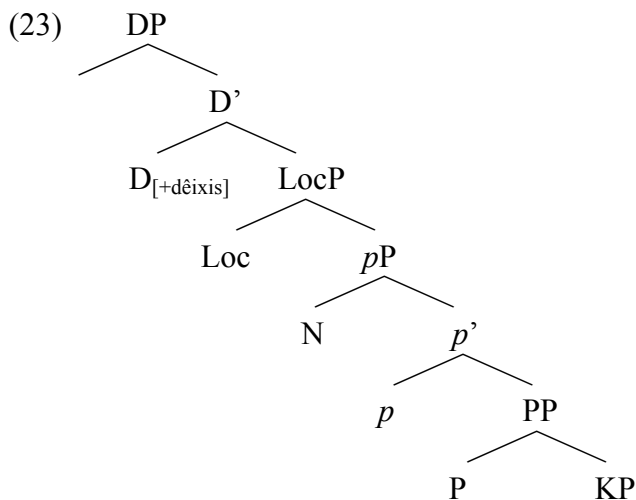
disponível para o PP-Loc é a função [-restritiva], quando poderá ocorrer ou como um predicativo (caso que nos interessa mais de perto) ou como um adjunto adverbial.

### 3.2.1.2 A derivação do constituinte nominal com PP-Loc [+restritivo]

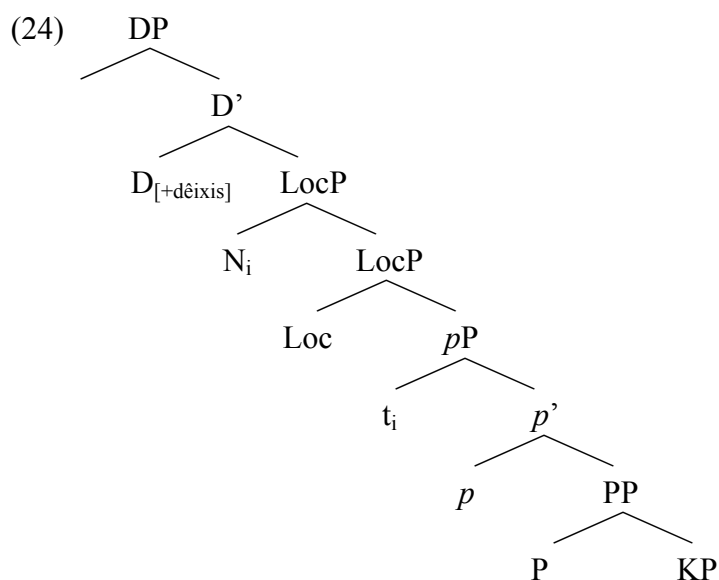
A estrutura que iremos propor para a articulação do PP-Loc restritivo dentro de um constituinte nominal tem como ponto de partida aquela representada em (22) a seguir, nos termos de Avelar (2006) (ver seção 2.5). Nessa configuração, o nome que será restritivamente modificado se encontra em [Spec,*p*P], que é a posição relacionada com a interpretação de Figura.



A derivação prossegue como em (23), com a projeção de Loc sendo tomada como complemento de D (que deve portar, nos termos de Vangsnes (2001), informações sobre dêixis), condição que estamos assumindo como essencial para que o LocP adquira o valor restritivo.

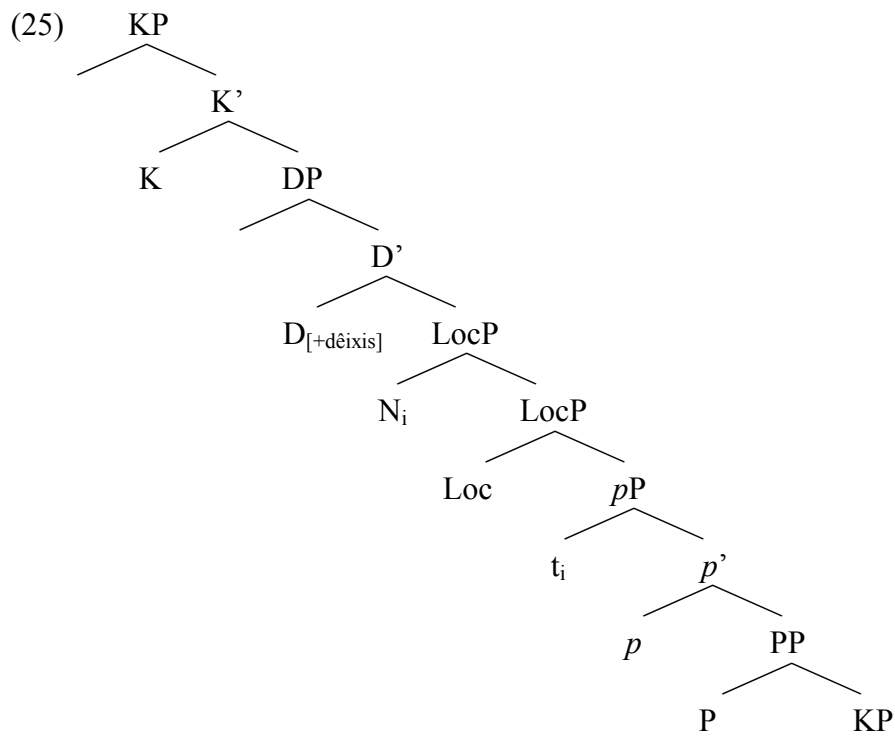


Com a entrada de D, deve haver alguma operação que possibilite a N se articular tanto com D quanto com o LocP. N então se move, adjungindo-se ao LocP, como representado em (24) a seguir. Como resultado,  $N^0$  entra no domínio mínimo de  $D^0$ , cuja projeção imediatamente o domina. Nos termos de Kato & Nunes (2009), essa configuração permite ao N “interagir” sintaticamente tanto com D (do qual satisfaz requerimentos de natureza gramatical, já que D naturalmente seleciona um N) quanto com LocP, que o modifica restritivamente.



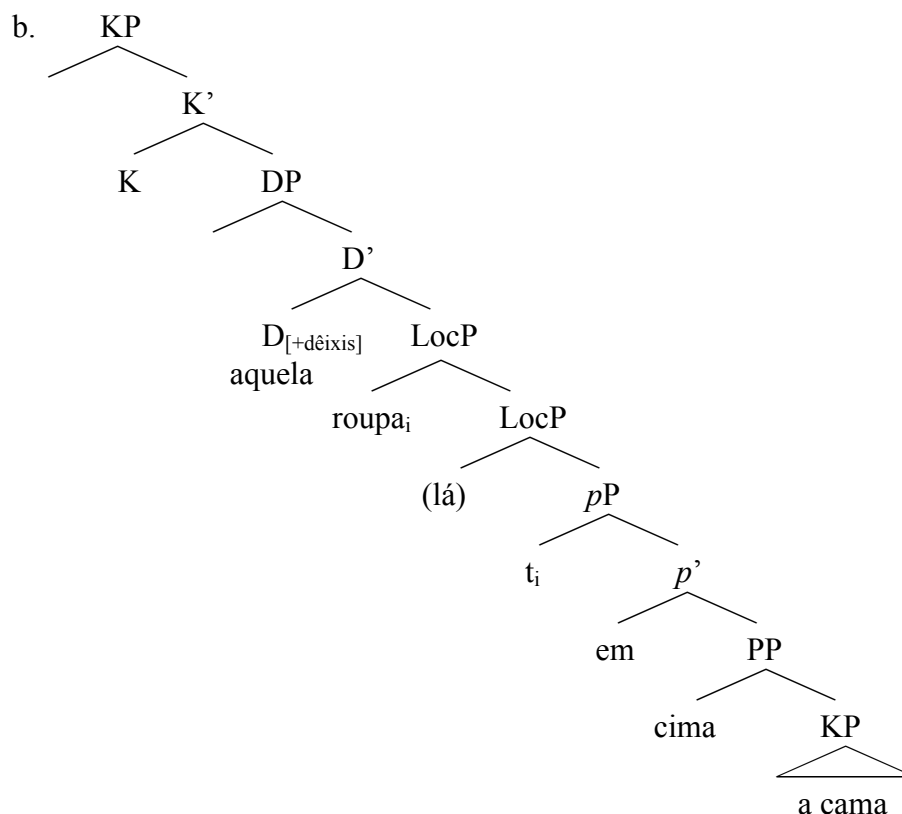
O último passo é a concatenação de K ao DP, como representado em (25) abaixo. De acordo com Vangsnes (2001), K deve estar presente em todos os sintagmas nominais, sendo a categoria responsável pela marcação de Caso.<sup>31</sup>

<sup>31</sup> Assumindo a Teoria da Identificação de Vangsnes (2001), D seria alçado para KP, já que um determinante, além de configurar-se como um identificador da categoria funcional  $\delta$  (por portar um traço dêitico), é também um identificador da categoria funcional  $\kappa_{[+\text{único}]}$ , por carregar um traço de quantificação universal.



A título de exemplo, acompanhemos a seguir, em (26b), a estrutura arbórea relativa ao complemento da sentença (26a), com o PP-Loc atuando sobre o constituinte nominal na função [+restritiva].

(26) a. Maria detesta aquela roupa (lá) em cima da cama.



O N modificado *roupa* (interpretado como Figura) é conectado, primeiramente, na posição [Spec,*pP*]. Com a projeção *LocP* sendo tomada como complemento de *D*, o determinante *aquela* é conectado à estrutura, portando consigo informações dêíticas. Em seguida, o nome *roupa* é conectado a *LocP*, onde se articula tanto com o determinante quanto com o *PP-Loc*, que o modifica restritivamente.

Em princípio, há um problema potencial para validar essa derivação, considerando os pressupostos minimalistas relacionados ao requerimento de ciclicidade, pois (26b) fere a Condição de Extensão (*Extension Condition*) proposta em Chomsky (1995), segundo a qual adições à estrutura sempre têm como alvo nódulos raízes. Contudo, se assumirmos que *N* é adjungido a *LocP* antes da entrada de *D*, teremos de lidar com *look-ahead*, já que estaremos olhando para uma fase posterior da derivação, ou seja, uma fase em que se supõe que um *D*, portando informações sobre dêixis e capaz de licenciar um *PP-Loc* como um termo modificador restritivo, entrará na estrutura.

Um caminho possível para resolver essa questão é assumirmos a Hipótese de Adjunção Tardia de Stepanov (2001), apresentada em 2.2.2, segundo a qual adjuntos são conectados pós-ciclicamente à estrutura. O elemento *roupa* em (26b), então, inicialmente conectado em [Spec,*pP*], pode ser tranquilamente conectado à projeção LocP quando todos os casos de concatenação por substituição forem esgotados, garantindo as condições de boa formação da estrutura – ou seja, a aplicação da operação conectar por adjunção do nome *roupa* a um objeto que não é raiz, no caso, o objeto segmentado <LocP, LocP>, não interfere nas relações de c-comando da estrutura, já que novas relações de c-comando não são criadas.

### 3.2.2 PP-Loc [-restritivo]

Vejam agora a derivação relacionada aos casos com PP-Loc em função [-restritiva], particularmente quando esse termo funciona como um predicativo. Como destacado anteriormente, vamos assumir uma configuração de predicação secundária envolvendo o sintagma nominal e o sintagma locativo. Tomando como exemplo a sentença em (27a) a seguir, *aquela roupa* é conectado à estrutura como um argumento que recebe uma interpretação temática do PP-Loc (*lá*) em cima da mesa. Assumindo a proposta de Starke (1995) na subseção a seguir, vamos considerar que a predicação envolvendo o PP-Loc e o KP envolve uma projeção LexP, como esboçado em (27b). É essa projeção LexP que funciona como complemento do verbo, tal como visto em (27c).

- (27) a. Maria detesta aquela roupa (*lá*) em cima da cama.  
 b. [<sub>LexP</sub> [<sub>KP</sub> aquela roupa] [<sub>Lex'</sub> Lex<sup>0</sup> [<sub>LocP</sub> (*lá*) em cima da mesa]]]  
 c. [<sub>VP</sub> detestar [<sub>LexP</sub> [<sub>KP</sub> aquela roupa] [<sub>Lex'</sub> Lex<sup>0</sup> [<sub>LocP</sub> (*lá*) em cima da mesa]]]]]

#### 3.2.2.1 A projeção LexP

Vamos aqui refinar a estrutura para os predicados secundários (ver seção 2.4), considerando a proposta de Starke (1995), que, em certo sentido, se aproxima da defendida por



Williams (1980, 1983). Para o autor, as estruturas de predicação portam categorias lexicais e projeções funcionais, nucleadas por uma cópula nula BE, que é um verbo *default* não realizado em PF. Ou seja, as SCs consistem em instâncias que podem ser tratadas não como *small*, mas como *clauses* não-verbais, sem a presença de um verbo pleno. Para conferir às SCs uma configuração sentencial, Starke (1995) propõe que elas consistem numa projeção máxima de um complementizador que domina uma projeção lexical dentro da qual uma relação semântica se estabelece.

Para chegar a essa conclusão, o autor desenvolve uma análise que parte da comparação de sentenças como aquelas em (28) a seguir. Em ambas as sentenças há uma relação de predicação entre os termos *the fondue* e *too liquid*. Contudo, em (28b) essa relação é mediada por uma cópula, enquanto em (28a) nenhum item se faz necessário para que a mesma relação de predicação exista.

- (28) a. Phil found [CP [IP the fondue [VP [AP too liquid]]]]  
 b. Phil found [CP that [IP the fondue [VP is [AP too liquid]]]]

Starke (1995) então observa que a relação estabelecida entre dois elementos numa estrutura de predicação em diferentes línguas não envolve apenas duas projeções – uma do constituinte sujeito e outra do constituinte predicado; pelo contrário, podem ocorrer categorias “independentes”, em geral preposições, entre um constituinte e outro, como nos casos do alemão e do inglês abaixo.

- (29) a. Ich betracht es als/\*für/\*Ø gut.  
 b. Ich halt es \*als/für/\*Ø gut.  
 c. Ich finde es \*als/\*für/Ø gut.  
 ‘I consider it as/for/Ø gut’

Essas construções mostram que as SCs não podem ser tratadas como *bare lexical projections*, como defendido por Stowell (1995), pois, se fosse assim, a projeção do adjetivo seria incapaz de alocar as categorias *als* e *für* do alemão, ou *as* e *for* do inglês.

Starke também nota que certas preposições funcionais<sup>32</sup> estão em distribuição complementar com C: preposições funcionais não ocorrem em sentenças finitas, enquanto complementizadores não ocorrem em sentenças infinitivas e nominais. Diante disso, o autor explora a ideia de que a preposição funcional também é um complementizador, como esboçado nas representações em (30) a seguir, para construções do francês.

- (30) a. [CP **que** Jean pèlera les oignons  
that Jean will.peel the onions  
b. [CP **de** peler les oignons  
of to.peel the onions  
c. [CP **de** tous les oignons  
of all the onions

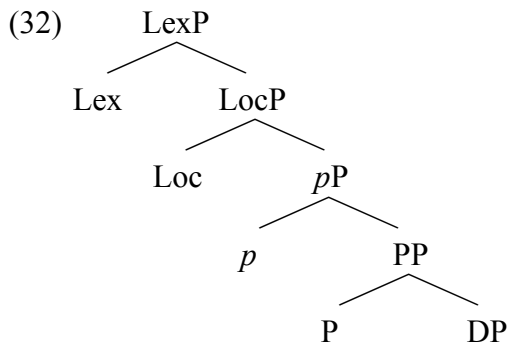
Como projeções funcionais naturalmente abarcam projeções lexicais, a proposta de Starke assume uma projeção LexP nucleada por BE (sem realização fonética), que, por sua vez, toma um predicado DP/PP/AP como seu complemento, como representado no esquema em (31) abaixo.

- (31) [CP =<sub>SC</sub> C ... [LexP Lex<sup>0</sup> BE DP/PP/AP]]

Considerando a formalização proposta em Starke, vamos aqui assumir que os casos de predicação com LocP são, na verdade, uma projeção de LexP, tal como representado genericamente em (32) a seguir.

---

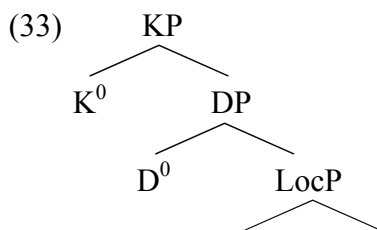
<sup>32</sup> Starke (1995) utiliza, em geral, o termo *particles* (PRT), observando que elas possuem uma grande semelhança com as preposições, como o fato de ambas serem, translinguisticamente, homófonas e invariáveis com respeito a Caso e traços- $\phi$  e, semanticamente (e em muitas línguas morfológicamente), distintas de outros morfemas invariantes.



Para efeitos de simplificação, vamos considerar que a categoria Lex condensa tanto o núcleo BE quanto o núcleo C, já que, no PB, os tipos de predicção secundária que nos interessam mais de perto (que tomam LocP como predicado) não lexicalizam categorias funcionais mais altas que Loc (lexicalizados como pronomes adverbiais do tipo *aqui*, *ali* e *lá*).

### 3.2.2.2 A derivação do constituinte nominal com PP-Loc [-restritivo]

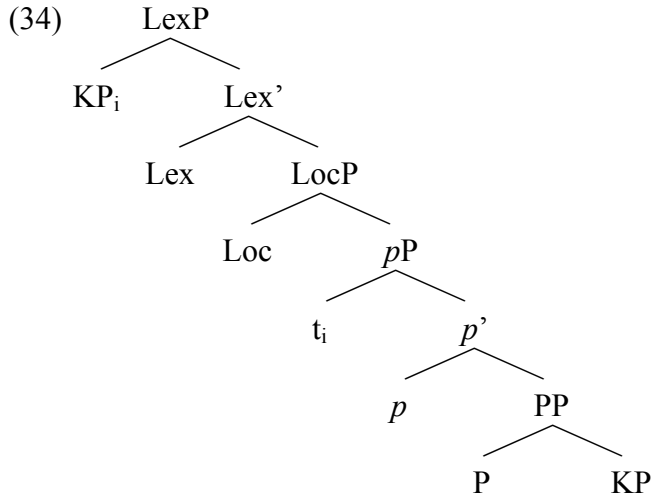
Consideremos a representação em (33) abaixo como uma possível representação para os PP-Locs [-restritivo], mesmo naqueles casos em que o PP-Loc acompanha um *bare noun*.



A representação em (33) deve ser barrada justamente porque em *bare nouns* não há a projeção de DP, apenas uma projeção KP, responsável por Caso (ver seção 3.1). Não existindo DP, não há um núcleo responsável por codificar informações dêiticas, logo, o PP-Loc não poderá atuar de forma [+restritiva], mas sim predicacionalmente.

Considerando o quadro estabelecido na subseção anterior, vamos assumir que a arquitetura da relação entre um constituinte nominal e um PP-Loc [-restritivo] é aquela em (34) a

seguir: o constituinte nominal é inserido em [Spec,*p*P] e, posteriormente, movido para [Spec,LexP].<sup>33, 34</sup>



A título de exemplo, consideremos o caso da sentença em (35a), com uma configuração arbórea esboçada como em (35b) a seguir, em que a relação de predicação entre o sintagma nominal e o PP-Loc é intermediada por uma projeção LexP.

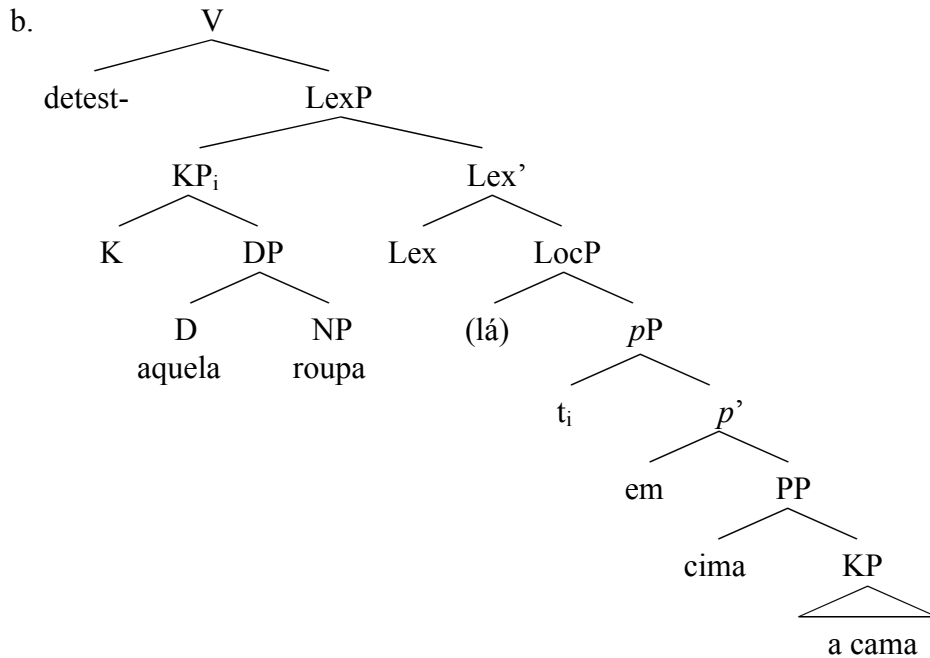
<sup>33</sup> Não é claro se o sintagma nominal deve ou não passar por [Spec,LocP]; essa questão, contudo, é irrelevante para a análise que estamos defendendo.

<sup>34</sup> Além de considerarmos as ideias de Starke (1995), de que as relações de predicação não podem ser tratadas como *bare lexical projections* (por isso a assunção de uma categoria LexP), da mesma forma não elegemos o PP-Loc como encabeçando a estrutura de predicação, por considerar que um verbo não pode selecionar tal categoria, sendo que apenas um DP assume um PP-Loc como seu complemento. Mas, então, como explicar o PP-Loc em (34) como complemento de Lex<sup>0</sup>? Assim como Longobardi (1994) nota para o italiano, predicados secundários não necessitam de DP, podendo ser realizados apenas como NPs nulos, como mostram as sentenças em (i) abaixo.

- (i) a. Gianni è tornato a casa (\*il) preside della facoltà.  
Gianni went back home (the) dean of the faculty.  
b. (\*La) figlia di un generale, Maria riusciva solo a innamorarsi di uomini in divisa.  
(the) daughter of a general Maria could only fall in love with men in uniform

Portanto, o PP-Loc [-restritivo] de sentenças como (34), que atua como um predicado, pode ser complemento de uma categoria LexP, já que predicados não necessitam de um DP que os subcategorize.

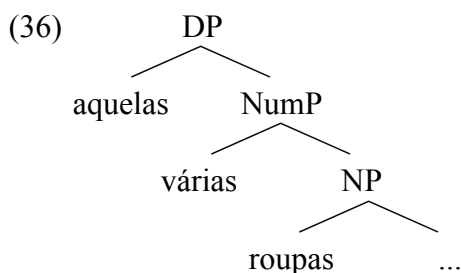
(35) a. Maria detesta aquela roupa (lá) *em cima da cama*.



O KP inteiro é conectado como [Spec,*p*P], de onde se deriva sua interpretação como Figura. Em seguida, o DP é alçado à posição de sujeito de LexP, onde estabelece uma relação de predicação com o PP-Loc. É essa projeção LexP que é tomada como complemento de V, recebendo o papel temático disponibilizado pelo verbo, de onde se deriva a interpretação correspondente a “Maria detesta o fato de aquela roupa estar em cima da cama”. O KP *aquela roupa*, por sua vez, recebe seu papel temático internamente ao LocP, quando é conectado em [Spec,*p*P].

### 3.3 A categoria NumP

Como sabemos, o constituinte nominal pode ocorrer com categorias que codifiquem informações relativas à quantificação existencial, representada pela projeção NumP, nos moldes de Ritter (1991), como observado em (36) a seguir para uma sentença como *aquelas várias roupas*.



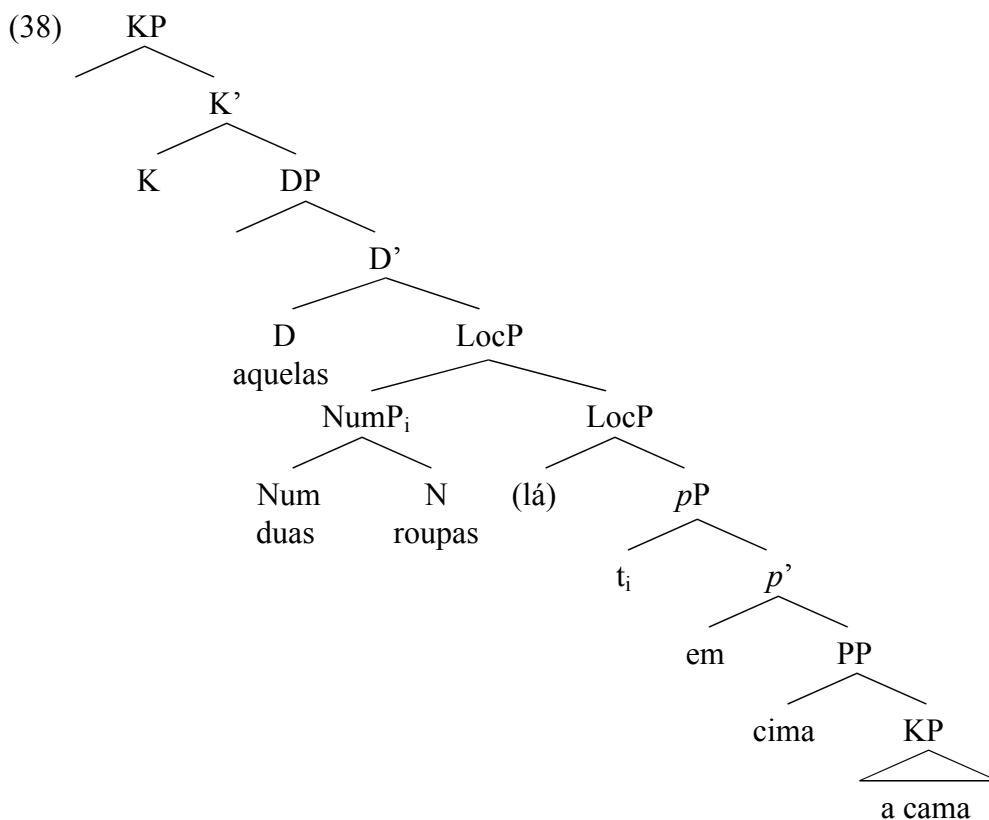
Como vem sendo defendido aqui, PP-Locs na função [+restritiva] são subcategorizados por projeções DP para a codificação da referencialidade. Adotando uma estrutura arbórea como a defendida por Vangsnes (2001), representada no exemplo (3b) da seção 3.1, a derivação de uma sentença como (37) precisa atender a outros critérios para que seja mantida a relação entre o DP e o PP-Loc, já que em (37) o numeral *duas* intervém entre DP e a projeção PP-Loc.

(37) A Maria detesta aquelas duas roupas (lá) em cima da cama.

Um possível caminho para a alocação do numeral na estrutura pode ser obtido nos termos propostos em Avelar (2004). Ao tratar de sentenças existenciais, o autor afirma que o verbo existencial tem de estabelecer uma relação sintática com um DP, tomando-o como complemento, da mesma forma que o admitido neste trabalho para o PP-Loc [+restritivo]. Assumindo uma configuração de adjunção como a proposta por Kato & Nunes [1998] (2009), Avelar (2004) explora algumas possibilidades de essa relação ser satisfeita quando um numeral também está presente, desde que, em todas elas, o DP entre no domínio mínimo do verbo existencial para efetivar a relação relevante.<sup>35</sup> Adotemos aqui uma dessas possibilidades para uma sentença como (37), representada em (38) a seguir.

---

<sup>35</sup> Remetemos o leitor a Avelar (2004, p. 99 *et seq.*) para uma discussão mais detalhada e as eventuais implicações sobre as cinco possíveis configurações a que o sistema computacional recorre.



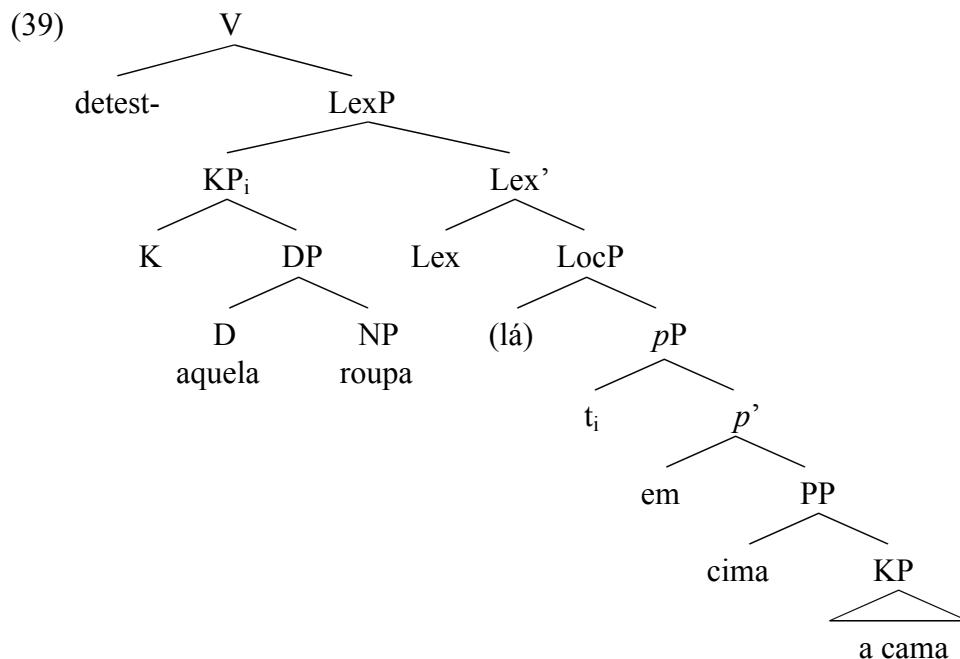
Nessa configuração, NumP é inicialmente conectado em [Spec,pP] e, posteriormente, adjungido a LocP, entrando no domínio mínimo de D. Com essa configuração, o numeral é devidamente alocado na estrutura e a relação entre DP e PP-Loc, nos termos aqui defendidos, é assegurada.

### 3.4 A atribuição de Caso ao DP

Nas relações [+restritiva], a atribuição de Caso ao KP se dá sem maiores problemas, via concordância *probe-goal*: o constituinte recebe Caso acusativo dos traços- $\phi$  de  $\nu$  se for um complemento verbal, Caso nominativo dos traços- $\phi$  de T se for um argumento externo, e Caso oblíquo se for complemento de preposição.

Nas relações [-restritiva], contudo, é necessário considerar que a sonda partindo das categorias provedores de Caso conseguem “penetrar” em LexP e detectar o KP que funciona como o sujeito da predicção locativa. Uma vez que estamos explorando a ideia de que LexP condensa a categoria C (ver 3.2.2.1), somos obrigados a assumir que LexP é uma fase. Isso

significa que, para ter o seu traço de Caso valorado, o KP deve estar na borda do LexP. Essa necessidade é satisfeita pela estrutura assumida em 3.2.2.2, em que o KP é movido de [Spec, LocP] para [Spec, LexP]. Na estrutura em (35b), por exemplo, repetida em (39) a seguir, o KP *aquela roupa* se encontra na borda de LexP e, dessa forma, está acessível para receber Caso acusativo, via *probe-goal*, dos traços- $\phi$  de *v*.



### 3.5 Gradação de referencialidade

Como observado no primeiro capítulo, a interpretação restritiva do PP-Loc está condicionada ao requerimento de o sintagma nominal modificado ser introduzido por artigos definidos e pronomes demonstrativos (ou, ainda, pronomes interrogativos), como repetido abaixo no paradigma em (40).

- |      |  |                                   |
|------|--|-----------------------------------|
| (40) | a. O João detesta [sapato <i>em cima do tapete</i> ].        | (+restritivo:* / -restritivo:ok)  |
|      | b. O João detesta [um sapato <i>em cima do tapete</i> ].     | (+restritivo:? / -restritivo:ok)  |
|      | c. O João detesta [o sapato <i>em cima do tapete</i> ].      | (+restritivo:ok / -restritivo:ok) |
|      | d. O João detesta [aquele sapato <i>em cima do tapete</i> ]. | (+restritivo:ok / -restritivo:ok) |

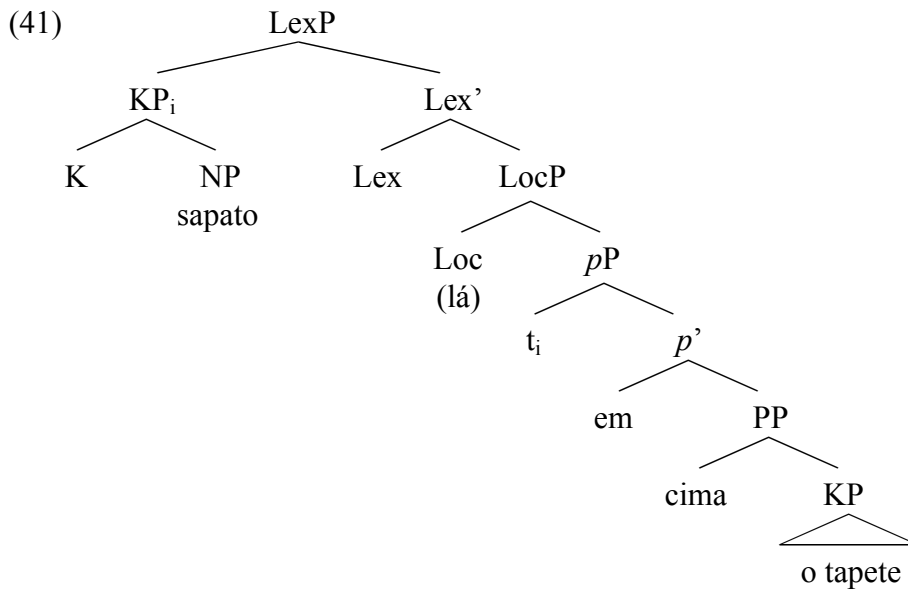


e. O João detesta [qual sapato *em cima do tapete*]? (+restritivo:ok / -restritivo:ok)

Sintagmas *bare nouns*, pelo contrário, não licenciam a interpretação restritiva que caracteriza a ocorrência do PP-Loc como um adjunto adnominal, como se nota em (40a). Como as configurações assumidas na seção 3.2 explicam a impossibilidade de *bare nouns* receberem um locativo como modificador restritivo?

A resposta para essa questão está justamente no fato de que um PP-Loc, para funcionar como [+restritivo], deve ser selecionado por um D portando traços de dêixis, nos termos propostos em Vangsnes (2001). Em (40a), o sintagma nominal *sapato* constitui-se como um *bare noun*, não projetando, portanto, a categoria DP – não existe, então, um D com informações dêíticas que possa tomar um PP-Loc como complemento, logo, a função [+restritiva] não está disponível para o sintagma locativo, apenas a função [-restritiva], o que confere ao PP-Loc a interpretação de um sintagma predicativo.

Dessa forma, dentro da análise que estamos propondo, a única estrutura possível para (40a) corresponde à representação em (41) a seguir, com a predicação envolvendo o PP-Loc e o constituinte nominal sendo interna a uma projeção LexP, como visto detalhadamente em 3.2.2. Diferentemente de uma estrutura com um constituinte nominal em que há a presença das projeções DP e KP (cf. a representação de uma sentença como (40d), com o PP-Loc funcionando predicacionalmente, em (35b), na seção 3.2.2.2), aqui somente a categoria KP será projetada, já que, para satisfazer requerimentos de Caso, o núcleo K deve estar presente em todos os sintagmas nominais.



Portanto, a gradação de referencialidade observada em sentenças com PP-Loc é explicada naturalmente dentro da análise aqui defendida: se for complemento de D, o PP-Loc será [+restritivo], modificando restritivamente o nome; já se o LocP não for um complemento de D (que sempre ocorrerá se o D não estiver presente), a única interpretação possível será [-restritivo].

Contrariamente aos casos de PP-Locs acompanhando constituintes nominais, um outro problema levantado no primeiro capítulo, mais especificamente na seção 1.1, dizia respeito a *bare nouns* podendo ser modificados restritivamente por sintagmas adjetivais, como nas sentenças em (42) abaixo.

- (42) a. O Pedro detesta [*gato preto*].  
 b. A Maria só usa [*vestido de seda*].

Percebe-se que os mesmos obstáculos relacionados à referencialidade do termo modificado não atuam quando o modificador é um adjetivo ou qualquer outro termo não-locativo com função restritiva. Com a hipótese assumida aqui, tal problema pode ser facilmente explicado: como os modificadores italicizados em (42) são termos não-locativos, isto é, não são projetados como um LocP, não existe o requerimento de que uma categoria relacionada à interpretação dêitica esteja presente na estrutura; portanto, *preto* e *de couro*, por não serem categorias dêiticas (e, como tal,

não precisarem ser tomadas como complemento de D), podem funcionar como termos restritivos dos nomes *gato* e *vestido*, respectivamente.

### 3.6 Relações de constituição

Com as estruturas assumidas em 3.2 para os PP-Locs atuando como termos restritivos e não-restritivos, pudemos perceber que, na derivação do constituinte nominal com PP-Loc [-restritivo], o determinante e o nome (ou apenas o nome, para os casos de *bare nouns*) entram juntos na computação sintática, em [Spec,*pP*], a posição relacionada com a interpretação de Figura. Já na derivação do constituinte nominal com PP-Loc [+restritivo], o determinante e o nome entram na computação sintática separadamente: o nome em [Spec,*pP*] e o determinante diretamente como núcleo de DP, portando consigo o traço relacionado à interpretação de dêixis. Portanto, os sintagmas nominais acompanhados por PP-Locs predicacionais formam um único constituinte na estrutura sintática, ao contrário daqueles acompanhados por PP-Locs restritivos, que não estão numa relação de constituição.

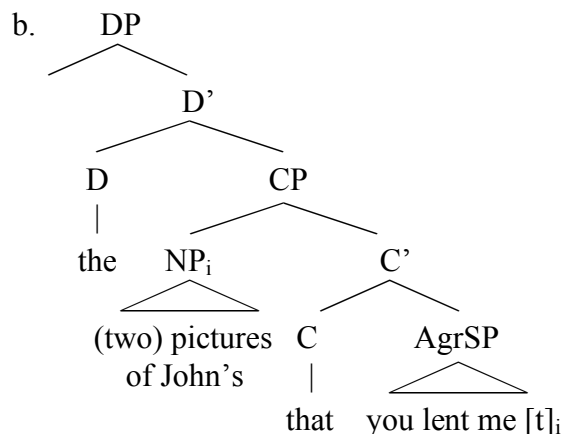
É possível estabelecer uma associação entre a estrutura que estamos propondo para os constituintes nominais restritivamente modificados e a configuração adotada por Kayne (1994) para as estruturas com oração relativa. Na proposta de Kayne, a posição de especificador deve ser analisada (em atendimento às exigências do Axioma da Correspondência Linear – *Linear Correspondence Axiom (LCA)*) como resultado de uma configuração de adjunção. Ao trabalhar com sentenças relativas, Kayne (1994, p. 85-101) segue, em parte, a análise de elevação das relativas de Vergnaud (1974), propondo que os DPs podem selecionar como seu complemento um CP cuja posição de *Spec* é preenchida por um NP relativizado.

Kayne assume que, em constituintes nominais modificados por CPs relativos, a configuração é determinada como em (43) a seguir: o NP (*two pictures of John's*) é movido do interior do CP relativo para a posição de [Spec,CP]; o CP é, então, tomado como complemento de D.<sup>36</sup>

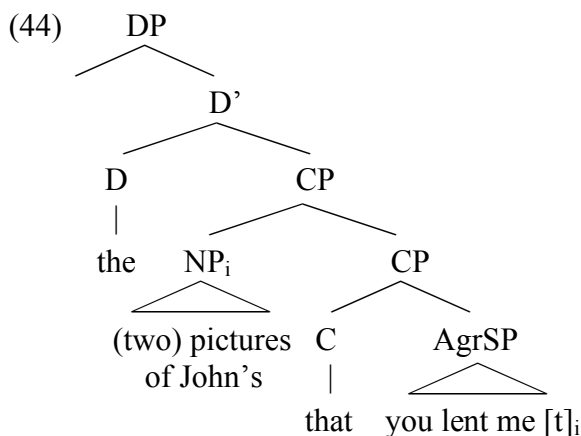
---

<sup>36</sup> Cf. Medeiros Junior (2005) sobre os potenciais problemas levantados ao se admitir a proposta de Kayne (1994) para os casos de relativização.

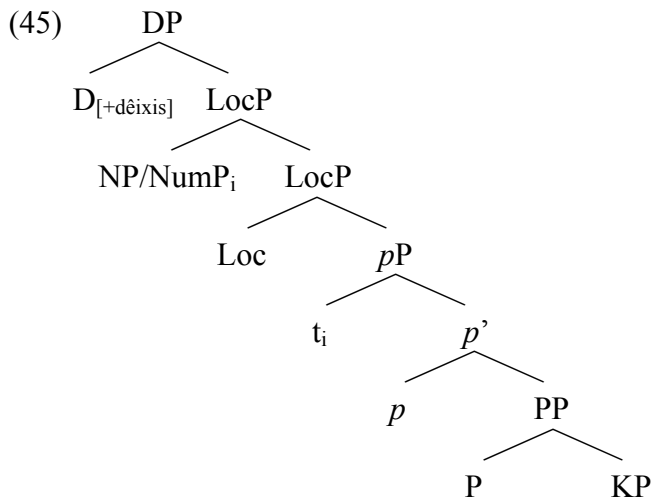
(43) a. I found the (two) pictures of John's that you lent me.



Uma vez que, na abordagem de Kayne, a posição de especificador deve ser entendida como resultado de uma configuração de adjunção, o NP se encontra, na verdade, adjungido ao CP, como ilustrado em (44) a seguir. Em conclusão, *(two) pictures of John's that you lent me* é, dentro dessa análise, um constituinte distinto de *the*.



A configuração em (44) é a mesma que estamos assumindo para a estrutura que envolve os PP-Locs [+restritivos], repetida em (45) a seguir: a contraparte do CP é LocP, que traz adjungido a ele o NP/NumP restritivamente modificado; D, por sua vez, toma LocP como complemento, com o NP/NumP integrando o domínio mínimo tanto de D quanto de LocP. Em relação a efeitos de constituência, isso implica, nas estruturas em que o PP-Loc é [+restritivo], funcionando como adjunto adnominal, que D e NP/NumP não formam um constituinte.



Nas subseções a seguir, a partir da ideia de haver ou não constituição entre as categorias DP e PP-Loc, vamos abordar algumas consequências advindas da análise que estamos propondo.

### 3.6.1 Extração a partir de adjuntos e de predicados secundários

Considerando a estrutura em (45) acima, o esperado é que, se um PP-Loc [+restritivo] é sentencialmente frontado (seja por extração, seja por realização *in situ*), o NP modificado terá de acompanhá-lo, como nos casos em (46)-(47) abaixo.

(46) a. Roupas *(ali) dentro do armário*, o João só lavou aquelas. (+restritivo)

b. [<sub>LocP</sub> roupas *(ali) dentro do armário*]<sub>i</sub> ... [<sub>vP</sub> lavou [<sub>KP</sub> K [<sub>DP</sub> aquelas cv<sub>i</sub>]]]

(47) a. Sapatos *(lá) debaixo da cama*, eu só usei aqueles. (+restritivo)

b. [<sub>LocP</sub> sapatos *(lá) debaixo da cama*]<sub>i</sub> ... [<sub>vP</sub> usei [<sub>KP</sub> [<sub>DP</sub> aqueles cv<sub>i</sub>]]]

Em contraste, se o NP não acompanhar o PP-Loc, mas ocorrer ao lado de D, a única interpretação disponível para a sentença é o PP-Loc atuando de forma [-restritiva], como depreendemos pela leitura dos casos em (48) e (49) a seguir.<sup>37</sup>

- (48) *(Ali) dentro do armário*, o João só lavou aquelas roupas. (-restritivo)  
(49) *(Lá) debaixo da cama*, eu só usei aqueles sapatos. (-restritivo)

A análise que estamos propondo também é capaz de explicar por que o DP modificado não pode ser frontado sem que o PP-Loc o acompanhe. Considerando as sentenças em (50) a seguir, a derivação de algo como em (51) e (52) é impossível nos casos em que o PP-Loc adquire uma função [+restritiva], dado que D e N não formam, nessa situação, um constituinte.

- (50) a. O João usou aquelas roupas (ali) dentro do armário.  
b. A Maria cozinhou esses pratos (aí) em cima da mesa.
- (51) a. ?Quais roupas o João usou (ali) dentro do armário?  
b. ?Quais pratos a Maria cozinhou (aí) em cima da mesa?
- (52) a. \*Aqueles roupas nunca foram usadas (ali) dentro do armário.  
b. \*Esses pratos serão cozidos (aí) em cima da mesa.

---

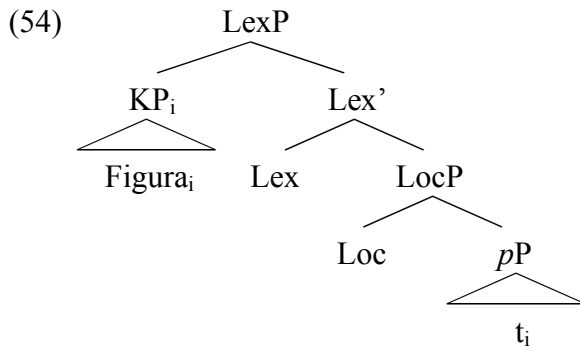
<sup>37</sup> Avelar (2006, p. 188) exhibe um conjunto de exemplos em que a projeção locativa pode funcionar como tópico, contextualizando a situação através de uma pergunta, como pode ser visto nas sentenças em (i-iii) abaixo (todavia, consideramos tais sentenças, com o PP-Loc atuando de forma [+restritiva], bastante marginais). Para dar conta desses dados, o autor explora a noção de adjunção sem rótulo (ver seção 2.3.3). Vamos nos abster de comentar construções desse tipo no escopo desta dissertação, mas uma hipótese a ser considerada é a de que, em casos desse tipo, o sintagma locativo frontado não é movido, mas diretamente conectado na posição em que é realizado.

- (i) a. – Você sabe dizer se o professor corrigiu alguns daqueles trabalhos lá em cima da mesa?  
b. – Lá em cima da mesa, ele só corrigiu os artigos.
- (ii) a. – Quais camisetas aqui dentro do guarda-roupa o Roberto lavou?  
b. – Aqui dentro do guarda-roupa, o Roberto só lavou as camisetas azuis.
- (iii) a. – Você gosta de algumas daquelas pessoas ali no corredor?  
b. – Ali no corredor, eu só gosto dos mais velhos.

Em relação aos constituintes nominais com sintagmas locativos não-restritivos, os exemplos de predicação envolvendo PP-Locs parecem perfeitamente admitir a extração, tanto do DP como do PP-Loc, como visto nos exemplos a seguir.<sup>38</sup>

- (53) a. A Maria adora [<sub>LexP</sub> aquele vaso em cima da mesa].  
 b. [Aquele vaso]<sub>i</sub>, a Maria adora [<sub>LexP</sub> t<sub>i</sub> em cima da mesa].  
 c. [Em cima da mesa]<sub>i</sub> a Maria adora [<sub>LexP</sub> aquele vaso t<sub>i</sub>].<sup>39</sup>  
 d. A Maria adora [em cima da mesa]<sub>i</sub> [aquele vaso t<sub>i</sub>].

Esse fato vai ao encontro da estrutura para os constituintes nominais com PP-Loc [-restritivo] defendida aqui, pois o determinante e o nome estão numa relação de constituência desde que são conectados na posição de especificador de *pP*, além de o LocP também ser um constituinte independente do sintagma nominal, como representado a seguir em (54).



### 3.6.2 Elipse em estruturas coordenadas

As elipses que ocorrem dentro de um sintagma podem ser analisadas como uma anáfora nula, em que o material faltante é interpretado sob identidade com um antecedente, conforme o

<sup>38</sup> Na literatura, é assumido por alguns autores, como Aarts (1992), que SCs permitem a extração de algum constituinte de dentro delas. Numa longa análise baseada em *corpus*, Aarts mostra que é possível tanto extrações à esquerda como à direita, sendo que as extrações à esquerda permitem que sujeitos e predicados sofram movimento para fora da SC, enquanto as extrações à direita admitem apenas o movimento do sujeito para fora dos domínios da SC.

<sup>39</sup> Em (53b), a extração só parece ser aceita se atribuirmos uma leitura de tópico ao PP-Loc; em (53c), pelo contrário, a extração só parece ser aceita se atribuirmos uma leitura de foco contrastivo ao PP-Loc.

estudo de Lobeck (2006). É interessante notar o paralelo entre elipses e pronomes lexicais, pois ambos parecem obedecer/violar os mesmos fenômenos. Um exemplo são as construções coordenadas (55-56) e subordinadas (57-58), em que pronomes e elipses podem preceder seus antecedentes apenas quando contidos em uma oração subordinada.

- (55) a. John enjoys waking up early, and *he* likes to see the sunrise.  
b. \**He* enjoys waking up early and *John* likes to see the sunrise.
- (56) a. Each student woke up early and all [e]<sup>40</sup> saw the sunrise.  
b. \*All [e] saw the sunrise, and each student woke up early.
- (57) a. John enjoys waking up early because *he* likes to see the sunrise.  
b. Because *he* likes to see the sunrise, John enjoys waking up early.
- (58) a. Each student woke up early because all [e] wanted to see the sunrise.  
b. Because all [e] wanted to see the sunrise, each student woke up early.

Podemos concluir então que as anáforas nulas, quando em contextos de elipse, também obedecem ao Princípio B da Teoria de Vinculação, assim como os pronomes lexicais.<sup>41</sup>

À luz dessa ideia, podemos ver que o comportamento das orações coordenadas oferece suporte para a nossa proposta. Consideramos também aqui como um tipo especial de estrutura coordenada as sentenças comparativas, como advogam Brito & Matos (2003), que as diferenciam das sentenças subordinadas, como tradicionalmente visto na literatura. As autoras enumeram um conjunto de propriedades que as comparativas compartilham com as coordenadas, como o fato de os conectores de comparação, assim como as conjunções coordenativas, poderem associar constituintes sintagmáticos, além da restrição de mobilidade entre o conjunto de sentenças apresentada pelas duas estruturas.

Acompanhemos, inicialmente, o conjunto de sentenças em (59) e (60) a seguir, que correspondem a estruturas coordenadas e comparativas, respectivamente.

---

<sup>40</sup> Consideremos aqui a elipse representada genericamente pela categoria vazia [e].

<sup>41</sup> Conforme Chomsky (1986), o Princípio B da Teoria da Vinculação diz que um pronome tem que estar livre em seu domínio de vinculação.



- (59) a. João detesta [aquela roupa]<sub>i</sub> em cima do tapete e [e]<sub>i</sub> debaixo da cama.  
 b. João detesta aquela [roupa]<sub>i</sub> em cima do tapete e aquela [e]<sub>i</sub> debaixo da cama.
- (60) a. Maria detesta mais [este jarro]<sub>i</sub> em cima da mesa do que [e]<sub>i</sub> em cima da estante.  
 b. Maria detesta mais este [jarro]<sub>i</sub> em cima da mesa do que aquele [e]<sub>i</sub> em cima da estante.

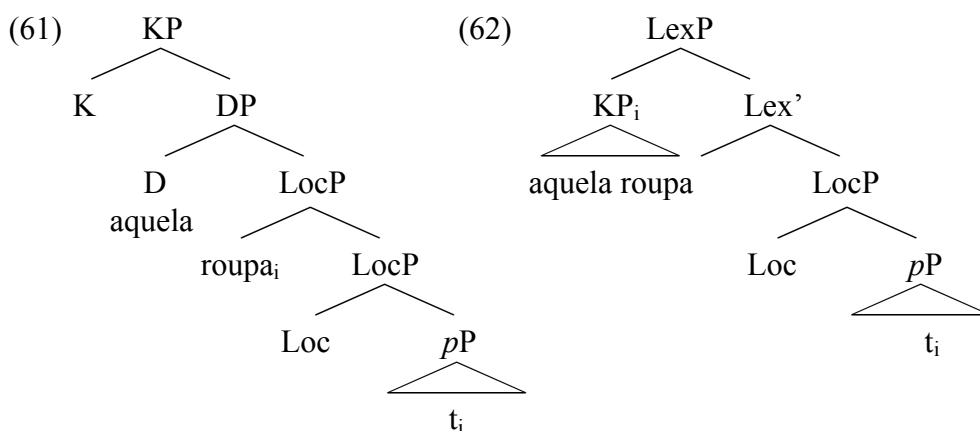
Nas sentenças (59-60b), ambas as leituras [+restritivo] e [-restritivo] estão disponíveis, enquanto em (59-60a) a única leitura acessível corresponde ao sentido [-restritivo]. Em (59b), por exemplo, com o locativo complexo funcionando como adjunto, podemos entender que João detesta uma roupa específica que se encontra em cima do tapete e outra específica que se encontra debaixo da cama; com o sentido predicativo, entendemos a sentença como indicando que João detesta o fato de determinada roupa estar em cima do tapete e debaixo da cama. Em (59a), pelo contrário, apenas o segundo sentido está disponível.<sup>42</sup>

Considerando as estruturas arbóreas (26b) e (35b) esboçadas nas seções 3.2.1.2 e 3.2.2.2, respectivamente, repetidas com as partes relevantes em (61) e (62) a seguir, de fato, os exemplos vistos acima mostram que, quando o determinante mais o nome formam constituinte (caso do sentido [-restritivo]), eles podem ser apagados, logo, tem-se a função predicativa presente no par de sentenças (59-60); mas caso determinante e nome não formem um constituinte (caso do sentido [+restritivo]), eles ficam impedidos de sofrer elipse (já que a elipse não pode afetar elementos que não estão em constituinte), por isso a impossibilidade de captarmos o sentido de adjunto adnominal nas sentenças (59-60a).

---

<sup>42</sup> Outra característica das sentenças coordenadas, apresentada por Hornstein, Nunes e Grohmann (2006), é que essas estruturas comportam-se como ilhas à extração de um elemento de apenas um membro. Isto pode ser visto pela agramaticalidade de (i) abaixo, com a formação da sentença interrogativa com a extração apenas do sintagma locativo no primeiro membro da coordenação.

(i) \*Em cima de onde<sub>j</sub> o João detesta aquela [roupa]<sub>i</sub>; t<sub>j</sub> e aquela [e]<sub>i</sub> debaixo da cama?



Com a estrutura representando o sentido [+restritivo] em (61), o determinante *aquela* é conectado inicialmente em [Spec,DP], enquanto o nome *roupa* é inicialmente conectado na posição de Figura, dentro de *pP*, adjungindo-se posteriormente ao LocP, o que não o torna um constituinte com o determinante. A representação em (62), por sua vez, mostra que *aquela roupa*, que também é inicialmente conectado na posição de Figura, dentro de *pP*, sobe para [Spec,LocP] e posteriormente alça-se para a posição de sujeito de LexP, onde estabelece uma relação de predicação com o PP-Loc – diferentemente de (61), portanto, em (62) *aquela roupa* estabelece constituência desde a projeção *pP*, o que permite explicar adequadamente o contraste entre (59) e (60).

### 3.6.3 Extração de PP-Loc a partir da posição de sujeito

Chomsky (2005, p. 12) considera que os efeitos da CED (*Condition on Extraction Domain*) levantados por Huang (1982) devem ser mantidos para os adjuntos, mas afrouxada para os constituintes em posição de sujeito.<sup>43</sup> Adotando o modelo de fases, o autor evidencia o contraste entre as sentenças (63) e (64) a seguir, ambas com extração de um sintagma de dentro da posição de especificador.

(63) \*of which car did [the (driver, picture) cause a scandal]

<sup>43</sup> Stepanov (2007) também aponta problemas em adotar-se integralmente a CED, concluindo que a distinção complemento (pode sofrer extração) vs. não-complemento (não pode sofrer extração) deve ser substituída por uma abordagem “ecletica”, que capture a variabilidade de casos de extração de sujeito presente em diversas línguas. Cf. Stepanov (2007) para maiores detalhes.

(64) of which car was [the (driver, picture) awarded a prize]

As estruturas de base para as duas sentenças são representadas abaixo, com (65a) correspondendo a (63) e (65b) a (64).<sup>44</sup>

(65) a. C [T [<sub>α</sub> [the (driver, picture) of which] [<sub>v</sub>\* [V XP]]]]

b. C [T [<sub>v</sub> [V [the (driver, picture) of which]]]]

A gramaticalidade da sentença em (64), representada em (65b), deve-se ao fato de um *v*P passivo/inacusativo não se constituir como uma fase, ao contrário de um *v*P transitivo. Sendo assim, para o CP ter acesso ao PP complemento de DP, primeiro o PP deve estar na borda de DP, respeitando a PIC – isso é possível graças ao traço de borda (*edge-feature*) de C, que permite que o complemento *of which* atinja a borda e, conseqüentemente, suba até [Spec,CP] para valorar o traço-Wh não-interpretável de seu núcleo; em paralelo, os traços de concordância de C, herdados por T, alçam o DP pleno para [Spec,TP]. Em contraste, em (63), o núcleo *v* é uma fase, o que impede a sonda proveniente de C de acessar o PP interno ao DP em [Spec,vP].

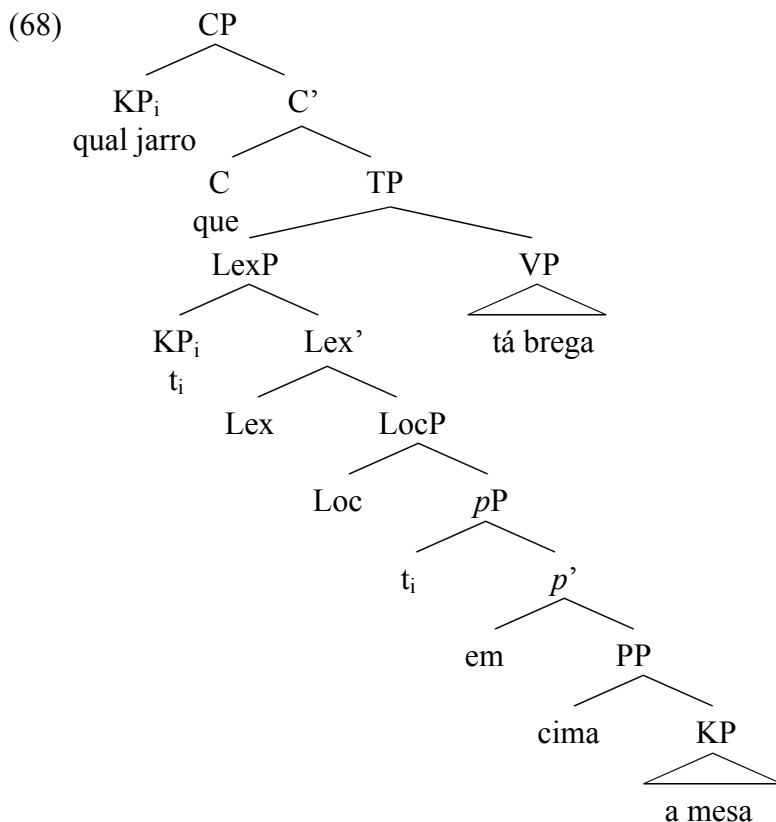
Tendo em mente, dessa forma, a possibilidade de sujeitos admitirem extração, consideremos as sentenças em (66)-(67) a seguir: o PP-Loc em (66) pode ser interpretado como [+restritivo] e [-restritivo], enquanto em (67), apenas a leitura [-restritivo] está disponível. A configuração em (68) a seguir corresponde à estrutura da sentença em (67).

(66) Qual jarro *em cima da mesa* (que) tá brega? (+restritivo:ok / -restritivo:ok)

(67) Qual jarro que *em cima da mesa* tá brega? (+restritivo:\* / -restritivo:ok)

---

<sup>44</sup> *v*\* indica o verbo pleno, transitivo, com sua cadeia argumental completa, enquanto *v* indica o verbo de sentenças inacusativas/passivas.



O contraste entre (66) e (67) pode ser facilmente explicado pela análise que estamos propondo: a impossibilidade da leitura restritiva em (67) deriva do fato de que o N *jarro* precisa estar adjungido à LocP para ser modificado restritivamente, o que o impediria de se mover com o D *qual* sem levar consigo a projeção de Loc, como em (67). Já em (66), a leitura restritiva é mantida exatamente pelo fato de que Loc acompanha N quando o KP se move para [Spec,CP].

### 3.7 PP-Locs e pronomes demonstrativos

Acompanhemos os exemplos a seguir, atentando para o fato de que o N interpretado como Figura não é realizado. Considerando a interpretação em que PP-Loc é [+restritivo], o contraste entre (69a) e (69b) é inusitado, tendo em vista que, pelo exposto até aqui, os sintagmas locativos podem ser tomados como complemento tanto de um artigo definido quanto de um pronome demonstrativo, que equivalem a um núcleo D. Esses dados em (69) poderiam, portanto, ser tomados como um contraexemplo à análise que estamos propondo aqui.

- (69) a. João detesta aquele [ \_\_\_\_ ] (lá) em cima da mesa.  
b. \*João detesta o [ \_\_\_\_ ] (lá) em cima da mesa.

Se, contudo, considerarmos o tratamento oferecido em Raposo (1999) para construções com pronomes demonstrativos, a agramaticalidade de (69b) pode ser atribuída a requerimentos impostos pelo componente fonológico, e não pela computação sintática propriamente dita. Raposo aborda construções similares àquelas em (69) no espanhol e no português, como (70a-b) a seguir, que trazem os artigos-demonstrativos *el* e *o*, respectivamente.

- (70) a. Me gusta el coche rojo pero no [el \_\_ azul].  
b. Gosto do carro vermelho, mas não d[o \_\_ azul].

Quando os nomes são modificados por constituintes preposicionados, o autor observa contrastes morfofonológicos entre *de* e outras preposições: na situação em que a preposição é *de*, o determinante é licenciado, como nos casos em (71-72a) abaixo; contudo, se a preposição for *em* (*en*), *com* (*con*) ou *para*, o emprego do artigo definido causa estranhamento, como mostram os exemplos em (71-72b).

- (71) a. Las personas de tarjeta azul pueden pasar; [las \_\_ de tarjeta roja] se quedan aquí.  
b. \*Los regalos para tu madre están aquí; [los \_\_ para tu madre] todavía no los tengo.
- (72) a. A menina da sorveteria é muito bonita, mas [a \_\_ da padaria] é bem esquisita.  
b. ??O livro com a Maria está novinho, mas [o \_\_ com o Pedro] está todo rasgado.

Raposo (1999) interpreta essa oposição como um problema de convergência em PF, lançando mão da seguinte generalização:

- (73) Em PF, o determinante definido não pode preceder imediatamente uma preposição plena dentro de um DP anafórico.

Os determinantes definidos em línguas como o espanhol e o português comportam-se como clíticos, por serem morfofonologicamente dependentes e necessitarem de um “hospedeiro”. Para formalizar essa ideia, Raposo (1999) explora a noção de fase (Chomsky, [1998] 2000) para mostrar que as preposições plenas, como *em*, *com* e *para*, nucleiam constituintes formados numa fase que não a do DP modificado, ao contrário de *de*, que é inserido pós-sintaticamente, a caminho de PF.

Numa sentença como (71b), por exemplo, o sintagma *para tu madre* é selecionado da numeração como o subarranjo (74a), com o sintagma sendo computado como (74b).

- (74) a. {para, tu, madre}  
b. [<sub>PP</sub> [<sub>P'</sub> para tu madre]

Com a expressão em (74b) sofrendo *Spell-out*, o sistema computacional acessa o novo subarranjo em (75a), com a expressão em (75b) sendo conectada a (74b).

- (75) a. {los, regalos, PP}  
b. [<sub>DP</sub> los [<sub>NP</sub> regalos PP]]

(75b), então, sofre *Spell-out*, com uma regra de elipse (apagamento de N) sendo aplicada e resultando, por fim, em (76).

- (76) [<sub>DP</sub> los [<sub>NP</sub> PP]]

A derivação fracassa devido ao fato de o PP em (76) configurar-se como uma fase, não havendo nada em sua borda para que o afixo *los* aplique a regra de cliticização.<sup>45</sup>

---

<sup>45</sup> Ao contrário da definição da PIC apresentada na seção 2.2, segundo Chomsky (2000, p. 108), Raposo (1999) assume uma versão radical desse princípio, como apresentado em (i):

(i) Em uma fase  $\alpha$ , nem o domínio (complemento) de H nem seu núcleo estão acessíveis para participar de operações fora de  $\alpha$ , apenas sua borda.

O autor admite que tal reformulação da PIC necessita de uma discussão mais aprofundada, sendo assumida para os propósitos de seu trabalho atuando, pelo menos, no componente PF.

Já nas sentenças com o constituinte preposicionado nucleado por *de*, como (71a), a preposição *dummy* marcadora de Caso é inserida pós-sintaticamente. Nessa situação, a derivação inicia-se com os subarranjos em (77-78a) e suas respectivas expressões em (77-78b) a seguir.

- (77) a. {D, tarjeta, roja}  
b. [<sub>DP</sub> D tarjeta roja]<sup>46</sup>

- (78) a. {las, personas, DP}  
b. [<sub>DP</sub> las [<sub>NP</sub> personas DP]]

Apenas depois que se forma a expressão em (78b) é que a preposição *de* adjunge-se a DP, produzindo (79a), com a elipse dada em (79b).

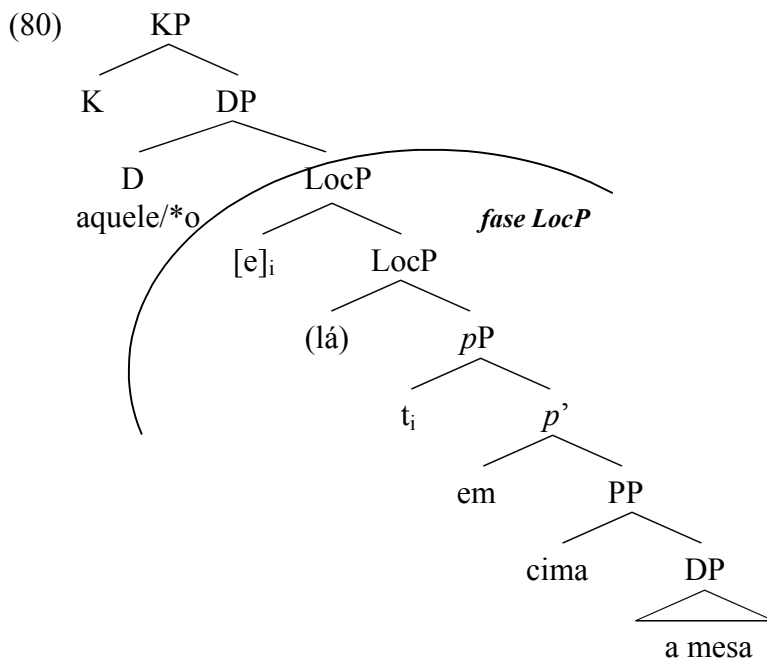
- (79) a. [<sub>DP</sub> las [<sub>NP</sub> personas [<sub>DP</sub> de DP]]]  
b. [<sub>DP</sub> las [<sub>NP</sub> [<sub>DP</sub> de DP]]]

Com a adjunção da preposição ao DP, *de* permanece na borda de DP, de modo que a cliticização pode se aplicar, produzindo, ao fim, a estrutura gramatical em (71a).

Voltemos aos nossos exemplos em (69), representados na estrutura arbórea em (80) a seguir com as partes relevantes. Considerando LocP como fase (ver Avelar, 2006), o fato de a sentença com o artigo-demonstrativo *o* em (69b) ser agramatical, ao contrário daquela com o demonstrativo *aquela* em (69a), pode ser explicado simplesmente pela propriedade clítica exibida pelo artigo-demonstrativo, que precisa de um “hospedeiro” em quem se fixar; como LocP não dispõe de um elemento em sua borda, não há como o artigo-demonstrativo ser cliticizado. Considerando-se essa análise, a agramaticalidade da construção em (69b) não resulta da impossibilidade de o artigo definido tomar LocP como complemento na computação sintática, mas de a ausência de N na borda de LocP não atender as condições para a cliticização do artigo.

---

<sup>46</sup> Raposo (1999) assume um D nulo desde o início da derivação.



Antes de concluir a seção, cabe uma rápida consideração sobre a ideia de LocP constituir-se como fase. Pelos pressupostos apresentados na seção 2.2, o núcleo de uma fase deve fazer parte de sua borda, estando disponível para operações posteriores à fase. Isso implicaria que, numa estrutura como aquela em (80) acima, o núcleo Loc deveria estar disponível para a cliticização do artigo-demonstrativo. Para Raposo, contudo, a PIC deve ser especificada de modo a impedir que o núcleo de uma fase fique acessível para operações em uma fase posterior (ver nota de rodapé 45). Para os propósitos centrais desta dissertação, não faz diferença se a PIC deve ou não considerar a acessibilidade ao núcleo, mas é importante ressaltar que, se a nossa análise estiver correta, ela é um ponto favorável à proposta advogada por Raposo.

### 3.8 Contrastes com a proposta de Avelar (2006)

Para explicar os efeitos de gradação de referencialidade de paradigmas como (81) e (82) a seguir, relativos aos DPs interpretados como Figura e Fundo, respectivamente, Avelar (2006, p. 173 *et seq.*) condiciona os contrastes relevantes a propriedades dos advérbios dêiticos, que correspondem à realização do núcleo Loc.



- (81) a. O João usou [sapato *em cima do tapete*]. (+restritivo:\* / -restritivo:ok)  
 b. O João usou [um sapato *em cima do tapete*]. (+restritivo:? / -restritivo:ok)  
 c. O João usou [o sapato *em cima do tapete*]. (+restritivo:ok / -restritivo:ok)  
 d. O João usou [aquele sapato *em cima do tapete*]. (+restritivo:ok / -restritivo:ok)  
 e. O João usou [qual sapato *em cima do tapete*]? (+restritivo:ok / -restritivo:ok)
- (82) a. O João usou [aquele sapato *em cima de tapete*]. (+restritivo:\* / -restritivo:ok)  
 b. O João usou [aquele sapato *em cima de um tapete*]. (+restritivo:? / -restritivo:ok)  
 c. O João usou [aquele sapato *em cima do tapete*]. (+restritivo:ok / -restritivo:ok)  
 d. O João usou [aquele sapato *em cima daquele tapete*]. (+restritivo:ok / -restritivo:ok)  
 e. O João usou [aquele sapato *em cima de qual tapete*]? (+restritivo:\* / -restritivo:ok)

O autor nota que o requerimento da gradação em relação ao Fundo só se aplica em casos nos quais o PP-Loc funciona como um adjunto adnominal; se o PP-Loc ocorre em contextos adverbiais, o Fundo não necessita ser introduzido por um determinante definido, como pode ser visto nas construções em (a-c) em (83) abaixo; porém, se os constituintes adverbiais passarem a ser introduzidos pelo dêitico locativo, como em (d-f), a construção se torna agramatical.

- (83) a. Debaixo de cama, a gente sempre encontra mofo.  
 b. Debaixo de uma cama, a gente sempre encontra mofo.  
 c. Debaixo de qual cama a gente sempre encontra mofo?  
 d. \*Ali debaixo de cama a gente sempre encontra mofo.  
 e. \*Ali debaixo de uma cama a gente sempre encontra mofo.  
 f. \*Ali debaixo de qual cama a gente sempre encontra mofo?

Para Avelar, o que se pode depreender a partir disto é que o advérbio dêitico (Loc) sempre está contido (mesmo quando não se encontra lexicalizado) na relação entre o DP e o adjunto adnominal introduzido por preposições locativas complexas, pois nestes casos os efeitos da gradação de referencialidade sempre são observados, diferentemente do comportamento demonstrado pelos adjuntos locativos adverbiais.

Seguindo o estudo sobre advérbios e pronomes expletivos de Kayne (2006), em que se associa o comportamento de dêiticos locativos à presença de elementos “invisíveis” em seu interior, Avelar (2006) encaminha uma possível solução para os efeitos de gradação de referencialidade, relacionando-os à presença de advérbios dêiticos e seus “associados invisíveis” na arquitetura dos PP-Locs. De acordo com Avelar, em um PP com em (84a) a seguir, o advérbio *aqui* se encontra atrelado a uma categoria (pro)nominal nula, chamada de PLACE, que deve estar coindexado ao elemento interpretado como Fundo, sendo essa coindexação que acaba por fornecer ao advérbio um estatuto pronominal, como em (84b).

- (84) a. aqui em cima do tapete  
b. [**ADVÉRPIO PLACE**<sub>i</sub>] em cima d[o tapete]<sub>i</sub>

Considerando os exemplos em (82) vistos anteriormente, em que somente DPs definidos podem ser tomados como Fundo no interior de um adjunto adnominal locativo, é plausível considerar que, dada a sua natureza inerentemente demonstrativa, o advérbio dêítico precisa “apontar” para um constituinte definido, com força referencial, de modo a poder funcionar adequadamente.

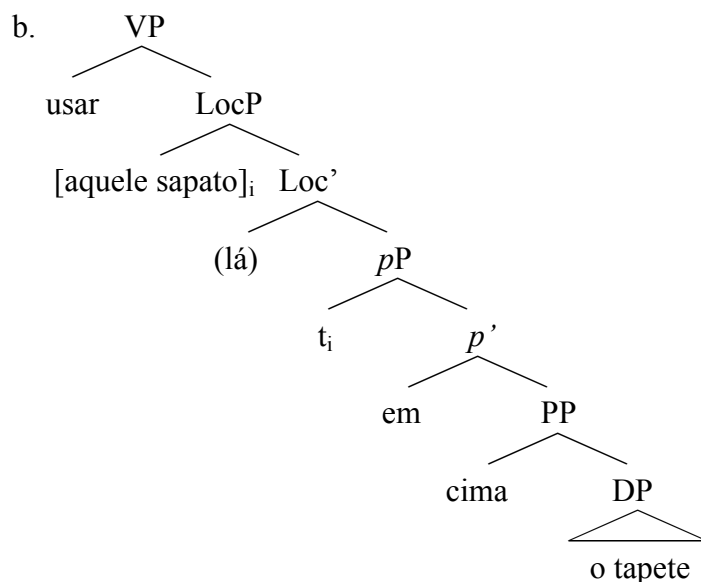
Para responder à pergunta de por que apenas os adjuntos locativos que ocorrem com o dêítico mostram efeitos de gradação, Avelar assume que o advérbio dêítico, fonologicamente realizado ou não, dispõe de traços demonstrativos pronominais. Analisando exemplos como aqueles em (83), que mostram que os adjuntos adverbiais estão livres dos efeitos de gradação desde que ocorram sem o advérbio pronominal, o autor afirma que é a presença do advérbio o fator determinante para que o Fundo corresponda a um constituinte definido, condição que pode ser capturada pela assunção de que existem traços pronominais internos ao advérbio que necessitam estar ancorados num DP que seja definido, interpretado como Fundo.

Para os DPs interpretados como Figura, como nos exemplos em (81), o autor demonstra que, além de uma categoria PLACE nula, o advérbio dêítico pode estar associado a uma categoria THING também nula, correferente ao DP-Figura, como demonstrado em (85).

- (85) a. aquele sapato em cima do tapete  
b. [aquele sapato]<sub>j</sub> [**ADVÉRPIO THING**<sub>j</sub> **PLACE**<sub>i</sub>] em cima d[o tapete]<sub>i</sub>

Com base nessa ideia, Avelar elabora uma proposta de análise para os LocPs em função [+restritiva], sem, contudo, considerar as consequências dessa proposta para os LocPs [-restritivo]. Como já delineado na seção 2.5, para o predicado de uma sentença como (84a), tem-se a estrutura arbórea em (86b) abaixo, em que o complemento do verbo é um LocP seguido de um PP.

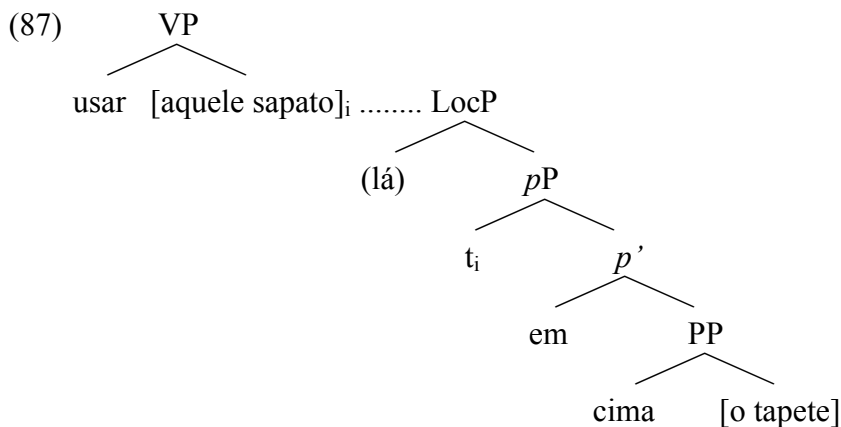
(86) a. O João usou aquele sapato lá em cima do tapete.



Para o autor, pode parecer estranho que o verbo tome uma projeção Loc como complemento; porém, se pensarmos que o núcleo do LocP é coindexado com o DP que deve ser analisado como o complemento semântico do verbo, como indicado em (85b) acima, não há qualquer problema para que o verbo tome LocP como complemento.

Considerando a noção de adjunção sem rótulo proposta por Hornstein & Nunes (2008) (ver seção 2.3.3), Avelar (2006)<sup>47</sup> considera uma segunda possibilidade para a concatenação de LocP à sentença: o DP-Figura não se encontra na posição de especificador de LocP, mas sim adjunto a essa projeção, como em (87) a seguir.

<sup>47</sup> Avelar (2006) toma como análise uma versão manuscrita do artigo de Hornstein e Nunes (2008), escrita no ano de 2006 em conjunto com Paul Pietroski.



Nesta condição, o DP vai corresponder a um elemento que pode ser concatenado ao verbo, podendo interagir tematicamente com essa categoria, ao mesmo tempo em que se encontra associado ao constituinte locativo que o modifica.

É a partir de uma configuração como (87) que Avelar argumentará ser possível extrair o DP interpretado como Figura para fora dos domínios de LocP. A adoção de um modelo tradicional de adjunção, segundo o modelo X-barra, não capturaria a extração do DP que sofre adjunção. Para o autor, os dados abaixo mostram que é possível a extração do DP em sentenças interrogativas e passivas, como mostram os exemplos em (88) e (89), respectivamente, contudo, consideramos tais exemplos como bastante marginais.

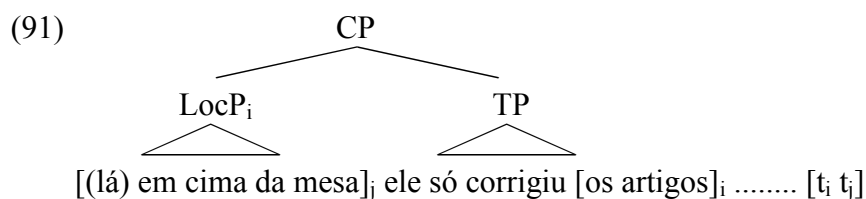
- (88) a. (?)Qual (daqueles) sapato(s)<sub>i</sub> a Maria usou, [t<sub>i</sub> (lá) embaixo da cama]  
 b. (?)Qual (dessas) roupa(s)<sub>i</sub> nós vamos lavar, [t<sub>i</sub> (aí) dentro do armário]  
 c. (?)Qual (desses) trabalho(s)<sub>i</sub> o professor revisou, [t<sub>i</sub> (aqui) em cima da mesa]
- (89) a. (\*)Aqueles sapatos<sub>i</sub> nunca foram usados, [t<sub>i</sub> (lá) debaixo da cama]  
 b. (\*)Essas roupas<sub>i</sub> vão ser lavadas, [t<sub>i</sub> (aí) dentro do armário]  
 c. (\*)Esses trabalhos<sub>i</sub> já foram revisados, [t<sub>i</sub> (aqui) em cima da mesa]

Com essa mesma configuração, Avelar também demonstra que a projeção locativa pode sofrer extração, como nos exemplos de construções de tópico vistos em 3.6.1 (ver nota de rodapé 37), repetido em (90) a seguir apenas um único exemplo.

(90) a. – Você sabe dizer se o professor corrigiu alguns daqueles trabalhos lá em cima da mesa?

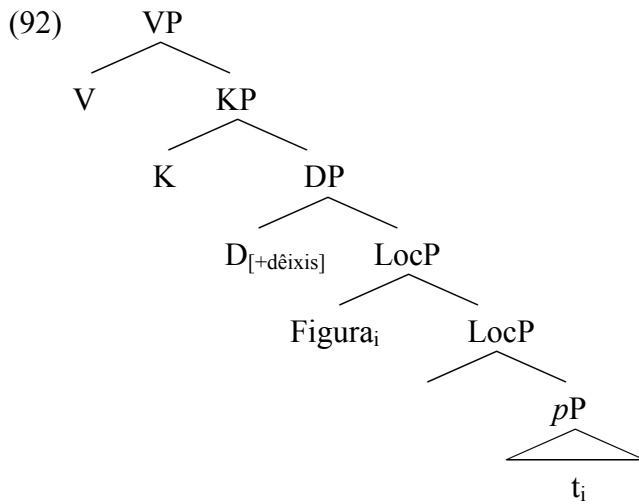
b. – Lá em cima da mesa, ele só corrigiu os artigos.

A adoção de uma configuração de adjunção sem rótulo permite, na proposta de Avelar, que o PP-Loc seja alçado a uma posição de tópico, como representado na estrutura arbórea em (91) para uma sentença como (90b), pois o DP Figura e o LocP são constituintes independentes – o DP, que pertencia à projeção LocP, moveu-se para a posição de complemento do verbo, deixando o LocP livre para mover-se para a periferia esquerda.



A estrutura em (86b), porém, não permite que o PP-Loc mova-se sozinho para uma posição superior, pois ele está contido na mesma projeção que o DP Figura – caso o movimento acontecesse, estaria sendo alçado um Loc', e não uma projeção máxima.

Para nós, porém, as sentenças em (88) e (89) são exemplos marginais, como apresentado na seção 3.6.1, o que condiz com a nossa análise para os PP-Locs em função [+restritiva] proposta aqui: como o determinante e o nome interpretado como Figura não formam constituência, eles não podem ser extraídos, como pode ser acompanhado na representação arbórea em (92) a seguir. Além do mais, essa mesma estrutura barra o alçamento da projeção locativa para a periferia esquerda da sentença, como em exemplos do tipo apresentado em (90b) acima, já que o PP-Loc encontra-se em uma configuração de adjunção que o impede de ser extraído sem carregar consigo o nome.



A proposta esboçada por Avelar em torno dos advérbios dêíticos, enfim, não evidencia claramente como se deve capturar o contraste envolvendo *bare nouns*, no que diz respeito às condições para que o PP-Loc assuma o valor [+restritivo]. Nossa hipótese aqui, pelo contrário, se direcionou para a estreita relação mantida entre o DP interpretado como Figura e o PP-Loc [+restritivo], representada através uma estrutura de adjunção nos moldes de Kayne (1994). A leitura [+restritiva] do PP-Loc é naturalmente garantida pelo KP que traga um D em seu interior, categoria que, em diversas análises, tem sido associada a informações relativas à dêixis. Nossa análise também é capaz de capturar propriedades do PP-Loc [-restritivo], que não é contemplado na proposta de Avelar (2006).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Neste trabalho, tratamos da relação entre sintagmas preposicionados locativos e constituintes nominais no PB, atentando para o fato de que tais sintagmas podem atuar em uma sentença de forma [+restritiva] ou [-restritiva]. Assumindo uma configuração clausal para os constituintes preposicionados (Koopman, 1997; Dikken, 2003; Svenonius, no prelo), de modo paralelo ao que é assumido para os domínios sintáticos construídos a partir do verbo e do nome, para dar conta dessa ambiguidade propusemos duas estruturas distintas: uma que capture o PP-Loc funcionando como um adjunto adnominal, caso do sentido [+restritivo], e outra em que o mesmo PP-Loc atue predicacionalmente sobre o sintagma nominal, caso do sentido [-restritivo].

Para o PP-Loc na função [+restritiva], a estrutura proposta seguiu o modelo de adjunção elaborado por Kayne (1994), em que adjuntos assemelham-se, configuracionalmente, a especificadores. Tal estrutura permitiu que o nome interpretado como Figura fosse tomado como complemento de um determinante, mais especificamente, de um D portando traços dêiticos, condição que assumimos como obrigatória para que o PP-Loc modificador receba a interpretação restritiva que caracteriza a função dos adjuntos adnominais. Portanto, é impossível interpretar PP-Locs junto a DP *bare nouns* como adjuntos adnominais, pois *bare nouns* não projetam DP, apenas uma categoria KP responsável por Caso, segundo Vangsnes (2001). Caso o sintagma nominal seja modificado por qualquer outro termo não-locativo, os mesmos obstáculos relacionados à referencialidade do termo modificado não atuam, já que o modificador não é projetado como um LocP, logo, não existe o requerimento de que uma categoria DP se projete para a codificação de informações sobre a referencialidade do nome.

Em relação ao PP-Loc atuando como um termo [-restritivo], foi assumido uma estrutura de predicação secundária aos moldes de Starke (1995), em que a relação de predicação existente entre o sintagma nominal e o PP-Loc é encabeçada por uma projeção LexP. Diferente da configuração proposta para os casos de restrição, na predicação o PP-Loc não é tomado como um complemento de D, o que explica a sua aceitabilidade diante de *bare nouns*.

As configurações assumidas para os PP-Locs nos permitiram analisar adequadamente os casos de extração e eclipse envolvendo o sintagma nominal e/ou o PP-Loc. Como no sentido [+restritivo] o determinante e o nome não formam constituência, eles ficam impedidos de sofrer

elipse, assim como também de serem extraídos; da mesma forma, os sintagmas locativos também não podem ser extraídos, pois fazem parte de uma estrutura de adjunção. Contrariamente, no sentido [-restritivo] o determinante mais o nome formam constituência, portanto, eles podem ser apagados e movidos para outra posição; em relação ao movimento do sintagma locativo, pode haver o movimento da categoria LocP, pois ela configura-se como um constituinte distinto da projeção nominal.



## REFERÊNCIAS

---

- AARTS, Bas. (1992) *Small clauses in English: the nonverbal types*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter.
- ABNEY, Steven. (1987) *The English noun phrase in its sentential aspect*. Cambridge, MA. Ph.D. Dissertation, MIT.
- ADGER, David. (2003) *Core syntax: a minimalist approach*. Oxford: Oxford University Press.
- ALEXIADOU, Artemis. (2001) *Functional structure in nominals: nominalization and ergativity*. Amsterdam: John Benjamins.
- AVELAR, Juanito Ornelas de. (2004) *Dinâmicas morfossintáticas com ter, ser e estar em português brasileiro*. Campinas. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem/UNICAMP.
- \_\_\_\_\_. (2006) *Adjuntos adnominais preposicionados no português brasileiro*. Campinas. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem/UNICAMP.
- BECHARA, Evanildo. (1999) *Moderna gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna.
- BERNSTEIN, Judy. (1993) *Topics in the syntax of nominal structure across Romance*. New York. Ph.D. Dissertation, City University of New York.
- \_\_\_\_\_. (1997) Demonstratives and reinforcers in Romance and Germanic languages. *Lingua* 102(2): 87-113.
- BOŠKOVIĆ, Željko. (2008) What will you have, DP or NP? *Proceedings of NELS 37*: 101-114.
- BRITO, Ana Maria; MATOS, Gabriela. (2003) Construções de graduação e comparação. In: MATEUS, Maria Helena Mira *et al.* (Org.). *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Caminho, p. 729-766.
- CARDINALETTI, Anna; GUASTI, Maria Teresa. (1995) Small clause: some controversies and issues of acquisition. In: \_\_\_\_\_ (Eds.). *Syntax and semantics: small clauses – vol. 28*. London: Academic Press, p. 1-23.
- CHOMSKY, Noam. (1965) *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- \_\_\_\_\_. (1981) *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris.
- \_\_\_\_\_. (1986) *Knowledge of language: its nature, origin, and use*. New York: Praeger.
- \_\_\_\_\_. (1995) *The minimalist program*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- \_\_\_\_\_. (2000) Minimalist inquiries: the framework. In: MARTIN, Roger; MICHAELS, David; URIAGEREKA, Juan (Eds.). *Step-by-step: essays in minimalist syntax in honor of Howard Lasnik*. Cambridge, MA: The MIT Press, p. 89-155.
- \_\_\_\_\_. (2001) Derivation by phase. In: KENSTOWICZ, Michael (Ed.). *Ken Hale: a life in language*. Cambridge, MA: The MIT Press, p. 1-52.

- \_\_\_\_\_. (2004) Beyond explanatory adequacy. In: BELLETTI, Adriana (Ed.). *Structures and beyond: the cartography of syntactic structures* – vol. 3. New York: Oxford University Press, p. 104-131.
- \_\_\_\_\_. (2005) *On phases*. Ms., MIT.
- CULICOVER, Peter. (1997) *Principles and parameters: an introduction to syntactic theory*. New York: Oxford University Press.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luis F. Lindley. (2001) *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- DIKKEN, Marcel den. (2003) *On the syntax of locative and directional adpositional phrases*. Ms., City University of New York. Disponível em: <<[http://web.gc.cuny.edu/dept/lingu/dendikken/docs/syntax\\_of\\_pp.pdf](http://web.gc.cuny.edu/dept/lingu/dendikken/docs/syntax_of_pp.pdf)>>
- \_\_\_\_\_. (2006) *Relators and linkers: the syntax of predication, predicate inversion, and copulas*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- ERNST, Thomas. (2002) *The syntax of adjuncts*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FOLTRAN, Maria José. (1999) *As construções de predicação secundária no português do Brasil: aspectos sintáticos e semânticos*. São Paulo. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de São Paulo.
- HAEGEMAN, Liliane. (1994) *Introduction to government and binding theory*. Oxford: Blackwell.
- HEYCOCK, Caroline; ZAMPARELLI, Roberto. (2005) Friends and colleagues: coordination, plurality, and the structure of DP. *Natural Language Semantics* 13(3): 201-270.
- HORNSTEIN, Norbert; NUNES, Jairo. (2008) Adjunction, labeling, and bare phrase structure. *Biolinguistics* 2(1): 57-86.
- HORNSTEIN, Norbert; NUNES, Jairo; GROHMANN, Kleanthes. (2006) *Understanding minimalism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HUANG, C.-T. James. (1982) *Logical relations in Chinese and the theory of grammar*. Cambridge, MA. Ph.D. Dissertation, MIT.
- KATO, Mary; NUNES, Jairo. (2009) A uniform raising analysis for standard and nonstandard relative clauses in Brazilian Portuguese. In: NUNES, Jairo (Ed.). *Minimalist essays on Brazilian Portuguese syntax*. Amsterdam: John Benjamins, p. 93-120.
- KAYNE, Richard. (1994) *The antisymmetry of syntax*. Cambridge, MA: MIT Press.
- KOOPMAN, Hilda. (1997) *Prepositions, postpositions, circumpositions, and particles*. Ms., UCLA. Disponível em: <<<http://www.linguistics.ucla.edu/people/koopman/koopman.htm>>>
- LOBECK, Anne. (2006) Ellipsis in DP. In: EVERAERT, Martin; van RIEMSDIJK, Henk (Eds.). *The Blackwell companion to syntax* – vol. 2. Oxford: Blackwell Publishing, p. 145-173.
- LÖBEL, Elisabeth. (1994) KP/DP-syntax: interaction of case-marking with referential and nominal features. *Theoretical Linguistics* 20(1): 37-70.

- LONGOBARDI, Giuseppe. (1994) Reference and proper names: a theory of N-movement in syntax and logical form. *Linguistic Inquiry* 25(4): 609-665.
- MEDEIROS JUNIOR, Paulo. (2005) *Sobre sintagmas-Qu e relativas livres no português*. Brasília. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília.
- MIOTO, Carlos; FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina; LOPES, Ruth Elisabeth Vasconcellos. (2004) *Novo manual de sintaxe*. Florianópolis: Insular.
- POGGIO, Rosaura. (2002) *Processos de gramaticalização de preposições do latim ao português: uma abordagem funcionalista*. Salvador: Editora da UFBA.
- RAPOSO, Eduardo. (1992) *Teoria da gramática. A faculdade da linguagem*. Lisboa: Caminho.
- \_\_\_\_\_. (1999) *Towards a minimalist account of nominal anaphora in Spanish and English*. Ms., UCSB.
- REINHART, Tanya. (1976) *The syntactic domain of anaphora*. Cambridge, MA. Ph.D. Dissertation, MIT.
- RITTER, Elizabeth. (1991) Two functional categories in noun phrases: evidence from Modern Hebrew. In: ROTHSTEIN, Susan (Ed.). *Syntax and semantics: perspectives on phrase structure – vol. 26*. New York: Academic Press, p. 37-62.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. (1980) *Gramática normativa da língua portuguesa*. 21. ed. Rio de Janeiro: José Olympio.
- ROTHSTEIN, Susan. (1983) *The syntactic forms of predication*. Cambridge, MA. Ph.D. Dissertation, MIT.
- \_\_\_\_\_. (1995) Small clauses and copular constructions. In: CARDINALETTI, Anna; GUASTI, Maria Teresa (Eds.). *Syntax and semantics: small clauses – vol. 28*. London: Academic Press, p. 27-48.
- SAINT-DIZIER, Patrick. (2006) Introduction to the syntax and semantics of prepositions. In: \_\_\_\_\_. (Ed.) *Syntax and semantics of prepositions*. Dordrecht: Springer, p. 1-25.
- STARKE, Michal. (1995) On the format for small clauses. In: CARDINALETTI, Anna; GUASTI, Maria Teresa (Eds.). *Syntax and semantics: small clauses – vol. 28*. London: Academic Press, p. 237-269.
- STEPANOV, Arthur. (2001) Late adjunction and minimalist structure. *Syntax* 4(2): 94-125.
- \_\_\_\_\_. (2007) The end of CED? Minimalism and extraction domains. *Syntax* 10(1): 80-126.
- STOWELL, Tim. (1983) Subject across categories. *The Linguistic Review* 2(3): 285-312.
- \_\_\_\_\_. (1995) Remarks on clause structure. In: CARDINALETTI, Anna; GUASTI, Maria Teresa (Eds.). *Syntax and semantics: small clauses – vol. 28*. London: Academic Press, p. 271-286.
- SVENONIUS, Peter. (2003) Limits on P: ‘filling in holes’ vs. ‘falling in holes’. Nordlyd. *Proceedings of the 19th Scandinavian Conference of Linguistics* 31(2): 431-445.
- \_\_\_\_\_. (2004) On the edge. In: ADGER, David; de CAT, Cécile; TSOULAS, George (Eds.). *Peripheries: syntactic edges and their effects*. Dordrecht: Kluwer, p. 261-287.

- \_\_\_\_\_. (2007) Adpositions, particles, and the arguments they introduce. In: REULAND, Eric; BHATTACHARYA, Tanmoy; SPATHAS, Giorgos (Eds.). *Argument structure*. Amsterdam: John Benjamins, p. 71-110.
- \_\_\_\_\_. (no prelo) *Spatial P in English*. In: CINQUE, Guglielmo; RIZZI, Luigi (Eds.). *The cartography of syntactic structures – vol. 6*. New York: Oxford University Press.
- SZABOLCSI, Anna. (1983) The possessor that ran away from home. *The Linguistic Review* 3: 89-102.
- TALMY, Leonard. (2000) *Toward a cognitive semantics: concept structuring systems*. vol. I. Cambridge, MA: The MIT Press.
- VANGSNES, Øystein. (2001) On noun phrase architecture, referentiality, and article systems. *Studia Linguistica* 55(3): 249-299.
- WILLIAMS, Edwin. (1980) Predication. *Linguistic Inquiry* 11(1): 203-238.
- \_\_\_\_\_. (1983) Against small clause. *Linguistic Inquiry* 14(2): 287-308.